



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Maria Eduarda Jark Treis

Quem venceu a Guerra do Iraque? Um estudo sobre a Doutrina Bush, a invasão do Iraque e suas consequências para a República Islâmica do Irã

Florianópolis
2021

MARIA EDUARDA JARK TREIS

Quem venceu a Guerra do Iraque? Um estudo sobre a Doutrina Bush, a invasão do Iraque e suas consequências para a República Islâmica do Irã

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Camila Feix Vidal

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra

Treis, Maria Eduarda Jark

Quem venceu a Guerra do Iraque? : Um estudo sobre a Doutrina Bush, a invasão do Iraque e suas consequências para a República Islâmica do Irã / Maria Eduarda Jark Treis ; orientadora, Camila Feix Vidal, 2021.

100 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política externa estadunidense. 3. Oriente médio. 4. Irã. 5. Iraque. I. Vidal, Camila Feix. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Maria Eduarda Jark Treis

Quem venceu a Guerra do Iraque? Um estudo sobre a Doutrina Bush, a invasão do Iraque
e suas consequências para a República Islâmica do Irã

Florianópolis, 09 de julho de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof. Dra. Camila Feix Vidal

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Graciela de Conti Pagliari

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que
foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim
e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Dra. Camila Feix Vidal

Orientador(a)

Florianópolis, 2021.

A todos aqueles que ainda sofrem as perdas e conseqüências da
Guerra do Iraque.

AGRADECIMENTOS

Nunca imaginei encerrar minha graduação em um momento como o que vivemos hoje, de volta à minha cidade e longe da Universidade, mas em meio a tanta perda sinto ser ainda mais importante agradecer àqueles que estiveram sempre ao meu lado. Gostaria de começar agradecendo primeiramente a Deus por tudo e todos que tenho, e às duas pessoas que sempre me apoiaram incondicionalmente e sem as quais eu não teria nunca conseguido chegar aonde cheguei, viver tudo que já vivi e aprender tudo o que sei: meus pais. Mãe e pai, muito obrigada por serem meus maiores incentivadores e terem me permitido tanto, devo tudo a vocês e não teria sido capaz de completar essa etapa, nesse momento, sem a força e o amor que vocês me dão. Gostaria de agradecer também a toda minha família que sempre compreendeu minha ausência em certos momentos durante esses últimos anos, pois precisava estudar, e sempre me impulsionou a ir cada vez mais longe e alcançar cada vez mais.

Aos meus amigos que o Ensino Médio me trouxe e que viveram alguns dos momentos mais importantes da minha vida ao meu lado, Luana, Vinícius e Djovana, obrigada por mesmo de longe estarem sempre comigo e por serem pessoas com quem eu sei que posso sempre contar. À Duda e ao Victor, amigos de Jaraguá que Florianópolis me permitiu encontrar, obrigada por todas as vivências, aventuras e momentos que guardo pra sempre no meu coração. Aos amigos queridos que a Universidade me deu e sem os quais teria sido muito mais difícil – e sem graça – atravessar esse período tão importante de nossas vidas: Júlia, Tauana, Bruna, Matheus e Cacau, obrigada por serem vocês e por terem tornado os últimos 5 anos muito melhores e inesquecíveis. À minha parceira Laís, não sei o que teria sido de mim sem todo o seu apoio e incentivo nos últimos anos, nunca poderei agradecer o suficiente, obrigada por tudo e principalmente por ter me escolhido.

A todos os professores da UFSC e UOttawa que marcaram minha graduação e acrescentaram tanto no meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal: muito obrigada. Agradeço especialmente a professora Camila que apesar de ter não ter tido como professora em sala de aula me acompanhou e auxiliou no período mais difícil de todo esse processo. Não posso deixar de agradecer também o Djeison, meu professor de francês e todos os professores da Garagem da Dança por levarem os ensinamentos que adquiri muito além do mundo acadêmico e tornarem meus dias melhores e mais leves, além de me permitirem viver sonhos que nunca pensei realizar.

A todos que tiveram algum papel na minha história até o momento, grande ou pequeno: muito obrigada.

RESUMO

A guerra do Iraque, iniciada em 2003 com a invasão estadunidense ao país, é um dos conflitos mais destrutivos do século XXI. Suas consequências, que se deram em todos os âmbitos - nacionais e internacionais -, se estendem até os dias de hoje, e a nação iraquiana ainda as vive diariamente. Porém, outros países foram também afetados diretamente pelo conflito. No caso do Irã, a invasão do Iraque representou um momento de mudança e de aproximação com seu antigo rival, além de introduzir uma nova organização de forças e uma nova geopolítica na região do Oriente Médio. O presente trabalho tem como hipótese principal a de que o Irã foi beneficiado em termos econômicos e estratégicos pela invasão dos Estados Unidos ao Iraque. A partir de um método de abordagem hipotético-dedutivo e o uso de dados primários e empíricos, a pesquisa apresenta um arcabouço teórico formado pela teoria realista, uma revisão da política externa estadunidense, uma análise da política externa da Doutrina Bush sob um viés realista ofensivo e uma revisão historiográfica da formação dos Estados do Irã e do Iraque com o objetivo de contextualizar o leitor e auxiliar a testar a hipótese - o que será feito a partir da análise de dados empíricos.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Política externa estadunidense. Oriente Médio. Irã. Iraque.

ABSTRACT

The Iraq war, which began in 2003 with the US invasion of the country, is one of the most destructive conflicts of the 21st century. Its consequences, which took place in all spheres - national and international -, extend to the present day, and the Iraqi nation still lives them daily. However, other countries were also directly affected by the conflict. In the case of Iran, the invasion of Iraq represented a moment of change and rapprochement with its former rival, as well as introducing a new organization of forces and a new geopolitics in the Middle East region. The present work has as its main hypothesis that Iran was benefited in economic and strategic terms by the US invasion of Iraq. From a hypothetical-deductive approach method and the use of primary and empirical data, the research presents a theoretical framework formed by realist theory, a review of US foreign policy, an analysis of the Bush Doctrine's foreign policy under an offensive realist bias and a historiographical review of the formation of the states of Iran and Iraq in order to contextualize the reader and help test the hypothesis - which will be done from the analysis of empirical data.

Keywords: International Relations. US foreign policy. Middle East. Iran. Iraq.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Grande Oriente Médio.....	47
Figura 2: Mapa do Império Persa.....	51
Figura 3: Organograma da Organização Política do Irã atual (2019).....	58
Figura 4: O Oriente Médio no Período Entre Guerras.....	65
Figura 5: A distribuição dos principais grupos étnicos e religiosos no Iraque.....	66
Figura 6: Importações iraquianas advindas do Irã de 2001 a 2011.....	76
Figura 7: Exportações iranianas de armas de 2001 a 2012.....	77
Figura 8: Exportações e importações iranianas de energia elétrica de 1993 a 2018.....	78
Figura 9: Importações iraquianas de energia elétrica de 2004 a 2011.....	78
Figura 10: Exportações e importações iranianas de gás natural de 1990 a 2011.....	79
Figura 11: Exportações iranianas de petróleo bruto de 2001 a 2011.....	80
Figura 12: Exportações iranianas de gás liquefeito de 2001 a 2011.....	80
Figura 13: Exportações iraquianas de 2001 a 2011.....	81
Figura 14: Balança comercial iraniana de 2001 a 2011.....	81
Figura 15: PIB iraniano de 2001 a 2011.....	82
Figura 16: O Crescente Xiita.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking dos 10 principais países dos quais o Iraque importou de 2001 a 2006.....	74
Tabela 2: Ranking dos 10 principais países dos quais o Iraque importou de 2007 a 2011.....	75
Tabela 3: Maiores importadores de armas advindas do Irã de 2001 a 2011	77
Tabela 4: Resultado das Eleições Parlamentares de 2005	87
Tabela 5: Votações Irã e Iraque em Resoluções da ONU relacionadas aos Direitos Humanos no Irã	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM Armas de Destruição em Massa

AG Assembleia Geral

APE Análise de Política Externa

AUI Aliança Unida Iraquiana

CBI Central Bank of the Islamic Republic Of Iran

CIA Central Intelligence Agency

CS Conselho de Segurança

CSII Conselho Supremo Islâmico do Iraque

GOM Grande Oriente Médio

IEA International Energy Agency

IISS International Institute for Strategic Studies

IRIB Islamic Republic of Iran's Broadcasting

IRGC Islamic Revolutionary Guard Corps

ONU Organização das Nações Unidas

OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSF Oil Stabilization Fund

UIRT União Islâmica de Rádio e Televisão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. INTRODUÇÃO À POLÍTICA EXTERNA E À TEORIA REALISTA OFENSIVA - APONTAMENTOS	19
2.1. Política Externa nas Relações Internacionais	19
2.2. A Teoria Realista nas Relações Internacionais e o Realismo Ofensivo de Mearsheimer	21
3. A DOCTRINA BUSH SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO DE MEARSHEIMER	26
3.1. A Corrida Eleitoral e a Formação do Governo Bush	27
3.2. Os ataques de 11 de setembro e a reação da política externa estadunidense	30
3.3. A Doutrina Bush e a Invasão do Iraque	34
3.3.1. O “Relatório de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América” .	36
3.3.2. A Invasão do Iraque	42
4. O ORIENTE MÉDIO, A REPÚBLICA DO IRAQUE E A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ	47
4.1. A República Islâmica do Irã	50
4.2. A República do Iraque	60
5. CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E ESTRATÉGICAS DA INVASÃO DO IRAQUE PARA A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ	72
5.1. Análise econômica	73
5.2. Análise estratégica	82
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95

1. INTRODUÇÃO

Desde o ataque de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, o governo estadunidense já gastou mais de 6,4 trilhões de dólares em sua cruzada de guerra ao terror (CRAWFORD, 2019). A política externa dos Estados Unidos no período pós-9/11 foi marcada pela perseguição de países agora considerados inimigos da nação, e que, segundo o então Presidente George W. Bush em seu discurso à União em 2002, formavam o grupo que ficou denominado como “Eixo do Mal” (BUSH, 2002). Após a invasão estadunidense no Afeganistão, apoiada por outras nações como o Reino Unido, Alemanha e Canadá, e com a justificativa de capturar os membros da Al-Qaeda - organização fundamentalista islâmica responsável pelo ataque em solo americano -, os Estados Unidos deram início a um novo projeto de guerra, agora no Iraque, e que por sua vez seria oposto por grande parte da comunidade internacional. Além de a invasão estadunidense no Iraque em 2003 ser considerada uma das guerras mais desnecessárias já travadas (MEARSHEIMER; WALT, 2009), existe uma percepção de que o grande vencedor da guerra não foi nem o país invasor, nem o invadido, e sim a República Islâmica do Irã (PANARMENIAN, 2008).

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar a política externa da Doutrina Bush durante a invasão do Iraque à luz da teoria realista ofensiva de John Mearsheimer e suas consequências econômicas e estratégicas em termos de segurança nacional - devido à aproximação com o Iraque - para a República Islâmica do Irã entre os anos desde o início da guerra (2003) até os dias atuais. Em relação aos objetivos específicos, estes incluem a apresentação do contexto histórico da política externa estadunidense, o estudo da Doutrina Bush à luz da teoria do Realismo Ofensivo de Mearsheimer, uma revisão historiográfica das Repúblicas do Irã e do Iraque e a análise das repercussões econômicas e estratégicas da Guerra do Iraque para a República Islâmica do Irã.

O trabalho pretende responder à pergunta de pesquisa: O Irã foi beneficiado em termos econômicos e estratégicos pela escolha dos Estados Unidos de invadir o Iraque? Assim, buscamos testar a hipótese principal de que a República Islâmica foi beneficiada pela invasão dos Estados Unidos ao país vizinho. Apesar de o período pós-9/11 ter sido caracterizado por uma agenda internacional ofensiva, esse momento não foi necessariamente uma ruptura na tendência da política externa dos Estados Unidos. Assim, para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados é necessária uma revisão de tal política externa até o período em questão. De acordo com Cristina Soreanu Pecequilo (2003), mesmo tendo atravessado diversas fases, mudanças de interesses e comportamento, com o nascimento da República estadunidense

surgiram também diversas das crenças e prioridades que se mantiveram intactas na política externa do país em diferentes períodos e, segundo ela, conformaram certo padrão de atuação no sistema internacional. Durante os períodos que abrangem a Guerra Fria (1945 - 1989) e o pós-Guerra Fria (1989 - 1999), a política externa dos EUA foi fortemente influenciada pelas prioridades definidas por este padrão histórico, o que acabou tornando-o o ponto de partida para a formulação e implementação das estratégias nacionais, fazendo com que exista um alto grau de continuidade nas prioridades estadunidenses durante a evolução da política externa do país (PECEQUILO, 2003).

Para entender mais profundamente a política externa estadunidense, o presente trabalho a analisará sob a ótica do Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer, introduzido na obra *“The Tragedy of Great Power Politics”* de 2001, onde o autor afirma que “o objetivo predominante de cada Estado é maximizar sua parcela de poder mundial, o que significa ganhar poder à custa de outros Estados” (MEARSHEIMER, 2001, p. 2). Desenvolvendo a partir de tal proposição, Mearsheimer argumenta que os Estados não buscam apenas ser o mais forte dentre as grandes potências. A teoria realista ofensiva tem como um de seus pilares a afirmação de que o objetivo final de uma potência é se tornar o *hegemon*, que o autor define como sendo “uma potência tão forte que domina todas as outras no sistema” e com a qual nenhum outro Estado possui os meios necessários para travar um conflito sério (MEARSHEIMER, 2001).

Ao analisar a história da política externa dos Estados Unidos, seu comportamento intervencionista nas Américas entre 1800 e 1900, e os resultados de tal estratégia, Mearsheimer (2001) argumenta que a nação poderia muito bem ser o principal representante do realismo ofensivo. Durante esse período, foram utilizadas pelos Estados Unidos duas estratégias principais para alcançar seus objetivos hegemônicos, são elas: a doutrina do Destino Manifesto, baseada na crença de que o povo estadunidense foi escolhido por Deus para levar o “progresso” para as outras sociedades; e a Doutrina Monroe que, com o objetivo de diminuir a influência britânica e de outros países europeus nas Américas, tinha como princípio o impedimento de recolonização europeia no continente (MEARSHEIMER, 2001).

Enquanto a estratégia estadunidense no século XIX foi a de estabelecer sua hegemonia regional, a política externa estadunidense do século XX serviu para que o país pudesse exercê-la e impedir que outras nações ameaçassem seus interesses no continente. A partir disso, surgiram diversas doutrinas de política externa que ditaram o comportamento do país no sistema internacional durante certos períodos, algumas das mais importantes serão

destacadas resumidamente a seguir, foram elas as doutrinas Roosevelt, Truman, Carter, Reagan e Clinton (PRIFTI, 2014).

Em 1902, como resposta à crise venezuelana, o presidente Roosevelt estabeleceu sua própria doutrina, que ficou conhecida como o Corolário Roosevelt. Retomando os princípios da Doutrina Monroe, a política externa do momento tinha como objetivo principal impedir que países europeus exercessem influência no hemisfério, por esse motivo os Estados Unidos adotaram uma estratégia de *big stick* no continente, - negociando cordialmente com as nações americanas, mas não excluindo a possibilidade de uso da força - e globalmente adotando o que Mearsheimer denomina de *buck-pass strategy*, ou seja, deixar com que os grandes poderes locais de uma região lidem com possíveis *hegemons* em ascensão, e acompanhar de longe (MEARSHEIMER, 2001). Nos anos seguintes, porém, com a ascensão da Alemanha no continente europeu e a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se viram em uma das situações que o autor apresenta, onde tal estratégia não é o suficiente e é preciso que o país intervenha militarmente.

A atuação estadunidense no sistema internacional durante os anos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial segue um padrão fortemente alinhado com o realismo ofensivo e alternando entre as estratégias de *buck-passing* e *offshore-balancing*. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a expansão da União Soviética e o período da Guerra Fria, surge uma nova doutrina de política externa americana implementada pelo Presidente Harry Truman e focada em combater o comunismo e a expansão soviética ao prover assistência econômica e militar à países democráticos em situações conturbadas (PRIFTI, 2014). De acordo com Bledar Prifti (2014) foram cinco os principais motivos que obrigaram a Doutrina Truman a adotar uma política externa ofensiva: o caráter anárquico do sistema internacional, a posse soviética de capacidades militares consideráveis, a suspeita e o medo estadunidense em relação à União Soviética, a necessidade de sobreviver no sistema anárquico e o comportamento racional.

Ainda com o objetivo de conter a expansão soviética, a Doutrina Truman foi retomada pela Doutrina Carter, que surgiu, assim como as anteriores, a partir de uma crise internacional: a invasão soviética no Afeganistão. Considerada uma mistura da Doutrina Truman com a Doutrina de Eisenhower - direcionada para proteger os interesses estadunidenses em relação ao petróleo e conter a expansão nacionalista árabe no Oriente Médio -, a política externa sob Carter deixou claro que qualquer tentativa por forças externas de ganhar controle sobre o Golfo Persa seria considerada uma ameaça aos interesses estadunidenses, e tais ameaças seriam repelidas por todos os meios necessários, incluindo força militar (CARTER, 1980). O fracasso de Carter, sua derrota nas eleições para o

candidato republicano Ronald Reagan e a situação internacional na década de 1980 obrigou o novo presidente a adotar uma política externa ofensiva que fosse além do Oriente Médio e lidasse com outras regiões que estavam ameaçadas pela expansão soviética, nesse sentido, a Doutrina Reagan foi marcada por uma expansão estadunidense no sistema internacional justificada pela defesa da liberdade e da democracia em países onde tais ideais estariam ameaçados (PRIFTI, 2014).

No final do século XX, sob a liderança do presidente democrata Bill Clinton, a política externa estadunidense seguiu ofensiva e intervencionista. De acordo com a análise de Marrielle Maia Alves Ferreira (2012, p. 9) dos documentos oficiais publicados pela Casa Branca, durante o governo Clinton “a concepção de segurança foi alargada e definida como a proteção do povo, do território e do modo de vida estadunidense”, o que tornou o combate aos *rogue states* e a expansão de ideais democráticos protagonistas na política externa do período. De acordo com Pecequilo (2003), no pós-Guerra Fria os Estados Unidos mantiveram a posição de superpotência apesar das dificuldades enfrentadas, e com o governo Clinton iniciaram e solidificaram a transição da hegemonia já conquistada para uma liderança em um sistema agora multipolar, por meio de uma estratégia de engajamento seletivo.

Os últimos anos do século XX e o início do século XXI foram marcados por diversas turbulências na política estadunidense, desde o processo para o *impeachment* de Bill Clinton, à volta republicana e neoconservadora ao poder com George W. Bush e os ataques de 11 de setembro, que influenciaram também na atuação externa do país. A orientação de política externa que o governo estadunidense adotou durante o governo de George W. Bush ficou conhecida como Doutrina Bush. Lançada em janeiro de 2002 no documento “*Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*”, a doutrina em questão possui como pilares a defesa da legitimidade de ataques preventivos e da noção de que se uma nação não estivesse “com” os Estados Unidos, ela estaria automaticamente contra eles (CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE, 2002).

De acordo com Christopher Layne (2007), a decisão de George Bush de invadir o Iraque e depor Saddam Hussein não representa uma ruptura no padrão de atuação estadunidense no sistema internacional, mas uma continuidade. Apesar de a justificativa para a invasão ter vindo dos acontecimentos de 11 de setembro, a estratégia de política externa adotada não é explicada apenas pelo contexto da Guerra ao Terror, pois sendo uma entre as diversas intervenções militares estadunidenses desde a Guerra Fria, o conflito no Iraque foi uma guerra hegemônica com o objetivo de estabelecer uma dominância militar e ideológica na região do Oriente Médio (LAYNE, 2007). Apesar da impressão de que os ataques de 11 de

setembro tenham mudado o curso da política externa estadunidense, a Doutrina Bush utilizou-se da expansão do poder e da busca pela hegemonia como formas de atingir a segurança nacional, o que na realidade apenas se manteve no mesmo caminho estratégico seguido pelo país desde seus primórdios (LAYNE, 2007).

Além da revisão da política externa estadunidense realizada, para que possamos atingir o objetivo de pesquisa apresentado anteriormente, é necessária também uma revisão histórica do surgimento da República Islâmica do Irã e suas relações com os Estados Unidos - que ao longo do tempo foram marcadas por uma falta de diplomacia eficaz de ambos os lados - e com o Iraque. Para entender as relações entre as duas potências é preciso primeiramente entender a construção histórica da República Islâmica do Irã, como conhecido hoje, e sua posição no Oriente Médio.

Além de nem sempre ter sido considerado uma nação islâmica, ao contrário da maioria dos países do Oriente Médio, o Irã não é uma nação árabe, mas sim persa, e já constituiu um dos maiores impérios da antiguidade, englobando grande parte do território hoje conhecido como Oriente Médio e ficando conhecido como o primeiro *hegemon* da história. Após ser anexado pelo império Árabe o islamismo tornou-se a religião oficial do país, porém a corrente adotada foi a xiita e a língua persa foi mantida, opondo-se ao restante do império, que era sunita e cuja língua oficial era o árabe. Além de um território extenso e localizado em uma das regiões mais instáveis do Oriente Médio, o Irã possui a segunda maior reserva de petróleo da região e a segunda maior reserva de gás natural do mundo, o que o torna um agente de extrema importância no sistema internacional.

Com o surgimento e a expansão do Islã no Oriente Médio a partir das pregações de Maomé, o Império Persa sofreu uma completa reorganização, tanto social quanto geopolítica, assim como enfrentou diversas ondas de invasões até o surgimento do Império Safávida - dinastia xiita formada por azeris e curdos que dominou a região entre os séculos XVI e XVIII e estabeleceu o xiismo como a religião oficial na região. A queda da dinastia Safávida em 1736 foi seguida pela formação de diversas dinastias que dominaram o território por períodos curtos, até a ascensão da linhagem Cajar em 1796, um período marcado pela crescente influência europeia nos assuntos internos iranianos assim como o crescente poder do clérigo xiita em assuntos sociais e políticos.

Entre 1925 e 1979, o Irã foi governado pela Dinastia do Xá, um reinado da família Pahlevi imposto a partir de um golpe de Estado do militar Reza Pahlevi Khan, que derrotou a ocupação britânica no país, e seguido pelo governo de seu filho, Mohammed Reza Xá. Uma das características principais do período em questão foi a aproximação do país com o ocidente

e um alinhamento social, cultural e político principalmente com os Estados Unidos. Porém, após décadas no poder e um crescente descontentamento social, a Revolução Iraniana de 1979, liderada pelo líder religioso e conservador Aiatolá Khomeini e apoiada pela maior parte da população, destituiu a família Pahlevi resultando em um afastamento brusco do ocidente e em um esfriamento das relações entre Irã e Estados Unidos.

A Revolução de 1979 deu início a um regime diferenciado que engloba elementos de uma democracia parlamentar com a teocracia islâmica e é liderado pelo clérigo xiita, além de apresentar características extremamente conservadoras e antiocidentais. Nesse sentido, o período pós-Revolução foi marcado por diversos conflitos e embates contra o ocidente e seus aliados, sendo a Crise dos Reféns Americanos e a guerra entre Irã e Iraque os exemplos mais importantes. Apesar do afastamento ideológico com o país vizinho por algum tempo, o período estudado no presente trabalho é caracterizado por uma grande aproximação econômica, política e religiosa entre os Irã e Iraque, consequência da desestabilização causada pela invasão estadunidense no Iraque e que será explicado mais detalhadamente no decorrer da pesquisa.

A importância da pesquisa aqui desenvolvida está no fato de que, apesar de outros estudos da academia brasileira já terem se dedicado à política externa da Doutrina Bush (GOMES, 2007; RESENDE, 2011) inclusive sob a ótica realista (BRITTO, 2003) e suas consequências para outras regiões como a América Latina (PECEQUILO; BATISTA; 2009), são poucos aqueles que se dedicam às consequências dessa política externa intervencionista para o Irã, principalmente tratando dos âmbitos econômicos e estratégicos como a presente pesquisa o fará. Nesse sentido, pretende-se contribuir para o campo das Relações Internacionais nas áreas de política externa, geopolítica e nos estudos sobre o Oriente Médio.

Para alcançar o objetivo principal e testar a hipótese apresentada, o trabalho será dividido em quatro capítulos: o primeiro sendo o capítulo teórico-metodológico; o segundo focado na análise da Doutrina Bush; o terceiro voltado à contextualização histórica da República Islâmica do Irã e da República do Iraque, - destacando suas relações entre si, seus vizinhos e com o Ocidente; e o quarto capítulo consistindo na análise dos dados empíricos relacionados às mudanças econômicas e estratégicas que a Invasão estadunidense do Iraque resultou para Irã.

Para o último capítulo serão analisados dados relacionados ao crescimento do PIB iraniano, às características do comércio exterior do país e suas relações com o Iraque e seus outros parceiros econômicos no Oriente Médio desde 2001. Tais dados serão coletados de plataformas como *The World Bank*, *The Atlas of Economic Complexity*, *Trading Economics*,

SIPRI Arms Transfers Database e a *International Energy Agency* e serão compilados a partir de gráficos e tabelas. Em relação às repercussões estratégicas, o foco será no aumento da proximidade entre Irã e Iraque no pós-invasão. Para entender o novo papel da potência Islâmica no Iraque, serão analisados dados em relação à questão xiita em ambos os países, à nova presença política do Irã no Iraque - partidos apoiados e suas representações na nova administração iraquiana -, o papel da mídia como instrumento de política externa, o aumento expressivo do turismo religioso entre os países vizinhos e as consequências desta aproximação para o Irã no âmbito internacional. Para isso serão utilizados dados coletados no *Pew Research Center*, *International Institute for Strategic Studies*, *Inter-Parliamentary Union Database* e *United Nations Digital Library*, além de outros artigos, notícias e bibliografias selecionadas.

2. INTRODUÇÃO À POLÍTICA EXTERNA E À TEORIA REALISTA OFENSIVA - APONTAMENTOS

Para que seja possível uma análise da política externa estadunidense durante o período da Doutrina Bush e suas repercussões para a República Islâmica do Irã, o presente capítulo pretende traçar o arcabouço teórico a partir do qual o restante da pesquisa será desenvolvido. Será então realizada uma revisão teórica do estudo da política externa, da teoria realista nas Relações Internacionais, e da teoria do Realismo Ofensivo de Mearsheimer.

2.1. Política Externa nas Relações Internacionais

Em seu livro “Introdução à Análise de Política Externa”, Ariane Figueira (2011, p. 6) caracteriza a política externa das nações como sendo “a ação empreendida pelos Estados no plano internacional”. Neste sentido, a política externa se refere às estratégias de atuação dos agentes do sistema internacional em todas as dinâmicas por ele apresentadas, assim como os objetivos e linhas mestras adotados em suas relações com os demais agentes (FIGUEIRA, 2011).

Durante o século XX, devido às grandes transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas pelas quais o sistema internacional foi submetido, grande parte das agendas de política externa das nações dedicava-se à questão da sobrevivência e dos mecanismos necessários para que esta fosse garantida em um período marcado pela corrida armamentista. Segundo Figueira (2011), este período foi de extrema importância para o campo da política externa, pois, com o objetivo de compreender a realidade daquele momento, diversos pensadores se dedicaram ao estudo do comportamento dos Estados, dando origem a algumas das principais teorias analíticas de política externa.

O estudo da política externa pode se tornar desafiador em certas situações, para Prifti (2014), existem dois desafios principais anteriores ao início de uma pesquisa na área: o metodológico e o teórico. Metodologicamente é necessário escolher entre uma abordagem de política externa individual (análise de caso) ou comparativa, e teoricamente pode-se optar entre o estudo sob a ótica da Análise de Política Externa (APE) ou de teorias de Relações Internacionais (PRIFTI, 2014).

Em relação ao desafio teórico, a disciplina de APE possui seis características específicas que a diferenciam, são elas: o fato de que a teoria é multifatorial, multinível, multidisciplinar, integrativa, focada nos agentes e orientada pelos atores específicos (HUDSON, 2005). O objetivo da APE é “o estudo da política externa de governos específicos, considerando suas determinantes, objetivos, tomadas de decisões e ações

efetivamente realizadas” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.40). Sobre ser orientada por atores estatais, para Salomón e Pinheiro:

Colocar o foco nos processos políticos estatais, como faz a APE, não significa considerar que só estes são relevantes para compreender a realidade internacional. Aliás, a APE é bastante atenta à interação das unidades de decisão governamentais com uma pletera de variados atores dentro e fora das fronteiras do Estado que influenciam a formação e implementação dessa política pública. (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.41)

Por outro lado, de acordo com Prifti (2014), as teorias de Relações Internacionais tendem a ser mais focadas e direcionadas pelos atores gerais, além de identificar a estrutura do sistema internacional como o elemento principal que caracteriza as relações entre os Estados.

Kenneth Waltz, um dos principais realistas estruturais nas Relações Internacionais, em sua obra *“Man, the State, and War: A Theoretical Analysis”* divide a análise das relações entre os agentes do sistema em três níveis: o individual, o estatal e o internacional. Para Waltz (2004), aqueles que lidam com as relações internacionais em um nível individual estão preocupados com o papel dos indivíduos na política externa de uma nação e tendem a focar naqueles à frente desta, como por exemplo, chefes de Estado, membros de seu gabinete, entre outros indivíduos que participam dos processos de tomada de decisões. Em relação ao nível estatal, Prifti (2014) coloca que a análise de política externa neste nível subjugam as ações dos indivíduos ao aparato social do Estado em questão, que inclui por sua vez a sociedade civil e as instituições políticas do Estado. Por último, a análise no nível internacional destaca a estrutura do sistema como sendo modelador das políticas externas.

Como em toda pesquisa é necessário escolher a base teórica sob a qual ela será desenvolvida, o presente trabalho realizará um estudo de caso da política externa da Doutrina Bush sob a ótica de uma teoria das Relações Internacionais, o Realismo Ofensivo de Mearsheimer, que por sua vez se encontra no nível internacional de análise apresentado por Waltz. Assim como Waltz, Mearsheimer desenvolve sua própria teoria estruturalista dentro do realismo na obra *“The Tragedy of Great Power Politics”* de 2001, onde busca explicar as causas dos conflitos internacionais e do comportamento agressivo das grandes potências no sistema internacional.

2.2. A Teoria Realista nas Relações Internacionais e o Realismo Ofensivo de Mearsheimer

O campo das Relações Internacionais é marcado por diversos debates teóricos, o primeiro deles sendo entre a corrente liberal e a realista, estes paradigmas estão presentes também no estudo da política externa. De acordo com Figueira:

Se o primeiro busca modelos propositivos de ação para os Estados visando, em última instância, à promoção da paz mundial e a construção de uma ordem legal para regulamentar a ação dos Estados, os realistas, ao contrário, buscam interpretar o que leva os Estados às guerras mundiais e o que caracterizaria, então, os períodos de paz. (FIGUEIRA, 2001, p. 7)

Apesar de a perspectiva liberal ser de grande importância para o estudo das Relações Internacionais, o presente trabalho pretende analisar a política externa estadunidense sob lentes realistas, por isso terá como foco o estudo desta corrente teórica. Três são os trabalhos realistas mais influentes do século XXI, de acordo com Mearsheimer (2001): “*The Twenty Years Crisis*” de E. H. Carr, “*Politics among Nations*” de Hans Morgenthau, e “*The Theory of International Politics*” de Kenneth Waltz.

A teoria realista é pessimista tratando-se das relações internacionais. Apesar de apresentarem diferenças teóricas e metodológicas, os autores realistas tendem a concordar que não há uma maneira simples de escapar à realidade competitiva e bélica do sistema internacional. A visão realista baseia-se em três considerações principais: primeiramente a de que os Estados são os principais atores na política internacional; a segunda consideração é a de que o comportamento das potências é influenciado principalmente pelo âmbito externo; e por último, os realistas consideram que os cálculos em relação ao poder são a prioridade dos Estados, e que, por esse motivo, estes agentes competem entre si (MEARSHEIMER, 2001).

Apesar de terem sua fundação nos pilares apresentados, as teorias realistas apresentam, cada uma, suas peculiaridades e, segundo Mearsheimer (2001), duas delas se destacam: o realismo de Morgenthau, com foco na natureza humana, e o realismo defensivo de Waltz, também conhecido como realismo estrutural. Considerado o pai do realismo nas Relações Internacionais, Hans Morgenthau viveu entre 1904 e 1980 e foi professor na Suíça e na Espanha antes de estabelecer-se na Universidade de Chicago nos Estados Unidos. A importância de sua obra “*Politics among Nations*” para a teoria realista das Relações Internacionais está no fato de ter sido o primeiro autor a efetivamente sistematizar o pensamento realista em um contexto internacional. Assim como grande parte dos autores realistas, a crítica de Morgenthau está direcionada principalmente à visão idealista e a partir dela o autor desenvolve seus próprios princípios.

A premissa principal da teoria realista de Morgenthau é a de que à frente dos Estados e tomando decisões em nome dele estão seres humanos que possuem um desejo por poder presente desde o nascimento, ou seja, “o realismo político acredita que a política, como, aliás, a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana” (MORGENTHAU, 2003, p. 47). Como consequência de tal natureza humana temos o segundo princípio do autor, o de que os interesses se definem em termos de poder, nesse sentido, os Estados estarão sempre em busca de mais poder e procurando oportunidades para dominarem outros Estados. De acordo com Mearsheimer (2001) os teóricos que seguem esta linha baseada na natureza humana reconhecem que a anarquia internacional, ou seja, a ausência de uma autoridade superior a todos os Estados leva estes agentes a se preocuparem com o que vem a ser conhecido como balança de poder, um mecanismo autorregulador que se manifesta sob a forma de luta em busca do poder no âmbito internacional (MORGENTHAU, 2003).

Kenneth Waltz, por sua vez, viveu entre 1924 e 2013 e foi professor na Universidade de Columbia. Waltz introduziu nos anos 1970 sua própria teoria realista das relações internacionais, o realismo defensivo, apresentado na obra “*The Theory of International Politics*”. Ao contrário de Morgenthau, Waltz (1979) não defende a agressividade dos Estados como resultado da natureza humana, para a teoria estrutural do autor, os agentes no sistema internacional buscam meramente sua sobrevivência, o que faz da segurança o objetivo principal dos Estados. Ainda trabalhando com os conceitos introduzidos por Morgenthau, como equilíbrio de poder e anarquia internacional, Waltz defende que esta última é a causa pela qual os Estados são forçados a competir entre si em busca de poder, sendo este o meio mais prático de alcançar segurança.

O maior ponto de divergência entre os autores está no fato de que, contrariamente à teoria realista que se baseia no pilar da natureza humana, o realismo defensivo tem como uma de suas principais proposições a ideia de que a anarquia internacional e a busca por segurança tendem a tornar os agentes do sistema internacional menos agressivos, não mais. De acordo com a teoria de Waltz, a anarquia encoraja os Estados a se defenderem, com a finalidade de manter o *status quo* e não interferir na balança de poder, o autor escreve que “A primeira preocupação dos Estados é a de manter sua posição no sistema” (WALTZ, 1979, p.126, tradução livre).

A teoria realista ofensiva que será utilizada no presente trabalho foi apresentada, como mencionado anteriormente, por Mearsheimer em 2001. Apesar de ser também uma teoria estruturalista, Mearsheimer diverge de Waltz ao defender que a estrutura do sistema torna as

grandes potências cada vez mais agressivas, e que por esse motivo é errônea a percepção de que os Estados têm como objetivo manter o *status quo*. Em sua obra o autor visa responder duas perguntas que considera de extrema importância para a teoria realista, são elas: (1) porque os Estados competem por poder e, (2) quanto poder estes mesmos Estados almejam?

“O objetivo predominante de cada Estado é maximizar sua parcela de poder mundial, o que significa ganhar poder à custa de outros Estados” é com esta afirmação que John J. Mearsheimer introduz sua contribuição à teoria realista, que ficou conhecida como Realismo Ofensivo. Como mencionado anteriormente, Mearsheimer defende que a teoria ofensiva tem como um de seus pilares a afirmação de que o objetivo final de uma potência é se tornar o *hegemon* do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001).

Apesar de também apresentar uma teoria realista estrutural, a corrente realista de Mearsheimer difere das duas das principais vertentes apresentadas anteriormente em dois pontos. Ao contrário do realismo defensivo de Waltz, o realismo ofensivo não encontra no sistema internacional grandes potências satisfeitas com o *status quo*, isso se dá, pois o sistema apresenta grandes incentivos para que os Estados procurem cada vez mais por mais poder e influência em relação às outras potências. Em relação à Morgenthau, Mearsheimer (2011) coloca que apesar da concordância no fato de que os Estados estão sempre em busca de poder, isso se dá, pois o sistema internacional os força nessa direção, tornando esta a única forma de alcançar um nível máximo de segurança:

Em outras palavras, a sobrevivência exige um comportamento agressivo. Grandes potências se comportam agressivamente não porque elas querem ou porque possuem algum impulso interno para dominar, mas porque elas têm que buscar mais poder caso queiram maximizar suas chances de sobrevivência. (MEARSHEIMER, 2001, p. 21, tradução livre)

Para Mearsheimer (2001, p. 41) "Nunca houve um *hegemon* global, e não é provável que haja algum em um momento próximo". Apesar disso, o autor coloca que os Estados Unidos é o único *hegemon* regional na história moderna, apesar de outros Estados terem lutado grandes guerras na busca deste *status* (MEARSHEIMER, 2001). Para Carlos L. Yordán (2006), se os Estados Unidos são um exemplo do conceito de hegemonia de Mearsheimer isso quer dizer que a definição desta não está diretamente ligada à construção de um império propriamente dito, hegemonia estaria mais relacionada à capacidade da potência para influenciar as preferências de outros Estados da região sobre políticas exteriores e de defesa, moldando-as de acordo com seus próprios interesses e preferências e impedindo que haja espaço para outras nações desafiarem sua posição no sistema.

Estados que atingem a posição de *hegemon*, como é o caso dos Estados Unidos mesmo que apenas regionalmente, tendem a adotar uma posição de *offshore-balancers*, ou seja, com o objetivo de bloquear a ascensão de outros potenciais *hegemons*, sua estratégia é a de projetar força militar em outras regiões para auxiliar Estados considerados mais fracos a balancear contra ameaças mais fortes e que podem vir a atingir uma dominação regional (MEARSHEIMER, 2001).

Devido ao entendimento da teoria realista ofensiva de que os Estados estão sempre em busca de mais poder para se tornarem o *hegemon* do sistema, Carlos Yordán (2006) coloca que as políticas externas das grandes potências são, em natureza, revisionistas, procurando sempre por oportunidades de usar suas capacidades para reordenar o sistema internacional de acordo com seus interesses. Outro ponto defendido por Mearsheimer é o de que o poder militar é a única forma com a qual um *hegemon* pode se manter no controle, nesse sentido, implicitamente o autor defende que esta nação deve ser capaz de se proteger de ameaças nucleares (YORDÁN, 2006). Ao tratar do conceito de hegemonia, Yordán coloca que:

Apesar de a hegemonia global ser o objetivo final, Mearsheimer mantém que a maioria das potências pode apenas esperar se tornar uma hegemonia regional, pois uma hegemonia global é difícil de se alcançar devido aos oceanos que atrapalham a projeção de poder para outras partes do globo. (YORDÁN, 2006, p. 129, tradução livre)

Embora não haja previsão de existir um *hegemon* global, Mearsheimer (2001) afirma que as nações sempre almejam ser muito mais ricas, possuir mais terras e uma força militar e nuclear superior à de seus rivais. Nesse sentido, dentre as estratégias mais utilizadas pelos Estados para movimentar a balança de poder para sua direção, Mearsheimer seleciona a guerra, a chantagem, o *bait and bleed* e o *bloodletting*. Já no sentido de impedir que outros Estados movimentem esta balança de poder, *balancing* e *buck-passing* são as estratégias mais comuns (MEARSHEIMER, 2001).

Apesar de a guerra ser o instrumento principal para adquirir poder, a estratégia da chantagem, por constituir apenas uma ameaça do uso da força, se torna mais atrativa, pois não depende de grandes gastos, por outro lado, ela não possui a mesma efetividade que a primeira. A estratégia de *bait and bleed*, mencionada pelo autor, consiste na provocação de guerras entre outros Estados rivais, onde não necessariamente a grande nação se envolverá diretamente, porém tal esquema pode se tornar bastante complicado. Por último, o *bloodletting*, uma variante da estratégia anterior, depende da nação tomar medidas para que guerras em que adversários estão envolvidos sejam prolongadas e destrutivas (MEARSHEIMER, 2001).

Em relação a impedir a movimentação da balança de poder por outros Estados, a estratégia de *balancing* se baseia no compromisso de outros Estados ameaçados em conter seus rivais, eles carregam o fardo de dissuadir, ou até mesmo enfrentar, o agressor. Por outro lado, a estratégia de *buck-passing* acontece quando as grandes nações se utilizam de outras potências para lidar com o oponente em territórios mais distantes, enquanto eles permanecem à margem (MEARSHEIMER, 2001).

Mearsheimer entende que, na prática, o realismo, principalmente a vertente ofensiva, tende a não ser uma visão de mundo abertamente defendida por estadistas e tomadores de decisão, isso se dá principalmente, pois sua premissa central de que faz sentido os Estados entrarem em conflitos com outros agentes em busca de poder não possui muito apelo, principalmente no Ocidente. O fato de não ser abertamente defendida não significa que a teoria não se aplica, apenas que, de acordo com Mearsheimer, a maioria das pessoas prefere acreditar e ver tais conflitos como sendo entre “o bem e o mal”, o que acontece então é que, no geral, líderes de grandes potências justificam ações agressivas e belicosas no sistema internacional como cruzadas morais e ideológicas, escondendo assim seus interesses em termos de poder (MEARSHEIMER, 2001).

Mearsheimer explica que, como nação, os Estados Unidos tendem a rejeitar o realismo devido aos princípios que guiam a nação desde seus primórdios, isso se dá, pois, a visão pessimista do realismo entra em conflito direto com a interpretação otimista estadunidense influenciada pelos valores liberais tão fortes no país. Porém, apesar de uma opinião pública contrária a esta corrente, a política externa americana tem sido muitas vezes guiada pela lógica realista, o que é mascarado por discursos públicos de seus líderes que levam a outro entendimento (MEARSHEIMER, 2001). Para Mearsheimer, a tendência estadunidense de agir de forma contrária a seus discursos é muito comum e inclusive já foi denunciada diversas vezes por líderes de outros Estados.

Ao escolher a teoria realista ofensiva como marco teórico do presente trabalho é considerado a afirmação de Prifti (2014) de que apesar de a teoria não explicar tudo em relação à política externa dos Estados Unidos, ela é uma ferramenta poderosa para explicar certas ações políticas em um sistema internacional anárquico marcado por diversos conflitos e guerra. E é nesse mesmo sentido que Mearsheimer, reconhecendo a própria teoria como imperfeita, coloca que:

Em resumo, o realismo ofensivo é como uma poderosa lanterna em um quarto escuro: apesar de não iluminar cada recanto e fenda, na maior parte do tempo é uma ferramenta excelente para navegar pela escuridão (MEARSHEIMER, 2001, p. 11, tradução livre)

3. A DOCTRINA BUSH SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO DE MEARSHEIMER

A política externa estadunidense, como apontado anteriormente, apresenta um alto grau de continuidade em seus interesses e objetivos, e mesmo tendo sido diversas as doutrinas e estratégias de política externa adotadas durante a história dos Estados Unidos para que tais objetivos fossem alcançados, o presente trabalho tem como foco apenas uma: a Doutrina Bush. De acordo com Ivo H. Daalder e James M. Lindsay em sua obra *“America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy”* de 2003, a Doutrina Bush representou uma revolução na política externa estadunidense, não em termos de metas, mas sim de como alcançá-las. Os autores defendem que, em seus primeiros meses como Presidente, George W. Bush redefiniu diversos dos princípios-chave sobre como os Estados Unidos deveriam agir no sistema internacional, dentre as principais mudanças estão: a substituição do multilateralismo pelo unilateralismo, a defesa de uma estratégia proativa voltada à prevenção ao invés da reação e contenção - principalmente em relação à proliferação das armas de destruição em massa -, a priorização da mudança de regimes em Estados inimigos em vez de dar espaço às negociações e a adoção da luta contra o terrorismo (DAALDER e LINDSAY, 2003).

O presente trabalho tem como um de seus objetivos específicos o estudo da Doutrina Bush sob a ótica da teoria realista ofensiva de Mearsheimer, apresentada anteriormente. Assim como já mencionado, o realismo ofensivo defende que o principal objetivo das grandes nações é um acúmulo crescente de poder para se tornar um *hegemon* no sistema internacional, para isso a estratégia de política externa defendida é uma ofensiva e voltada à mudança da balança de poder a favor do *hegemon*, perturbando assim o *status quo*. Com o fim da Guerra Fria e da organização bipolar do sistema internacional, uma das visões mais difundidas entre aqueles que iriam futuramente formar parte do governo de George Bush, era a de que o momento em questão era propício para a expansão do poder estadunidense, o estabelecimento do *hegemon* e a perseguição de uma organização unipolar do sistema. Tal objetivo da Doutrina Bush já estava bastante presente na campanha eleitoral que se deu entre George W. Bush e Al Gore - vice de Bill Clinton - porém, os ataques de 11 de setembro de 2001 trouxeram a legitimidade necessária para que o presidente eleito em 2000 pudesse implementar sua própria estratégia e obter apoio de Washington e da população.

O presente capítulo utiliza como fonte primária o documento *“Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”* de 2002 - onde a Doutrina Bush foi oficialmente publicada -, e como fontes secundárias são utilizadas as obras de Daalder e Lindsay (2003), Pecequillo (2003), Yordán (2006) e Jervis (2003). A bibliografia mencionada

foi selecionada para que, em conjunto com a teoria realista ofensiva de Mearsheimer, seja possível compreender os principais pilares, objetivos e estratégias da política externa da Doutrina Bush até o momento em que esta culminou na Invasão do Iraque em 2003.

3.1. A Corrida Eleitoral e a Formação do Governo Bush

Para que seja possível entender a fundo a doutrina de política externa do governo de George W. Bush é preciso analisar primeiramente o contexto em que o presidente foi eleito e como seu governo foi formado. Eleito em 2000 pelo partido republicano, George W. Bush foi o sucessor de Bill Clinton e o 43.º Presidente dos Estados Unidos. Devido à popularidade de Clinton ter se mantido apesar do processo de *impeachment*, e do sucesso econômico de sua administração, acreditava-se que seu vice, Al Gore, apresentava grandes chances de ser o seu sucessor no governo. Porém, as eleições de 2000 foram marcadas por diversos erros na campanha democrata e uma renovação do partido republicano, o que resultou, após uma corrida eleitoral polêmica e tumultuada, na vitória republicana (PECEQUILO, 2003).

Desde o início de sua campanha, George Bush mostrou pouco interesse - e muitas vezes pouco conhecimento - em termos de política externa. Como resposta às críticas em relação à sua inaptidão para o cargo, o candidato montou uma equipe formada por 8 assessores republicanos que viriam a auxiliá-lo em diversas questões, mas principalmente política externa. O grupo, que ficou conhecido como “*Vulcans*”, era composto por Condoleezza Rice, Paul Wolfowitz, Richard Armitage, Robert Blackwill, Stephen Hadley, Richard Perle, Dov Zakheim e Robert Zoellick. Os “*Vulcans*” de Bush se dividiam em duas alas, a ala neoconservadora, ou também conhecida como democrática imperialista, e outra composta por nacionalistas assertivos. Em contrapartida, a falta de conhecimento de Bush em termos de política externa não necessariamente significava a falta de opiniões formadas, apesar de o presidente solicitar constantemente a ajuda de seus assessores e encorajar as discussões entre eles, quando necessário ele passava por cima destes e tomava decisões por si só (DAALDER e LINDSAY, 2003).

De acordo com Daalder e Lindsay (2003), a ala neoconservadora, ou democrática imperialista, liderada por Paul Wolfowitz e Richard Perle, argumentava que a nação deveria se utilizar de seu poderio militar, econômico e político ativamente para refazer o mundo à sua imagem, o que serviria não só aos interesses estadunidenses, mas de outras nações também. De acordo com Pecequilo (2003, p. 363), “o renascimento neoconservador pode ser atribuído a dois fatores: sua capacidade de coesão e mobilização, que permitiu a manutenção e expansão de sua base mesmo quando afastados do poder, e o recuo dos moderados,

republicanos e democratas”. Afastados do poder desde o governo Reagan, a nova ascensão da ala neoconservadora no governo estadunidense acreditava que o período pós-Guerra Fria deveria ser utilizado como um momento de crescimento e expansão, para se aproveitar da condição unipolar em que o sistema internacional se encontrava e aumentar então o poder energético da nação, além de conquistar novos espaços (PECEQUILO, 2003). Considerando que a questão energética se tornou uma das pautas principais no governo Bush, a necessidade de estabelecer uma presença no Oriente Médio, uma das regiões mais importantes em termos energéticos, já se apresentava anteriormente aos ataques de 11 de setembro e surgia como uma forma de os Estados Unidos exercerem poder e manter seu *status* de *hegemon* no sistema.

Por outro lado, a ala nacionalista assertiva, que representava maior parte do grupo de assessores de George Bush, era bastante cética em relação à ideia de *nation-building* defendida pelos neoconservadores, pois não acreditavam ser viável se utilizar de forças estadunidenses para construir o que outras nações não conseguiam construir por si mesmas. Rice e Dick Cheney - que viria a se tornar vice-presidente de Bush -, acreditavam na utilidade das forças armadas americanas no sentido de dissuadir e derrotar ameaças à segurança nacional, o que também atenderia aos interesses da comunidade internacional (DAALDER e LINDSAY, 2003). De acordo com Rice,

A busca dos Estados Unidos pelo interesse nacional criará condições que promovam a liberdade, os mercados e a paz. Sua busca pelos interesses nacionais após a Segunda Guerra Mundial levou a um mundo mais próspero e democrático. Isso pode acontecer novamente. (RICE, 2000, p. 47, tradução livre)

Segundo Daalder e Lindsay (2003), a lógica por trás da política externa de Bush encontrava raízes no pensamento hegemônico da teoria realista - presente também no realismo ofensivo de Mearsheimer -, pois defendia que o poder estadunidense e a disposição dos Estados Unidos em exercê-lo, mesmo contra objeções de outros, era a chave para proteger os interesses da nação no sistema internacional. Os autores apontam cinco preposições sob as quais a teoria hegemônica se baseia - quatro bastante comuns à teoria realista -, são elas: uma noção pessimista do sistema internacional como um ambiente perigoso em que todos estão contra todos para defender seus próprios interesses; a ideia de que os Estados-nação com interesses próprios e individuais são os principais atores no sistema; a visão de que o poder, principalmente o militar, é a moeda mais importante do sistema; a opinião de que acordos e instituições multilaterais não são essenciais nem necessariamente favoráveis aos interesses estadunidenses; e por último, o entendimento de que os Estados Unidos são uma grande potência única e outros os veem como tal, a única proposição que não se encaixa na teoria

realista, pois esta é mais focada na estrutura do sistema internacional (DAALDER e LINDSAY, 2003).

Durante sua campanha, as agendas interna e externa apresentadas por Bush visavam mudanças em relação ao governo anterior. A agenda interna foi denominada de “conservadorismo com compaixão” e, segundo Pecequilo (2003), tinha como objetivo recuperar “a verdadeira moral da América” que os republicanos acreditavam ter sido esquecida pelos liberais. Já externamente, a plataforma adotada pelo governo ficou conhecida como “internacionalismo diferenciado” e seguia a linha neoconservadora ao defender que o momento unipolar deveria ser aproveitado para reforçar a hegemonia estadunidense. Os republicanos acreditavam que a linha de política externa adotada pelos governos democratas enfraqueceu a posição do país no sistema internacional e que a ausência de outras grandes potências disputando a hegemonia não tornava as relações internacionais mais seguras (PECEQUILO, 2003).

Nesse sentido, ainda durante a campanha de Bush, já era bastante difundida a ideia de que havia certos Estados que ameaçavam os ideais dos Estados Unidos e seriam inimigos da ordem hegemônica estadunidense. De acordo com Pecequilo (2003, p. 367), tais inimigos seriam países “pequenos, hostis, não democráticos, com ambições de expansão regional, que patrocinam o terrorismo e investem em tecnologias de destruição em massa.” Nessa lista, os países que apresentavam mais riscos aos interesses e à segurança dos Estados Unidos seriam Irã, Iraque, Coreia do Norte, Afeganistão, Síria, Líbia e Cuba. Como mencionado anteriormente e apontado por Pecequilo (2003), a classificação destes *rogue* (ou *failed*) *states* tem sua origem na doutrina Clinton, mas o modo de lidar com eles difere entre às duas doutrinas: ao contrário do que pregavam os democratas, a proposta neoconservadora no partido republicano visava um enfrentamento destes inimigos para o seu enquadramento.

Apesar do trabalho de George Bush e dos “*Vulcans*” ter resultado na vitória da Casa Branca, isso não levou à escolha dos assessores para os principais cargos no gabinete do presidente, com exceção de Condoleezza Rice, que foi apontada como conselheira de segurança nacional. A formação de um gabinete forte era, para Bush, de extrema importância para fortalecer sua imagem e aumentar a credibilidade de seu governo, comprometida, pois grande parte da população não o via como apto para o cargo. Além disso, o Presidente acreditava que um gabinete com contradições internas seria útil ao gerar debates e discordâncias nas quais ele obteria mais informações para tomadas de decisões (DAALDER e LINDSAY, 2003). Porém, segundo Daalder e Lindsay (2003), isso criaria dois desafios: primeiramente, garantir que as tensões entre seus assessores fossem suficientes para lhe

fornecer as informações necessárias para tomadas de decisões; mas, ao mesmo tempo, certificar-se de que todos sabiam que ele era o chefe de Estado em todos os assuntos, inclusive política externa.

Ao contrário do esperado, os primeiros meses do governo de George W. Bush não apresentaram diversas mudanças ou um grande engajamento em termos de política externa, pelo contrário, assuntos como terrorismo e armas de destruição em massa não se encontravam perto das prioridades do presidente. Porém, com os ataques de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, é possível perceber uma grande mobilização e mudança de prioridades, que resultaram, em 2002, na publicação do documento “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América” onde a Doutrina Bush foi oficialmente definida.

3.2. Os ataques de 11 de setembro e a reação da política externa estadunidense

Em 11 de setembro de 2001, quatro aviões comerciais com passageiros a bordo foram sequestrados por terroristas infiltrados nos Estados Unidos, dois deles colidiram contra as Torres Gêmeas em Nova Iorque, o terceiro atingiu o Pentágono, e o último caiu na Pensilvânia sem alcançar seu objetivo, que seria *Camp David*. Os alvos escolhidos pelo grupo terrorista al-Qaeda - que viria a reivindicar o ataque -, representavam símbolos do poderio econômico e militar estadunidense, fazendo com que a tragédia se tornasse um marco não apenas para os Estados Unidos, mas também para toda a comunidade internacional ao acabar com o mito de que o território continental do país era inviolável (PECEQUILO, 2003).

De acordo com Pecequilo (2003), a reação do governo ao ataque foi imediata e voltada a controlar os sentimentos de insegurança e medo instalados na população. Para isso, o governo atuou em três dimensões: foi primeiramente declarada guerra, em seguida houve a convocação de uma ampla aliança nacional, seguida pela identificação e punição dos responsáveis (PECEQUILO, 2003). Mais tarde viria a ser formada também uma coalizão internacional com o objetivo de combater a ameaça do terrorismo. O governo Bush, que em seus primeiros meses apresentava uma popularidade baixa e em constante queda, presenciou então uma drástica mudança de cenário, onde o presidente rapidamente se tornou um dos mais populares na história do país e viu seus índices de aprovação crescerem acima de 80%, além de perceber que a maior parte da população estadunidense - cerca de 90% -, apoiava uma retaliação imediata ao ataque (PECEQUILO, 2003).

Uma das grandes expectativas em Washington nos períodos que seguiram o 11 de setembro era uma mudança de opinião e estratégia por parte do presidente, que até o momento vinha seguindo uma linha de ação unilateralista. De acordo com Daalder e Lindsay (2003),

acreditava-se que Bush perceberia a necessidade de uma maior adesão ao multilateralismo no sentido de trabalhar em conjunto com outras nações para identificar e combater ameaças terroristas transnacionais, mas não foi o que aconteceu. Os acontecimentos de 2001 resultaram no abandono de uma posição isolacionista tomada nos primeiros meses de governo e serviram como justificativa para adoção de uma política externa internacionalista ofensiva disfarçada de uma cruzada em busca de liberdade e democracia no sistema internacional (DAALDER e LINDSAY, 2003).

Os ataques terroristas de 2001 impossibilitaram para Bush manter os assuntos de política externa em segundo plano como vinha fazendo em seus primeiros meses de mandato, e dias após o 11 de setembro, a guerra ao terror se tornou a principal prioridade do governo. Segundo Daalder e Lindsay (2003), contrariamente às expectativas mencionadas anteriormente, os acontecimentos de 2001 serviram para Bush como uma comprovação de sua visão de mundo, comprovando aquilo que ele sempre acreditou: o mundo era um lugar perigoso onde acordos e instituições internacionais não possuíam o poder necessário para garantir a segurança da nação, os únicos que poderiam fazê-lo eram as forças armadas. Um dos principais pilares da doutrina Bush fica bastante claro na vontade do presidente em levar a guerra aos inimigos, ou seja, a melhor defesa é uma boa ofensa. Uma das influências realistas mais presentes no pensamento de Bush diz respeito à ideia de que, apesar de o terrorismo ser uma ameaça transnacional, o sistema internacional é uma estrutura composta de Estados, e a divisão entre aliados e inimigos na guerra travada em 2001 refletia essa noção: não apenas o terrorismo, os inimigos dos Estados Unidos passaram a ser todo e qualquer Estado que se opusesse a eles, que abrigasse, ajudasse ou patrocinasse grupos terroristas (DAALDER e LINDSAY, 2003).

Um dos pontos mais importantes em relação à política interna dos Estados Unidos no período diz respeito ao fato de que logo após os ataques, Bush passou a enfrentar pouca - e em certas situações nenhuma - resistência do Congresso e da população para aprovação de suas medidas. De acordo com Pecequilo (2003), as medidas formalizadas na Lei Antiterrorismo - aprovada pelo Congresso quase que por unanimidade - foram aceitas e até endossadas pela população, mesmo estas representando restrições de liberdades e o aumento do orçamento e poder de certas agências federais. Algumas das medidas presentes na legislação, que mais tarde foi sistematizada no Ato Patriota, vigente até hoje, incluem:

[...] a ampliação do poder das agências federais e locais, a instalação de tribunais militares de exceção, o encarceramento e isolamento de suspeitos (e sua eventual deportação), o monitoramento de telefones, computadores e correio, o controle de movimentações bancárias e a invasão de privacidade. (PECEQUILO, 2003, p. 379)

Além destas medidas e da questão problemática envolvendo a relativização da tortura como forma de interrogar suspeitos, presente na legislação, foi criado também o *Office of Homeland Security* (Departamento de Segurança Doméstica), que por sua vez, tinha como objetivo “articular domesticamente ações de combate ao terrorismo” (PECEQUILO, 2003).

O apoio da comunidade internacional após os ataques foi imediato: além do suporte recebido de seus parceiros mais antigos, os Estados Unidos contaram também com aprovação de uma resolução da Organização das Nações Unidas. Ficou definido na Resolução 1368 que a organização: condena os ataques e, assim como quaisquer outros atos terroristas, os considera uma ameaça à segurança internacional; incentiva todos os Estados a atuarem em conjunto para combater o terrorismo e trazer à justiça os perpetradores, organizadores e patrocinadores destes ataques, além de salientar que os responsáveis por ajudar, apoiar ou abrigar os responsáveis por atos terroristas serão também responsabilizados; e expressa estar pronta para tomar todas as medidas necessárias para responder aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e combater todas as formas de terrorismo (CS, 2001).

Apesar da Resolução da ONU e de outras medidas tomadas por instituições internacionais a favor dos Estados Unidos, Washington em diversos momentos evitou as ofertas de auxílio de seus aliados, com exceção da Grã-Bretanha e da Austrália na guerra do Afeganistão (DAALDER e LINDSAY, 2003). Segundo Daalder e Lindsay (2001) o que se pode perceber ao analisarmos a reação de Bush e seu gabinete em relação aos ataques é que, mesmo em momentos em que estes trabalharam por meio das instituições internacionais, isso se deu como resposta tática ao 11 de setembro, e em nenhum momento significou uma conversão dos ideais do presidente e a adesão ao multilateralismo. Apesar da formação de coalizões internacionais *ad hoc* de combate ao terrorismo, os autores ainda destacam que o presidente se recusou a se comprometer a agir apenas com a aprovação e suporte da comunidade internacional, muito pelo contrário, os Estados Unidos não possuíam nenhuma intenção de permitir que outros ditassem seu comportamento, mesmo que isso significasse a perda de suporte de outras nações (DAALDER e LINDSAY, 2003). Além de liderar a guerra contra o terrorismo, o governo estadunidense tinha como objetivo também mostrar à comunidade internacional que, no papel de *hegemon*, os Estados Unidos não necessitavam ou aceitariam se submeter ao poder de nenhuma outra grande nação ou instituição internacional.

Contrariamente aos desejos e objetivos republicanos em termos de política externa, no primeiro momento pós-11 de setembro, ao iniciar os planos para a iminente retaliação, o governo estadunidense foi obrigado a amparar-se na comunidade internacional e aderir, de certa forma, ao multilateralismo. Oficialmente denominada de *Operation Enduring Freedom*

(Operação Liberdade Duradoura), a operação montada pelos Estados Unidos e a coalizão internacional que os apoiaram apresentava três objetivos principais: a destruição da al-Qaeda e do regime Talibã no Afeganistão, a reconstrução política e econômica do Afeganistão após o fim do regime, e a eliminação do terrorismo em escala global (PECEQUILO, 2003). Tentativas diplomáticas para negociar com o regime Talibã na esperança de que estes entregassem Osama Bin Laden e outros membros da al-Qaeda foram utilizadas, mas após duas semanas e o fracasso nesta investida, em 7 de outubro de 2001 os Estados Unidos e a Grã-Bretanha deram início à guerra no Afeganistão. A operação militar foi um sucesso ao conseguir, em dezembro de 2001, destruir o regime Talibã no país. Em contrapartida, os membros da organização terrorista permaneciam livres, e garantir que o Afeganistão nunca mais hospedasse organizações terroristas contava com o sucesso estadunidense em estabilizar uma nação extremamente dividida, marcada por tensões internas e devastada pela guerra, o que não aconteceu (DAALDER e LINDSAY, 2003).

De acordo com Daalder e Lindsay (2003), durante os preparativos para a invasão no Afeganistão, pouco foi discutido sobre o que aconteceria com o país após a derrubada do regime. Como mencionado anteriormente, grande parte do gabinete de Bush era composto por nacionalistas assertivos que não acreditavam ser do interesse estadunidense uma proposta de *nation-building*. O resultado da falta de um plano de reconstrução do Afeganistão pós-Talibã foi o surgimento de uma crise, não só financeira, mas principalmente de segurança interna no país. A busca pelos membros da al-Qaeda prolongou combates no território afegão muito além do fim do regime, além do fato de que o vácuo de poder criado pela queda do Talibã foi preenchido por senhores de guerra em diversas regiões, acentuando ainda mais conflitos e tensões internas (DAALDER e LINDSAY, 2003).

Em 2003, mesmo após uma declaração do Secretário de Defesa dos Estados Unidos anunciando que seria possível passar da fase de combate militar para a fase final de estabilização e de um comunicado por parte de Lakhdar Brahimi na ONU apontando que a falta de segurança no Afeganistão gerava uma situação preocupante e que tendia a piorar, o Presidente Bush declarou que “uma força-tarefa de Operações Especiais, liderada pela 82.^a Aerotransportada, seguia no encalço dos terroristas e daqueles que procuram minar o governo livre do Afeganistão”, comprovando que, ao contrário do que se previa, a guerra no Afeganistão estava longe do fim (DAALDER e LINDSAY, 2003, p. 115).

Os primeiros meses após os ataques terroristas de 11 de setembro representaram momentos de tensão e medo não só nos Estados Unidos, mas em todo sistema internacional. A ameaça terrorista que se tornou ainda mais evidente após 2001 tornou-se o foco de diversas

discussões em todo o globo. Apesar da crença da comunidade internacional de que após a guerra no Afeganistão o foco de Bush sairia de uma luta armada e se concentraria na aplicação da lei, isso não ocorreu. A guerra no Afeganistão representou apenas o início de uma estratégia ofensiva por parte do presidente George W. Bush. Um ano após os acontecimentos que marcariam a política externa americana pelos próximos anos, em setembro de 2002 foi publicado pela Casa Branca o “*Relatório de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*”, onde foram traçados os principais objetivos e estratégias da presidência de George W. Bush, e onde foi definida oficialmente a Doutrina Bush.

3.3. A Doutrina Bush e a Invasão do Iraque

Provavelmente um dos maiores exemplos práticos do realismo ofensivo de Mearsheimer na política externa estadunidense, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos se iniciou em março de 2003, porém, o país já se encontrava na mira de Washington há algum tempo. De acordo com Pecequilo (2003), o governo Bush identificava o momento em que o sistema internacional se encontrava, mesmo antes do 11 de setembro, como um período onde o poder dos Estados Unidos deveria ser exercido unilateralmente, os acontecimentos de setembro de 2001 serviram assim como a legitimação deste padrão e da visão neoconservadora, que passou a dominar então a política externa do país. A autora ainda coloca que outro resultado dos ataques foi o suprimento da necessidade da nação de possuir um “inimigo” a combater, presente desde o fim da Guerra Fria (PECEQUILO, 2003).

Segundo Pecequilo (2003), a breve adesão dos Estados Unidos ao multilateralismo, demandado durante a guerra no Afeganistão, foi logo substituído novamente por uma linha de ação agressiva e unilateral. A guerra ao terror travada após os ataques de 11 de setembro serviu como uma nova justificativa por parte do governo Bush para dar continuidade ao seu plano de ação voltado à expansão de seu poder hegemônico e militar. O discurso adotado e direcionado à segurança nacional, apesar do que muitos passaram a acreditar, não era novidade, muito menos surgiu em 2001, tratava-se de um instrumento para que fosse possível alcançar objetivos já traçados anteriormente - e sem relação direta - aos ataques (PECEQUILO, 2003).

Em relação ao Iraque, a tentativa de ligar Saddam Hussein, presidente do país, à al-Qaeda e aos ataques às Torres Gêmeas também não surgiu apenas em 2003. De acordo com Pecequilo (2003), representados pelo subsecretário de defesa Paul Wolfowitz, certos setores da Secretaria de Defesa dos Estados Unidos acreditavam no papel crucial de Hussein em

associação com Bin Laden desde os primeiros momentos que seguiram os ataques. Além disso, de acordo com Daalder e Lindsay (2003), Wolfowitz acreditava que a administração de George W. H. Bush - pai do atual presidente - havia cometido um grande erro ao encerrar a Guerra do Golfo antes de remover Saddam Hussein do poder. Apesar de terem sido ignoradas no primeiro momento, estes avisos e teorias ligando o presidente iraquiano a organizações terroristas e à posse de armas de destruição em massa foram utilizados pelo presidente Bush em 2003 para justificar a invasão do Iraque. Ao contrário do que ocorreu durante a invasão no Afeganistão, que tinha como justificativa uma retaliação aos acontecimentos de 11 de setembro e a busca dos responsáveis por estes, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos não contou com o apoio da comunidade e de organizações internacionais, e é até hoje considerada uma das guerras mais desnecessárias já travadas.

De acordo com Yordán (2006), a política externa da doutrina Bush durante a invasão do Iraque foi, seguindo a linha da teoria realista ofensiva de Mearsheimer, revisionista, pois tinha como objetivos principais o restabelecimento da proeminência e influência dos Estados Unidos no Oriente Médio ao mesmo tempo em que almejava recriar o sistema internacional conforme os interesses e ideais estadunidenses, e para isso, passariam por cima de interesses de outros Estados, normas internacionais e procedimentos legais. Para o autor, fica claro que a guerra do Iraque foi uma guerra ofensiva ao analisarmos o fato de que, em questão de meses, o que era considerado apenas uma questão regional, foi transformada pela administração Bush em uma ameaça iminente aos Estados Unidos, que não possuía nenhuma outra saída a não ser um conflito armado (YORDÁN, 2006). Nesse sentido, Yordán ainda aponta que:

Ambos os fatores sistêmicos e domésticos após os ataques de 11/9 forneceram uma oportunidade para que Bush e seus assessores pudessem formular uma nova estratégia de política externa que permitisse a expansão de seu poder no Oriente Médio. Mas o objetivo não era apenas remover o regime de Saddam Hussein do poder, mas também usar a guerra como um novo passo em direção à hegemonia global, como descrita no trabalho de Mearsheimer. (2006, p. 132, tradução livre)

De acordo com Pecequilo (2003), um dos primeiros sinais de que o governo de Bush se utilizaria da guerra ao terror como instrumento para alcançar seus objetivos, declarados ou não, foi durante o discurso do Presidente em janeiro de 2002 no anual *State of the Union*, onde foi lançado o conceito de “Eixo do Mal” para se dirigir aos Estados considerados ameaças à segurança nacional por serem países autoritários e que desenvolviam projetos de hegemonia regional, armas de destruição em massa, além de promoverem o terrorismo internacional. O conceito retomava a ideia de “Império do Mal” introduzida por Reagan, e englobava inicialmente os países Irã, Iraque e Coreia do Norte, sendo seguidos também por

Líbia, Síria e Cuba. O discurso inicial foi seguido por outro de mesmo cunho em junho e foi oficializado em setembro com a publicação da nova Estratégia de Segurança Nacional.

3.3.1. O “Relatório de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”

De acordo com Layne (1998), o termo “grande estratégia” diz respeito ao:

Processo pelo qual um Estado combina seus objetivos e instrumentos na busca de segurança. Em tempos de paz, a grande estratégia abrange o seguinte: a definição dos interesses do Estado em termos de segurança; a identificação das ameaças a tais interesses; e a alocação de recursos militares, diplomáticos, e econômicos para defender os interesses do Estado (LAYNE, 1998, p. 8, tradução livre).

Nos Estados Unidos, em concordância com a definição de Layne, a “grande estratégia” se dá em grande parte em termos de segurança nacional, e nesse sentido, cada governo apresenta sua própria estratégia - que pode vir a se tornar uma doutrina - no “*Relatório de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*”. De acordo com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (2021, p. 150), o documento, aprovado pelo presidente, tem como objetivo “o desenvolvimento, aplicação e coordenação dos instrumentos de poder nacionais para alcançar os objetivos que contribuam para a segurança nacional”.

Apesar de os primeiros meses do governo de Bush não terem apresentado muitos avanços em termos de política externa, os acontecimentos em setembro de 2001 impulsionaram a administração nesse sentido e puderam ser utilizados como justificativa para a adoção de uma estratégia ofensiva já planejada. O que se pode perceber do projeto de política externa de Bush anterior à eleição, e que foi adotado após os ataques terroristas, é uma doutrina que tem como objetivo principal a expansão da hegemonia estadunidense de forma ofensiva visando garantir a segurança nacional, características que são também os pilares da teoria realista ofensiva de Mearsheimer. De acordo com Robert Jervis (2003), são quatro os elementos principais da Doutrina Bush:

Uma forte crença na importância do regime doméstico do Estado em determinar sua política externa e o julgamento relacionado de que este é um momento oportuno para transformar a política internacional; a percepção de grandes ameaças que só podem ser derrotadas por novas e vigorosas políticas, principalmente a guerra preventiva; disposição para agir unilateralmente quando necessário; e, ao mesmo tempo como causa e resumo dessas crenças, um sentimento predominante de que a paz e a estabilidade exigem que os Estados Unidos afirmem sua primazia na política mundial (JERVIS, 2003, p. 365, tradução livre).

Como mencionado anteriormente, o documento “*Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*”, publicado em 2002, apresenta os principais objetivos, pilares e ações que caracterizaram a Doutrina Bush, por esse motivo a análise de tal

documento é de extrema importância para a compreensão da política externa estadunidense no período.

O documento assinado por George W. Bush é dividido em nove partes, cada uma focada em uma área específica de atuação, são elas: (1) uma visão geral sobre a estratégia internacional dos Estados Unidos; (2) aspirações em relação à dignidade humana; (3) fortalecimento de alianças para combater o terrorismo e prevenir ataques contra o país e seus aliados; (4) a neutralização de conflitos regionais; (5) a prevenção contra armas de destruição em massa; (6) o início de uma nova era de crescimento da economia global por meio do livre mercado e comércio; (7) a expansão do círculo de desenvolvimento por meio da abertura de sociedades e da construção da infraestrutura democrática; (8) o desenvolvimento de agendas para ação coletiva com outros centros de poder global; e por último, (9) a transformação das instituições de segurança nacional estadunidenses para irem de encontro com os desafios e oportunidades do século XXI (THE WHITE HOUSE, 2002). Segundo Pecequilo (2003), o relatório defende que para alcançar a paz e a segurança, o único caminho é o da ação, e que os Estados Unidos devem utilizar das estratégias de prevenção e preempção para reagir às ameaças a seus interesses.

O primeiro capítulo do relatório é chamado “*Overview of America’s International Strategy*” e nele é destacada a posição estadunidense no sistema internacional, além retomar a importância de os Estados Unidos cumprirem com suas responsabilidades, obrigações e oportunidades de mover a balança de poder a favor da liberdade individual e das sociedades. Ao reconhecer a existência de uma balança de poder no sistema internacional, a política externa da doutrina Bush exposta no documento apresenta um primeiro ponto em comum com a teoria realista estruturalista, que, como visto anteriormente, possui uma vertente defensiva que busca o equilíbrio nessa balança de poder e a manutenção do *status quo*, e outra vertente, apresentada por Mearsheimer e adotada no presente trabalho, que por sua vez tem como o objetivo a mudança da balança de poder a favor do *hegemon* e a perturbação do *status quo*. Nesse sentido, o capítulo retoma a ideia neoconservadora de que a situação em que se encontrava o sistema internacional apresentava uma oportunidade para que a nação transformasse sua influência no momento em décadas de paz, prosperidade e liberdade, o que Jervis (2003) aponta como sendo um dos pilares da Doutrina Bush. Para que isso fosse possível, foi definida então a estratégia de segurança nacional, que seria baseada no internacionalismo estadunidense e refletiria os ideais e interesses nacionais do país com o objetivo de alcançar três metas: liberdade econômica e política, relações pacíficas com outros Estados, e respeito à dignidade humana (THE WHITE HOUSE, 2002).

A segunda parte do documento, focada na dignidade humana, se chama “*Champion Aspirations for Human Dignity*” e é introduzida por uma fala em que o Presidente Bush destaca o seguinte: “Alguns se preocupam que é, de alguma forma, pouco diplomático ou indelicado falar a língua do certo e errado. Eu discordo. Diferentes circunstâncias requerem métodos diferentes, mas não diferentes moralidades”¹. Em seguida é destacado o objetivo estadunidense de defender a liberdade e justiça em todo o globo, salientando que as demandas da dignidade humana não são negociáveis, e são elas: a regra da lei, limites ao poder absoluto do Estado, liberdades de expressão e crença, igualdade, respeito às mulheres, tolerância religiosa e étnica, e respeito pela propriedade privada. A dualidade presente na fala do presidente entre “certo e errado” e os objetivos destacados no capítulo deixam claro a ideia de que aquelas nações que seguem o modelo e os princípios estadunidenses estão “certas”, em contrapartida, aqueles que não o seguem estão do lado “errado”. Tal dualidade reforça a ideia de que existem inimigos das nações democráticas no sistema internacional, como já defendido pelo Presidente ao destacar a existência do “Eixo do Mal”, e estes devem ser corrigidos a qualquer custo (THE WHITE HOUSE, 2002).

Talvez os três capítulos mais importantes para o presente trabalho, as partes 3, 4 e 5 do documento lidam com as questões do terrorismo, conflitos regionais e armas de destruição em massa, e são chamadas respectivamente de “*Strengthen Alliances to Defeat Global Terrorism and Work to Prevent Attacks Against Us and Our Friends*”, “*Work with others to Defuse Regional Conflicts*” e “*Prevent Our Enemies from Threatening Us, Our Allies, and Our Friends with Weapons of Mass Destruction*”. Exacerbada após os ataques de 11 de setembro, a questão do terrorismo internacional e das armas de destruição em massa têm como consequência a formação de outros dois dos pilares da doutrina Bush apontados por Jervis (2003): a adoção de estratégias preventivas e a preferência pela tomada de decisões unilaterais.

Após definir que os Estados Unidos estão lutando contra terroristas de alcance global, é apresentado no documento que a prioridade estadunidense será primeiramente desorganizar e destruir estas organizações terroristas e atacar sua liderança, comando, controle, comunicações e suporte material e financeiro, de modo a impedir o funcionamento das mesmas. Para isso ser possível são enumeradas diversas formas pelas quais o governo estadunidense agirá, dentre elas estão: o foco nas organizações ou Estados patrocinadores do terrorismo que tentarem obter armas de destruição em massa; defender a nação, seu povo e

¹ Fala do Presidente George W. Bush na formatura de West Point, NY, em 1.º jun. 2001.

seus interesses ao destruir as ameaças antes destas alcançarem as fronteiras do país; não hesitar em agir unilateralmente, entre outras. Fica claro no capítulo três que para a política externa estadunidense do período “a melhor defesa é uma boa ofensa” (THE WHITE HOUSE, 2002, p. 6). Por outro lado, no capítulo 4, em relação aos conflitos regionais, a estratégia de Bush defende que as nações devem se manter ativamente engajadas em disputas regionais críticas no sistema internacional para que seja possível impedi-las de se escalarem e minimizar o sofrimento humano (THE WHITE HOUSE, 2002).

No capítulo 5 do documento de estratégia nacional é novamente destacada a existência dos *rogue states*, que apesar de diferentes entre si, apresentam diversos pontos em comum que os colocam na mesma categoria de Estados, são eles: a brutalização de seu próprio povo e a exploração de seus recursos nacionais para ganho pessoal dos governantes; o não respeito pelo direito internacional; a determinação em adquirir armas de destruição em massa e outras tecnologias militares avançadas; o patrocínio do terrorismo internacional; e a rejeição dos valores humanos básicos, além do ódio direcionado aos Estados Unidos e tudo o que eles representam (THE WHITE HOUSE, 2002). Como consequência da emergência de tais Estados no sistema internacional e suas conexões com terroristas globais, a estratégia estadunidense de combate às armas de destruição em massa inclui esforços proativos de contra proliferação - reforçados para evitar que estes *rogue states* adquiram os materiais, tecnologias e conhecimentos necessários para a construção de armas de destruição em massa - , e uma gestão efetiva de consequências para responder aos efeitos do uso destes armamentos, seja por terroristas ou por Estados hostis (THE WHITE HOUSE, 2002).

Não se pode considerar a adoção de estratégias de guerras preventivas ou preemptivas como algo inédito na política externa dos Estados Unidos, ela foi utilizada em outros momentos, como durante o período da doutrina Monroe, onde país ainda não apresentava um grande poder bélico e hegemônico, porém, durante o governo Bush, a utilização de tal tática se torna baseada principalmente na utilização da força e no desejo de manter a dominância estadunidense no sistema internacional (JERVIS, 2003). A questão do unilateralismo por sua vez, como Jervis (2003) aponta, surge no governo Bush como uma consequência da estratégia mencionada anteriormente, já que esta não possui forte adesão e apoio da comunidade internacional. Porém, o unilateralismo acaba também por servir e complementar o desejo estadunidense de expandir sua hegemonia - o quarto pilar da doutrina Bush -, de forma a demonstrar que os Estados Unidos não necessitam e muito menos buscam apoio internacional em suas tomadas de decisões, além de não submeter suas ações a nenhuma autoridade superior. Para Jervis (2003), a doutrina Bush defende implicitamente a teoria da estabilidade

hegemônica ao defender que o mundo não pode retornar para uma balança de poder multipolar, pois isso resultaria em uma nova organização do sistema que seria inevitavelmente perigosa e destrutiva.

Os próximos três capítulos - 6, 7 e 8 -, denominados *“Ignite a New Era of Global Economic Growth through Free Markets and Free Trade”*, *“Expand the Circle of Development by Opening Societies and Building the Infrastructure of Democracy”* e *“Develop Agendas for Cooperative Action with the Other Main Centers of Global Power”* apresentam os objetivos da Doutrina em termos econômicos e de desenvolvimento. Está presente no documento a meta estadunidense de seguir com o movimento de exportação de seus princípios de livre mercado e democracia a outras nações do sistema internacional e de cooperação com outros grandes poderes para a definição de agendas internacionais. Por último, o capítulo 9, chamado *“Transform America’s National Security Institutions to Meet the Challenges and Opportunities of the Twenty-First Century”*, destaca a necessidade de transformar as instituições estadunidenses para atender às necessidades do século XXI e reafirmar o poder militar dos Estados Unidos. De acordo com o documento, o momento em questão necessitava da reafirmação do papel essencial do poderio militar estadunidense, tendo como prioridade defender a nação de ameaças externas.

De acordo com Pecequillo (2003) a estratégia de segurança nacional de Bush se apresenta bastante simplista ao destacar as dualidades entre amigos e inimigos, liberdade e medo, além de acreditar no sucesso do modelo estadunidense e no projeto de reestruturação hegemônica do país voltado à transformação do *status quo*. Já para Daalder e Lindsay (2003), o documento refletia a visão de mundo hegemônica do presidente e de seus assessores, além de colocar o poder estadunidense, que derivou da combinação entre a força militar incomparável da nação e sua incorporação dos ideais de liberdade e democracia, como central à estratégia. Para os autores, a essência da Doutrina Bush estava em utilizar desse poder para refazer o mundo à imagem dos Estados Unidos, objetivo que por sua vez exigiria a remoção de quaisquer obstáculos e ameaças a estes princípios presentes no sistema internacional, por quaisquer meios necessários (DAALDER e LINDSAY, 2003).

Apesar da visão de certas camadas da comunidade internacional, os objetivos de política externa do governo Bush não possuíam um cunho imperialista, eles eram, por outro lado, objetivos revisionistas que visavam alcançar um maior nível de segurança nacional ao expandir seu poder em regiões em que sua influência falhara, e para isso, a Doutrina Bush apresentava um passo a passo para esta estratégia hegemônica (YORDÁN, 2006).

De acordo com Yordán (2006), a estratégia de Bush era definida por quatro elementos principais interconectados, eram eles: a primazia do poder militar estadunidense; o projeto do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld de transformar a política de defesa e as forças armadas; a guerra preventiva; e uma iniciativa assertiva de contra proliferação de armas de destruição em massa. Além de continuar construindo e mantendo as forças armadas, a administração Bush adota uma estratégia “*capabilities-based*” (baseado nas capacidades), proposta por Rumsfeld, ao contrário da estratégia de “*threat-based*” (baseado nas ameaças) adotada anteriormente. Isso significa que o foco passou a ser descobrir as formas em que um inimigo pode atacar os Estados Unidos, ao invés de quem é o inimigo ou onde e quando um conflito pode ocorrer. Esta abordagem traz credibilidade à estratégia de prevenção de Bush, pois defende que a administração deve impedir que outros Estados desenvolvam capacidades que possam minar a hegemonia americana. Além de acreditar na necessidade de uma nova ênfase em tecnologia, mobilidade e preempção por parte das forças armadas, Rumsfeld ainda defendia, assim como os nacionalistas assertivos, que o papel delas não era, e não deveria ser voltado às operações de *peacekeeping*, visão que fica bastante clara ao analisarmos o cenário pós-guerra no Afeganistão (YORDÁN, 2006, p. 144).

Segundo Yordán (2006), em conjunto com os ataques preventivos, a Doutrina Bush também tinha como objetivo uma iniciativa assertiva de contra proliferação em que pretendia dissuadir outras nações de desenvolverem armas de destruição em massa, e apesar de nesse sentido a administração ter optado por trabalhar em conjunto com a comunidade internacional para alcançá-lo, em nenhum momento os Estados Unidos negam o futuro uso de seu poder militar, caso necessário. Com a mesma finalidade, as guerras preventivas também serviriam como parte da estratégia de convencer as *rogue nations* de que os Estados Unidos possuem não apenas vontade, mas também as capacidades necessárias para atingir seus objetivos (YORDÁN, 2006).

Para Yordán (2006), no que diz respeito à estratégia militar e de política externa apresentada no relatório de estratégia de segurança nacional mencionado anteriormente,

O NSS está alinhado com a lógica do realismo ofensivo. Motivados pelo medo e pela insegurança, os EUA estão dispostos a usar suas capacidades para expandir sua hegemonia. A definição de hegemonia de Mearsheimer - como um Estado que domina todos os outros estados em uma região ou no sistema internacional - sugere que um estado hegemônico deve gozar de primazia militar sobre potenciais desafiantes. Mais importante ainda, deve ser livre para executar suas estratégias para manter e expandir sua posição de poder. (YORDÁN, 2006, p. 146, tradução livre)

Além disso, o autor ainda coloca que a abordagem “*capabilities-based*”, de Rumsfeld e o unilateralismo de Bush, resultado de sua desconfiança dos mecanismos multilaterais,

também reforçam a influência do pensamento realista ofensivo na doutrina Bush, pois acreditam que, apesar de tudo, o aliado de hoje pode se tornar um inimigo no futuro, e que os organismos internacionais são como “casamentos por conveniência” e devem ser abandonados assim que os interesses nacionais colidirem com os internacionais (YORDÁN, 2006). Para Yordán (2006) a doutrina Bush representa um claro afastamento da política externa pós-Guerra Fria inclinada à manutenção do *status quo*, e apesar de ter se iniciado no começo de 2002, o projeto central em busca da hegemonia global na Doutrina foi apenas se materializar no final do ano quando o caso para a invasão do Iraque foi apresentado para o povo americano e a comunidade internacional.

O “*Relatório de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*” da primeira administração de George W. Bush foi publicado em um momento em que as discussões em relação à invasão do Iraque estavam começando a tomar conta de Washington e do restante do país, e seus princípios puderam ser vistos em prática pela primeira vez quando os planos do governo se concretizaram e a operação para remover Saddam Hussein do poder foi colocada em ação.

3.3.2. A Invasão do Iraque

De acordo com Daalder e Lindsay (2003), no dia 19 de março de 2003 o Conselho de Guerra do presidente Bush se reuniu no Salão Oval para uma reunião em que o diretor da CIA, George Tenet, compartilhou a informação de uma fonte confiável em Bagdá de que Saddam Hussein, seus filhos e grande parte da alta liderança iraquiana estariam reunidos naquela noite em uma casa privada chamada Dora Farms ao sul de Bagdá. Na mesma tarde, Bush e seus assessores haviam realizado uma reunião em que o presidente dera ao general Tommy Franks a ordem de executar o plano de guerra contra o Iraque. Após quatro horas de discussão pesando os prós e os contras de um ataque que poderia encerrar a guerra antes que ela começasse, Bush deu sinal verde a Franks para atacar as Fazendas Dora naquela noite (DAALDER; LINDSAY, 2003).

Como mencionado anteriormente, desde o 11 de setembro desconfianças e teorias em relação à participação de Saddam Hussein nos ataques terroristas e sua associação à Bin Laden já eram bastante difundidas em certos departamentos da Casa Branca, mas foi apenas após a remoção do Talibã no Afeganistão e o relativo sucesso da operação de retaliação aos ataques que o Iraque surgiu como um novo foco e alvo para a administração Bush. De acordo com Pecequillo (2003, p. 404), essa mudança de foco direcionada ao Iraque “tratava-se de um

encaminhamento natural da guerra contra o terror, segundo o discurso preventivo e um foco essencial, e tradicional, do interesse no Oriente Médio.”.

Ao contrário do que era esperado, porém, o apoio recebido pela comunidade internacional e pela opinião pública nos Estados Unidos para a guerra do Afeganistão não foi automaticamente transferido para o próximo projeto de guerra. Isso se deu, pois, para a percepção geral, o Iraque não representava uma ameaça imediata, de acordo com Pecequilo:

Desde a derrota em 1991 e as aplicações de sanções contra o país, o Iraque perdera qualquer capacidade de agressão e projeção de poder externo em nível regional, e principalmente, global. Não havia a percepção de um risco imediato e os custos políticos, estratégicos e econômicos da intervenção eram considerados elevados. (PECEQUILO, 2003, p. 405)

Apesar da falta de evidências em relação à ligação entre Saddam, a al-Qaeda e a posse de armas de destruição em massa, esses foram os argumentos escolhidos pela administração para justificar e conquistar apoio interno para a invasão do Iraque. Internamente, a retórica escolhida pela administração teve sucesso em alcançar mais de 70% da população, que passaram a ver o conflito como importante para prevenir novos ataques, mesmo sem a aprovação da ONU - caso a Organização validasse a guerra, essa aprovação subia para 80% (PECEQUILO, 2003). Em outubro de 2002, foi aprovada na Câmara e no Senado a Resolução de Guerra contra o Iraque, onde ficou constatado que os únicos compromissos do Presidente estavam em comunicar o legislativo até 48h antes do início da guerra, relatar suas operações militares e periodicamente enviar relatórios sobre o progresso destas (PECEQUILO, 2003).

No âmbito internacional, por outro lado, o projeto de guerra da administração enfrentou mais resistência. Após diversas pressões, o Conselho de Segurança da ONU aprovou em novembro de 2002 a Resolução 1441 referente à situação do Iraque que, de acordo com Pecequilo (2003), podia ser interpretada de diversas formas conforme os interesses de certos atores. Isso se deu, pois, constava na resolução que o Iraque sofreria “sérias consequências” caso continuasse a descumprir com suas obrigações em relação ao seu programa de armamentos - principalmente às armas de destruição em massa - e à transparência para com a comunidade internacional, e que a continuação desta postura desrespeitosa levaria a uma “ação decisiva” do Conselho de Segurança (CS, 2002). Nesse sentido, aqueles contrários à invasão interpretaram estas “sérias consequências” e a “ação decisiva” como uma possível nova resolução para a guerra, já para os Estados Unidos, a resolução atual a legitimava (PECEQUILO, 2003).

A Resolução 1441 apresentava um cronograma onde constava que o governo iraquiano deveria se comprometer em aceitar incondicionalmente as diretrizes da resolução,

apresentar uma lista detalhada a respeito de seus arsenais de ADMs e programas militares, e garantir total acesso de informações e instalações à ONU para inspeções visando verificar a situação das forças armadas do país, que por sua vez deveriam corresponder com as exigências de desarmamento da comunidade internacional. Apesar da negação da posse de ADMs e da intenção de desenvolvê-las por parte do Iraque, com o cronograma se esgotando no início de 2003 a guerra tornou-se inevitável, e assim, em 17 de março de 2003, George Bush encerrou o período de negociação diplomática e após dar um prazo de 48h para que Saddam Hussein renunciasse, foi dado início à invasão do país (PECEQUILO, 2003).

De acordo Pecequilo (2003) e Daalder e Lindsay (2003), para a ala neoconservadora em Washington, o projeto de guerra no Iraque e a derrubada do ditador iraquiano representavam um elemento simbólico para o novo momento hegemônico dos Estados Unidos.

Anunciada como mais um capítulo da guerra contra o terror iniciada em 2001, a nova guerra do Iraque fazia parte, como temos procurado destacar, de um processo muito mais amplo. A primeira intervenção preventiva sustentava-se em motivações multidimensionais da agenda neoconservadora, envolvendo o reposicionamento das forças norte-americanas na Eurásia. (PECEQUILO, 2003, p. 413)

A ideia era a de que o Iraque, sob uma nova administração, serviria para reforçar a projeção de poder dos Estados Unidos na região, visando também à independência energética e a contenção do Irã, que era visto como um possível próximo alvo da guerra ao terror (PECEQUILO, 2003).

Algumas horas antes dos ataques às Fazendas Dora, o primeiro grande contingente das Forças Especiais dos EUA, Reino Unido e Austrália invadiu o Iraque com o objetivo de garantir a segurança de poços de petróleo críticos, estações de bombeamento ao sul e ao norte, além de assumir o controle dos locais de armazenamento de ADMs em todo o país e rastrear lançadores de mísseis no deserto ocidental antes que eles fossem usados contra Israel (DAALDER e LINDSAY, 2003). O plano original havia sido modificado após os bombardeios precoces e no dia seguinte a invasão foi iniciada oficialmente com as forças armadas estadunidenses e britânicas invadindo o país pelo Kuwait e seguindo com a estratégia dos bombardeamentos conforme a tática de “*shock and awed*” (choque e terror). Apesar de uma resistência maior do que a esperada pelas forças armadas estadunidenses, após três semanas desde o começo da guerra, Bagdá havia caído, assim como o governo de Saddam Hussein (DAALDER e LINDSAY, 2003).

De acordo com Daalder e Lindsay (2003), em relação à operação de invasão e derrubada do governo, apesar da assistência de uma coalizão composta por alguns aliados, o

mérito pode ser dado em sua maior parte aos Estados Unidos. Porém, o isolamento internacional de Bush começou a se mostrar bastante prejudicial no pós-guerra - que se provou muito mais difícil do que o esperado -, pois o país foi forçado a assumir maior parte da responsabilidade, e foi nesse momento que a administração começou a se mostrar bastante despreparada. Com a queda de Saddam, a desordem e o caos tomaram conta da capital e do resto do país, e assim como ocorreu no pós-guerra no Afeganistão, a questão da segurança se tornou a maior problemática e foi agravada pela falta da maioria dos serviços básicos como, por exemplo, eletricidade e água. O grande problema estava no fato de que a administração anterior havia sido derrubada, mas não havia ninguém para substituí-la, deixando um vácuo de poder, que por sua vez foi preenchido por forças locais muito bem-organizadas, incluindo os curdos no Norte, líderes religiosos xiitas no sul e uma variedade de rebeldes em Bagdá e seus arredores (DAALDER e LINDSAY, 2003).

A situação no Iraque parecia estar fugindo cada vez mais do controle da administração de Bush:

Semanas após vencer a guerra, os Estados Unidos pareciam estar perdendo a paz. O fracasso em fornecer segurança e serviços básicos deixou uma população iraquiana, que havia inicialmente saudado a queda de Saddam, cada vez mais desencantada com a presença estadunidense. Embora muitos desejassem que os americanos tivessem sucesso, a nostalgia pela ordem e segurança dos dias anteriores à guerra logo retornou. “Pelo menos tínhamos poder e segurança”, disse um lojista à *Time*. “A democracia não está nos alimentando.” (DAALDER e LINDSAY, 2003, p. 149)

Para os autores, os Estados Unidos cometeram no Iraque o mesmo erro cometido na guerra do Afeganistão: ignoraram as preparações para o pós-guerra e pouca atenção foi dada ao fato de que a forma com que a guerra seria conduzida determinaria os requisitos da paz (DAALDER e LINDSAY, 2003). Para Pecequillo (2003), a administração Bush desperdiçou a chance de trabalhar em conjunto com forças locais que poderiam servir como suporte aos Estados Unidos na região, além de amenizar os custos políticos e estratégicos da ocupação estadunidense. Um dos maiores erros cometidos pela ocupação no Iraque foi a falta de preocupação com a reestruturação do sistema político e econômico do país após a invasão, o que permitiu com que diversos conflitos internos surgissem e se intensificassem, além de permitir a ascensão de diversos grupos rebeldes e aumentar o descontentamento com a presença estadunidense no país.

Outro fator que prejudicou fortemente o governo Bush e a ocupação no Iraque foi o fato de que não foram encontradas as ADMs apresentadas como justificativa para a invasão. A estratégia de guerra preventiva adotada por Bush como pilar de sua política externa estava baseada na habilidade das instituições estadunidenses de coletar e verificar informações e

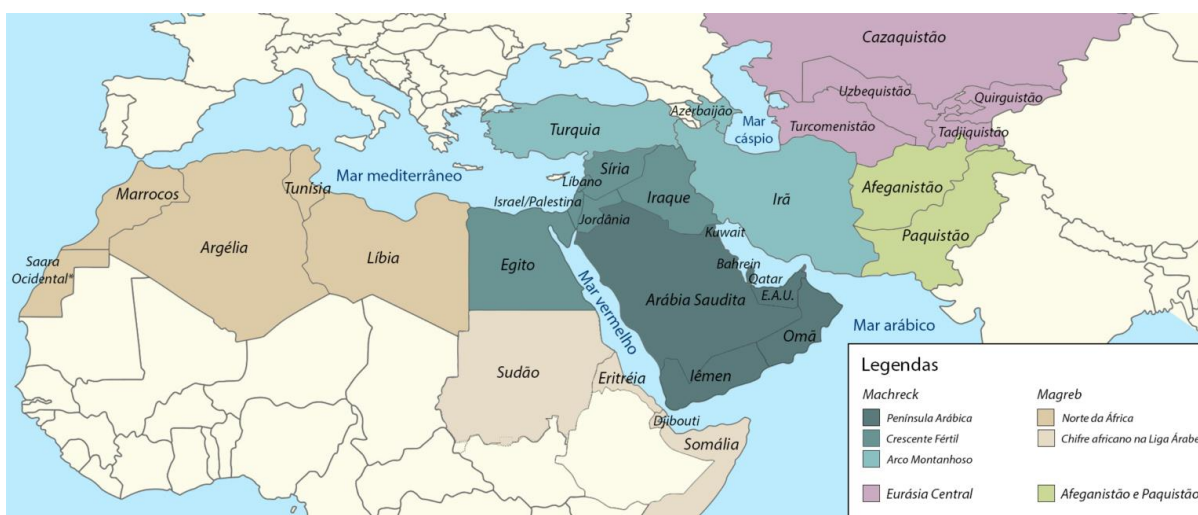
inteligência, ou seja, se a razão de não terem sido encontradas as ADMs foram falhas em termos de inteligência, um dos principais preceitos da revolução de Bush se torna fortemente ameaçado. De acordo com Daalder e Lindsay (2003) considerando que o governo dos EUA não sabia o que pensava saber sobre o programa de armas do Iraque, a capacidade do país de antecipar o futuro e agir preventivamente pode ter sido seriamente prejudicada.

A ocupação estadunidense no Iraque marcou ambas as administrações de George W. Bush e foi prolongada até 2011. De acordo com o que foi mencionado anteriormente, a operação foi uma das estratégias utilizadas pela administração para reforçar uma política externa que se enquadra nos termos do realismo ofensivo apresentado por Mearsheimer. A invasão do Iraque ficou marcada como um dos maiores pontos da Doutrina Bush e onde foi possível perceber claramente pela primeira vez todos os pilares da doutrina já apresentados. O presente trabalho tem como objetivo apresentar as consequências do período em questão para o Irã, para isso, nos próximos capítulos serão apresentados os contextos históricos do Irã e do Iraque para podermos entender se a estratégia adotada pelos Estados Unidos, que tinha como um de seus objetivos conter o Irã, conseguiu atingi-lo.

4. O ORIENTE MÉDIO, A REPÚBLICA DO IRAQUE E A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Para que seja possível entender as consequências da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, primeiramente é preciso entender os contextos históricos dos dois países e da região do Oriente Médio. Ao contrário de outras regiões do globo que possuem limites geográficos bastante claros, como, por exemplo, a América Latina, a região do Oriente Médio é definida principalmente por questões geopolíticas. O presente trabalho se utilizará da conceituação de Grande Oriente Médio (GOM) apresentada por Mehdi Amineh (2007) na obra “The Greater Middle East in Global Politics”. De acordo com o autor, o GOM abrange os países do Norte da África, os países do Oriente Médio árabe (Síria, Líbano, Palestina, Jordânia, Iraque, Arábia Saudita, e Estados do Golfo Pérsico), os países não árabes do Oriente Médio - como Irã, Turquia e Israel -, os Estados do Afeganistão e Paquistão, e os países da Eurásia Central (AMINEH, 2007).

Figura 1: Mapa do Grande Oriente Médio



Fonte: CHEREM (2019)

O Grande Oriente Médio não é definido pelo Islã, ou por qualquer outra religião:

Definimos as fronteiras da região de uma perspectiva externa, não interna, e definimos seus Estados e sociedades como unidades de análise nas relações internacionais. A maioria desses países fazia parte das últimas três grandes civilizações islâmicas: os impérios otomano, persa e mongol. O legado desses impérios é parte integrante da tradição política dos países muçulmanos do GOM. (AMINEH, 2007, p. 1)

Amineh (2007) divide a formação do atual sistema estatal da região em três processos históricos: a evolução histórica política e cultural da região no longo prazo; as formações coloniais e pós-coloniais - com foco na desintegração do império islâmico -; e por último, o período pós-Guerra Fria, quando a União Soviética foi dissolvida e outros países surgiram.

Além de ser uma região extremamente diversa em termos culturais, ecológicos e organizacionais, o GOM é fortemente caracterizado pela riqueza energética, que por sua vez é contrastada com uma indústria atrasada e pouco desenvolvida (AMINEH, 2007).

O Grande Oriente Médio engloba uma abundância de países árabes e não árabes, islâmicos e não islâmicos, porém, o presente trabalho tem como objetivo o estudo de apenas dois deles: a República Islâmica do Irã e a República do Iraque. Durante a história, as relações entre Irã e Iraque foram marcadas por vários momentos de conflito e tensão, isso se deu por diversos motivos, sendo alguns deles divergências políticas, religiosas e de interesses nacionais. Para que seja possível entender a formação e as relações entre os países, primeiramente é necessário entender como se deu o surgimento e a expansão da religião mais praticada da região, o Islamismo.

O Islamismo começou a ser difundido pela região a partir de 610 d.C. quando, após um retiro no monte Hira onde o anjo Gabriel teria se revelado a ele, Maomé retornou e iniciou suas pregações como o “*rasul Allah*” (o enviado de Deus). O início das pregações se deu em Meca, e os primeiros convertidos à religião foram a mulher, o primo e o sogro do profeta. Além disso, depois de um tempo, as revelações de Allah a Maomé começaram a ser transcritas e deram origem ao Alcorão, o livro sagrado do Islã. Perseguidos pelas autoridades em Meca, Maomé e seus seguidores foram obrigados a deixar a cidade e encontrar refúgio em outro lugar, no caso do profeta o local escolhido foi Medina - na atual Arábia Saudita -, onde a nova religião e as mensagens de Allah foram bem recebidas. O dia em que Maomé se muda para Medina, em 622 d.C. é conhecido como Hégira e marca o início do calendário islâmico, isso se deu, pois, o crescimento da religião na cidade foi tão marcante que Maomé estabeleceu lá um Estado, do qual era o líder. Em 630 d.C. os muçulmanos conquistaram, depois de vários conflitos, a cidade de Meca, e a partir desse momento o islamismo começou a espalhar-se em toda a Península Arábica.

Nos anos anteriores à conquista de Meca a liderança de Maomé se tornou mais complexa, a cidade-Estado de Medina possuía naquele já momento um tesouro nacional, um exército e um número crescente de convertidos ao Islamismo. Estas mudanças ficaram refletidas no Alcorão, onde começaram a surgir instruções em relação a como estas funções expandidas do Estado deveriam ser organizadas e a forma com que os indivíduos deveriam conduzir suas relações interpessoais, a natureza abrangente do Islã foi estabelecida nesses mandamentos (CLEVELAND e BUNTON, 2018). De acordo com Cleveland e Bunton

Contrair um acordo de dívida por escrito perante uma testemunha - como o Alcorão exigia - era um dever religioso, e deixar de seguir essa prescrição era um pecado. Dessa forma, os detalhes do casamento, herança, divórcio, dieta e prática econômica

passaram a fazer parte da experiência religiosa dos muçulmanos. Maomé criou uma comunidade (*ummah*) onde as leis do comportamento humano na vida diária foram prescritas por Deus. (CLEVELAND e BUNTON, 2018, p. 12)

O fato de que Maomé não possuía herdeiros e no livro sagrado não havia nenhuma instrução clara sobre como seu sucessor deveria ser escolhido levou às divergências nas interpretações das escrituras e deu início a um conflito que afetou o Islã por toda sua história (CLEVELAND e BUNTON, 2018). O conflito em questão diz respeito às duas principais ramificações do Islã, o sunismo e o xiismo, cuja origem está nos anos imediatamente após a morte do profeta Maomé. Considerando a questão da liderança da comunidade islâmica após a morte do profeta, os sunitas defendem a legalidade da seleção dos califas Rashidun e seus sucessores, os omíadas e os abássidas, além de reconhecê-los como seres mortais e não divinos. Nesse sentido, os califas representariam a liderança religiosa islâmica, defenderiam a *sharia* - a lei islâmica - e garantiriam que as oportunidades para o cumprimento de um modo de vida islâmico prevalecessem na comunidade; já as questões relacionadas à doutrina e jurisprudência seriam responsabilidade dos *ulama* - corpo de clérigos muçulmanos (CLEVELAND e BUNTON, 2018).

Por outro lado, o xiismo considera que, com exceção de Ali e seus descendentes, todos os califas eram usurpadores, além disso, os xiitas possuem uma visão bastante diferente em relação à quais funções religiosas o líder da comunidade tem autoridade para exercer. Para o xiismo, Maomé recebeu de Allah uma inspiração divina, que por sua vez transmitiu a Ali e foi então passada para os Imames designados depois dele, estes Imames são considerados divinamente inspirados e possuíam um conhecimento único não concedido a outros humanos, por esse motivo eles eram capazes de oferecer pronunciamentos infalíveis sobre a lei religiosa e fornecer interpretações que refletiam mudanças nas circunstâncias (CLEVELAND e BUNTON, 2018).

Os sunitas representam cerca de 85% a 90% dos muçulmanos no mundo e sua tradição é muito forte em diversos Estados, sendo o principal deles a Arábia Saudita, já os xiitas atualmente representam uma parcela de cerca de um décimo de todos os muçulmanos e são a maioria em diversos Estados, mas principalmente nas duas nações estudadas no presente trabalho, Irã e Iraque (BBC, 2020). A divisão entre xiitas e sunitas é uma grande parte da história islâmica e do Oriente Médio, além de uma das principais razões de diversos conflitos na região, dentre eles, é um dos pontos principais para explicar a reaproximação entre Irã e Iraque após a invasão do último pelos Estados Unidos. Nesse sentido, as próximas seções serão destinadas à análise da formação histórica e política de ambas as nações para que seja

possível entender mais profundamente este e outros pontos que favoreceram o Irã nesse período.

4.1. A República Islâmica do Irã

Conhecida como Pérsia até 1935, a República Islâmica do Irã é a segunda maior nação do Oriente Médio em território e divide suas fronteiras com outros sete países - Turcomenistão, Afeganistão, Paquistão, Iraque, Turquia, Azerbaijão e Armênia. Historicamente, a formação do Irã atual é caracterizada por diversos conflitos e invasões do território hoje delimitado e, por ser uma nação persa e não árabe - ao contrário de grande parte dos países da região -, o Irã enfrenta certo distanciamento político, cultural e religioso em relação a seus vizinhos e outros países do Oriente Médio, o que por muitas vezes foi a causa de divergências entre eles. Devido à sua posição estratégica na região e sua posse de abundantes recursos naturais, o Irã representa um importante papel como potência regional, além de ser também alvo de diversos interesses coloniais e de superpotências, como, por exemplo, os Estados Unidos. Diversas foram as ondas de conquistadores e imigrantes que marcaram a história do país, cada uma influenciando o território e seu povo de certa forma, e resultando em uma cultura bastante rica e diversificada.

Historicamente, será traçado um panorama da formação do que conhecemos hoje como República Islâmica do Irã desde o período de ascensão do Império Persa em 550 a.C. - passando por momentos cruciais para a história do país, como, por exemplo, a invasão árabe, a difusão do Islã e a Revolução Islâmica - para entendermos como a nação é organizada atualmente e como ela foi afetada após a invasão estadunidense do Iraque.

O Império Persa Aquemênida ficou conhecido como o primeiro *hegemon* da história, chegando a dominar, em seu auge, territórios como a Babilônia, Palestina, Fenícia e Egito, e unificando vários povos em um território vasto que ia desde o Mediterrâneo oriental até a Índia. O início de um dos impérios mais importantes da região deu-se com a vitória do povo persa, liderado por Ciro, o Grande, contra os Medos, que ocupavam o mesmo território e inicialmente o controlavam. Sob a liderança de Ciro, mesmo após passarem a dominar os Medos e conquistarem também os reinos da Lídia e da Babilônia, o Império Persa passava uma imagem bastante tolerante, sem interferir em questões religiosas e promover massacres, além de ter ficado marcado na história pela emancipação dos escravos e por terem conseguido difundir e unificar um idioma em todo o território.

Figura 2: Mapa do Império Persa



Fonte: *Google Arts & Culture*

A partir de 521 a.C., com Dario I à frente do Império - que contava agora também com o território do Egito -, novos povos e territórios foram conquistados e a região passava por um período de estabilidade e prosperidade. Porém, em 480 a.C., após uma tentativa falha de Xerxes I de invadir a Grécia, iniciou-se o declínio persa. Em 330 a.C. a dinastia Aquemênida ruiu e os exércitos de Alexandre, o Grande invadiram o território que, apesar de tentativas futuras de restaurá-lo, nunca mais recuperou o tamanho ou o *status* que possuía em seu auge.

Com a queda do Império Persa, soldados gregos e macedônios tomaram grande parte do território da Mesopotâmia e do Irã e a conquista grega resultou na infusão da cultura helenística no mundo iraniano, que duraram centenas de anos inclusive durante a era islâmica (AMANAT, 2017). Alexandre introduziu fortemente a cultura grega na região e encorajou o casamento misto, porém acabou mantendo também grande parte da estrutura administrativa Aquemênida, além de incorporar elementos orientais e instituições políticas gregas. Após a morte de Alexandre, o Grande, que não deixou nenhum herdeiro, a região que hoje conhecemos como Irã passou por um período de diversos conflitos por poder, levando à ascensão e queda de diversas dinastias até o surgimento dos Sassânidas, que representaram, de 224 a 651 d.C., o último império persa pré-islâmico. O Império Sassânida era fortemente centralizado e durante o período de seu reinado enfrentou diversas guerras contra os romanos e bizantinos, além de ter conquistado novos territórios na Mesopotâmia, Síria e Ásia Menor. Como a base do império era a agricultura, a existência de excedentes de produção permitiu

com que o comércio se desenvolvesse e as novas rotas levaram a uma abertura comercial e cultural que expandiu a cultura persa para outras regiões.

A invasão árabe do território iraniano e a expansão deste império na região do Oriente Médio transformaram profundamente as sociedades e estruturas já existentes e, além disso, a expansão do Islã na região começou a desenvolver um forte senso comunitário e fortalecer ainda mais a *sharia*. A conversão do Irã ao Islamismo, por sua vez, não apagou a cultura persa presente no território, pelo contrário, durante a Idade Média, o legado das dinastias persas foi elevado a um grau de grande sofisticação e foi adotado por diversos grupos no Oriente. Entre os séculos XI e XV a região do atual Irã foi dominada principalmente por turcos e mongóis, porém, entrando no período da Idade Moderna estabeleceu-se na região a dinastia que constituiria o maior império iraniano desde o fim do império Persa, os Safávidas.

O Império Safávida representava um novo Estado Islâmico em expansão, e embora tenha entrado em colapso em 1736, foi responsável por contribuições culturais, políticas e sociais de extrema importância e bastante duradouras para a região, dentre elas, o sucesso do Império em implementar o xiismo como a religião oficial teve uma significância de longo prazo em todo o Oriente Médio. De origem curda ou turca, a família Safávida fundou originalmente uma irmandade sunita sufista ao noroeste do Irã, e ao expandir para outras regiões, adquiriram poder e influência e aumentaram sua reputação. Em 1494, com a ascensão de Isma'il - na época com sete anos - como chefe da organização, ela foi transformada em uma instituição imperial. Além de declarar-se Xá e organizar diversas campanhas e conflitos armados, a maior contribuição de Isma'il na história está no fato de que ele foi o responsável por estabelecer o xiismo como religião oficial do Irã, o que foi reforçado pela decisão do líder de dissolver todas as irmandades sunitas na região e ordenar a execução daqueles que se recusassem a aceitar sua religião. De acordo com Cleveland e Bunton (2018, p. 49), os sucessores de Isma'il obtiveram sucesso em enraizar a vertente xiita como a crença da maioria dos iranianos, e apesar de o xiismo não poder ser considerado um sinônimo da cultura nacional iraniana, ele afeta fortemente as relações do país com seus vizinhos.

Após a queda do Império Safávida, o Irã experienciou um longo período de descentralização até que em 1794 foi estabelecida a dinastia Qajar no centro do país, que apesar de não ter conseguido recriar o absolutismo real ou o centralismo burocrático dos Safávidas, foi a dinastia nominal no Irã até 1920 (CLEVELAND e BUNTON, 2018). O período de reinado da dinastia Qajar foi marcado pelo crescimento da influência europeia no Irã, pela era do imperialismo global e pelo crescimento da demanda mundial por petróleo. O país tornou-se fonte de matérias-primas baratas - como ópio, arroz, tabaco e nozes - e de

petróleo, sendo de responsabilidade do Maomé Ali Xá Qajar o fornecimento de concessões e autorizações para a exploração do combustível fóssil na região - que eram concedidas principalmente ao Reino Unido e à Rússia. Apesar de ter representado um período de certa estabilidade para o país, o descontentamento de conjuntos da população em relação às desigualdades presentes no país crescia simultaneamente.

Além disso, de acordo com Cleveland e Bunton (2018), durante o Império Qajar, o xiismo - ainda dominante no Irã - permitiu com que o poder e influência dos *ulama* crescesse e se aprofundasse ainda mais, se apresentando como protetores de um povo que vivia sob um governo apontado cada vez mais como corrupto e cético. Em 1892, a corrupção e ineficiência do governo de Nasir al-Din, em conjunto com a política do líder de abrir o país à exploração econômica estrangeira, levou à explosão de uma revolta que ficou conhecida como “*The Tobacco Protests*”. Organizados e liderados pelos *ulama* xiitas, os protestos fortaleceram a posição do grupo de clérigos e confirmaram que o povo iraniano era a favor dos apelos por atividade política com base em molduras islâmicas, além de contrários à influência do ocidente no país. Após ter de ceder em relação às suas concessões aos estrangeiros, durante seus últimos anos de governo o Xá tornou-se abertamente hostil em relação ao ocidente até 1896, quando foi assassinado (CLEVELAND e BUNTON, 2018).

A interação iraniana com o ocidente influenciou um grupo nascente de intelectuais do país a buscar a formação de instituições democráticas no Irã. Em conjunto com mercantes e com o clero xiita, o grupo encontrou uma oportunidade para colocar a reforma em prática durante as manifestações iniciadas em 1905 em protesto ao espancamento de vários mercadores pelo governo. Em 1906 o grupo deu início à primeira tentativa de golpe em prol da democracia no Irã, e em outubro foi inaugurada a primeira Assembleia Consultiva Nacional, que ficou conhecida como *Majlis*. Por certo tempo, os governantes foram obrigados a aceitar a nova constituição cujo foco era estabelecer uma estrutura para a legislação secular, um novo código judicial e uma imprensa livre, além de reduzir o poder da corte real e das autoridades religiosas. Porém, a revolução acabou falhando por diversos motivos, entre eles, a resistência do Xá, a perda de apoio do clérigo, mas principalmente, o descontentamento da Rússia e da Inglaterra com a perda de influência na região.

Por ser um país de grande importância estratégica para Inglaterra, Rússia, Império Otomano, entre outras nações, o Irã não conseguiu adotar uma posição de neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial e foi envolvido no conflito, o que trouxe um impacto bastante negativo à população em termos de pobreza e fome. De acordo com Cleveland e Bunton:

Os eventos da Primeira Guerra Mundial enfraqueceram ainda mais a autoridade do governo central do Irã, comprometeram a soberania do Estado e devastaram sua economia. Embora o governante Qajar, Ahmad Shah, presidisse sua corte em Teerã, a autoridade real no país era exercida pelas duas potências ocupantes, a Grã-Bretanha no sul e a Rússia no norte. (CLEVELAND e BUNTON, 2018, p. 176)

Com o objetivo de manter seus interesses petrolíferos no país e derrotar o Bolchevismo, entre 1918 e 1921 a Grã-Bretanha aumentou sua influência nos assuntos internos iranianos, gerando um maior descontentamento de certos segmentos da população que passaram a ver o governo como ineficaz e pró-britânico. A mudança de regime veio a ocorrer entre 1921 e 1925 e, contando com o apoio ocidental, colocou o comandante Reza Pahlevi Khan no poder. Em 1921, Reza Khan, através de um golpe, assumiu o controle de todas as forças militares do Irã, e a partir desse momento até o ano de 1925 iniciou a construção de um exército que seria fielmente leal a ele. Utilizando-se de diversos recursos, Reza Khan ampliou e modernizou seu exército e o enviou em campanhas implacáveis contra as rebeliões tribais até que as principais áreas de dissidência fossem dominadas. Obtendo sucesso em sua cruzada, em 1925 Reza Khan já havia se tornado uma figura nacional respeitada, e por muitos, até amada. Cleveland e Bunton (2018) colocam que a autoridade do Xá não estava confinada apenas à esfera militar: em 1923, após assumir o cargo de primeiro-ministro, Reza Khan sugeriu que Ahmad Shah "desfrutasse de férias na Europa", para onde o antigo líder foi e nunca mais retornou. Após dois anos, em 1925, o primeiro-ministro obteve sucesso em convencer os *Majlis* a depor a dinastia Qajar e em 1926 deu-se início à dinastia Pahlavi - que duraria 53 anos.

A dinastia Pahlavi colocou em ação um plano de governo que tinha como objetivo central a modernização do país, e com isso em mente, o período foi marcado por uma forte aproximação e alinhamento com o ocidente, um foco na modernização secularizada - o que deu abertura para a ampliação dos direitos das mulheres -, além de um plano intencional de abandonar a identidade persa, levando à mudança oficial do nome do país de Pérsia para Irã em 1935. Na década de 1930, Reza Xá expandiu as relações comerciais do país com a Alemanha nazista devido à necessidade econômica e por medo do controle soviético e britânico, cuja presença no país estava novamente forte. Com o início da Segunda Guerra Mundial e sua popularidade em baixa, em 1941 Reza Xá foi obrigado pelos Aliados - que visavam garantir a passagem de materiais para a guerra dos EUA para a URSS através do país - a abdicar o trono, que passou a ser ocupado pelo seu filho Mohammed Reza Xá.

Nos primeiros momentos da Segunda Guerra Mundial, o Irã de Mohammed Reza Xá se mostrava bastante similar ao Irã da Primeira Guerra: fragmentado politicamente,

prejudicado pela inflação e ocupado por potências externas. Apesar disso, o período da guerra também trouxe maior atividade econômica, liberdade de imprensa e abertura política, além de o novo líder se apresentar também mais tolerante e menos rígido. Em 1951 foi então eleito Mohammed Mosadegh - líder do partido comunista - como primeiro-ministro do país. Apoiado por uma coalizão chamada de “Frente Nacional” e composta por nacionalistas, clérigos e partidos de esquerda não comunistas que tinham como objetivo recuperar o controle dos recursos naturais do Irã, uma das primeiras ações tomadas pelo novo primeiro-ministro foi a nacionalização da indústria iraniana de petróleo.

Apesar de ter conseguido apoio da Corte Internacional de Justiça em uma disputa contra a Grã-Bretanha, Mosadegh enfrentava grandes pressões interna e externamente, principalmente devido ao medo do ocidente e do clérigo iraniano da “ameaça comunista”. Em conjunto com os Estados Unidos de Eisenhower, a CIA e o clérigo xiita, em 1953 os líderes britânicos Winston Churchill e Anthony Eden promoveram um golpe de Estado que resultou na renúncia de Mosadegh e no seu abandono do país. Os primeiros anos da década de 1960 apresentaram grande crescimento econômico do país sob a liderança de Mohammed Reza Xá e uma virada no desenvolvimento do Estado iraniano. Ao mesmo tempo em que a dinastia Pahlavi promovia uma expansão da indústria, ela também silenciava e marginalizava todos aqueles contrários ao Xá. Confiante com sua popularidade, em 1963 o Xá realizou uma tentativa de implementar sua “Revolução Branca”, que tinha como objetivos uma reestruturação do país com foco na realização de uma reforma agrária, além da adoção de um modelo ocidental para modernização, emancipação feminina, e implementação de programas de combate ao analfabetismo.

Apoiado praticamente apenas por governos ocidentais, Mohammed Reza Xá começou a enfrentar bastante resistência interna vindo de camadas marginalizadas da sociedade descontentes com suas condições, além de diversas críticas da Frente Nacional e do clero xiita. Nesse momento de grande descontentamento nacional surge então a figura do Aiatolá Ruhollah Khomeini. De acordo com Cleveland e Bunton (2018) após diversos protestos e manifestações, o clímax foi atingido em 1963, quando o aiatolá Ruhollah Khomeini, relativamente desconhecido até o momento, começou a pregar contra o regime, denunciando o Xá por corrupção, negligência dos direitos das massas oprimidas, comprometer a soberania do Irã, além de acusar o regime de ignorar as crenças islâmicas do país ao vender petróleo a Israel e fazer concessões econômicas aos EUA. Khomeini foi preso em junho do mesmo ano, notícia que fez com que diversas cidades explodissem em manifestações antigovernamentais que duraram três dias até que os militares pudessem encerrá-las, resultando na perda de

possivelmente milhares de vidas. Em 1964 o aiatolá foi exilado na Turquia e, em 1965, deportado para o Iraque, onde continuou a escrever e pregar até 1978, quando foi forçado a deixar o Iraque pela França.

O momento seguinte da história iraniana ficou conhecido como Revolução Iraniana de 1979, uma revolução islâmica que novamente reestruturou completamente a sociedade e a nação construída até o momento:

A revolução iraniana de 1979 foi profundamente significativa não apenas para o Irã, mas também para o Oriente Médio como um todo, para os estados islâmicos em todo o mundo e para as potências externas que lidavam com o Oriente Médio. Dentro do Irã, a revolução foi chamada de "evento cataclísmico" que transformou a estrutura política, social, econômica e legal do país. Ela derrubou o xá e levou ao estabelecimento de uma república, substituindo as leis seculares por códigos islâmicos de lei, expulsou os líderes políticos e militares escolhidos a dedo pelo xá e estabeleceu uma nova elite. (CLEVELAND e BUNTON, 2018, p. 355)

Inspirados pelas Revoluções argelina e cubana - com exceção do pilar secular ligado a estes movimentos -, a doutrina reformista iraniana associava elementos marxistas, xiitas, revolucionários e patriotas, e tinha como mensagem principal que “o xiismo era uma fé ativista que exigia que seus adeptos se opusessem à injustiça e afirmassem sua herança cultural em face dos modelos ocidentais de desenvolvimento” (CLEVELAND e BUNTON, 2018). Durante seu exílio, Khomeini coordenou o surto de oposição que tomou conta do país a partir de 1978, e exigiu a abdicação do xá, que em janeiro de 1979, já enfraquecido por um câncer, deixou o Irã e morreu no ano seguinte no Cairo. O Conselho de Regência apontado para liderar o país durante a ausência do xá não foi capaz de funcionar e fazer acordos com a Frente Nacional ou Khomeini, que retornou a Teerã e foi recebido por uma multidão de mais de um milhão de manifestantes em êxtase com sua volta. Em 11 de fevereiro, as forças armadas iranianas declararam sua neutralidade, encerrando oficialmente o regime do xá. No dia 1.º de abril de 1979, após obter um apoio esmagador em um referendo nacional, Khomeini declarou o Irã uma República Islâmica.

Não apenas no âmbito interno, a Revolução de 1979 reestruturou também as relações internacionais e a política externa iraniana. Abandonando as alianças e influências ocidentais, o Irã começou a tornar-se uma ameaça aos Estados Unidos que, como visto no capítulo anterior, no futuro o consideraria um inimigo da nação e membro do “Eixo do Mal”. As tensões entre o Irã e os Estados Unidos aumentaram durante a Crise dos Reféns no final de 1979 em Teerã, a situação envolvendo um grupo de estudantes e revolucionários iranianos que invadiram a embaixada americana na capital e mantiveram 57 funcionários americanos reféns por 444 dias escalou rapidamente para uma crise diplomática.

A Revolução de 1979 também trouxe à tona novos conflitos com o vizinho direto da República Islâmica, o Iraque. Apesar de alguns conflitos anteriores à década de 1980, o período logo após a Revolução representou o pior momento na história das relações bilaterais entre Irã e Iraque e novos desafios para a recentemente formada República Islâmica. No início da década de 1980 a República Islâmica havia conseguido superar grande parte de suas disputas internas e adquirir controle sobre a vida política iraniana, porém, mesmo com a atenção voltada à recuperação econômica e apesar da consolidação política do regime, diversas novas ameaças começaram a surgir, dentre elas, a mais significativa foi o conflito contra o Iraque, que durou oito anos. De acordo com Cleveland e Bunton,

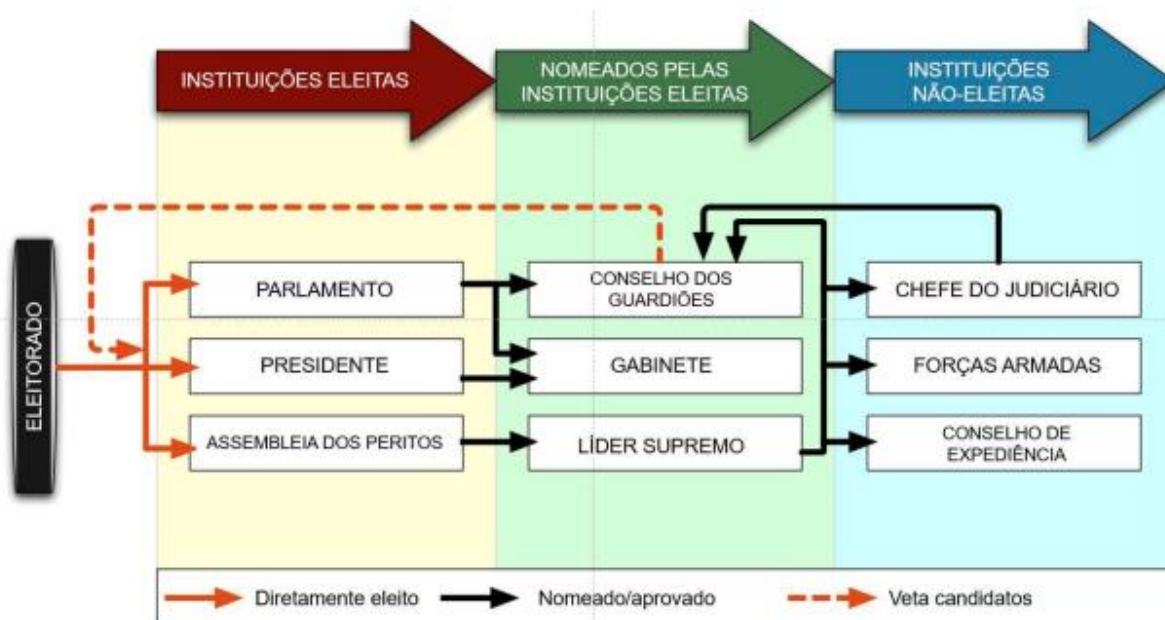
As questões que dividiram os dois países variaram desde a rivalidade cultural de longa data entre as civilizações árabe e persa a disputas imediatas sobre fronteiras e direitos de navegação, as interpretações conflitantes do papel do nacionalismo e da religião na vida pública. Uma das questões mais delicadas para o Iraque era a fronteira norte. [...] Mas para o regime iraquiano, o desafio mais desconcertante apresentado por Khomeini foi seu apelo direto aos xiitas do Iraque para derrubar Hussein. Esta não foi apenas uma ameaça política à existência do regime, mas também uma ameaça ideológica que opôs os princípios universalistas do Islã ao nacionalismo secular do Ba'ath (CLEVELAND e BUNTON, 2018, p. 440).

Além das tensões regionais e religiosas entre os dois países e outros vizinhos no Oriente Médio, é necessário destacar o papel dos Estados Unidos e dos grupos conservadores no conflito em questão. Durante o período da Guerra Irã e Iraque, o governo dos Estados Unidos estava sob responsabilidade do presidente republicano Ronald Reagan e seu vice-presidente George H. W. Bush. A Doutrina Reagan, adotada pela administração, tinha como um de seus principais focos a luta contra a “ameaça comunista”, principalmente nos países do Golfo Pérsico. A fixação do gabinete presidencial e dos conservadores presentes no governo na luta anticomunista resultou no apoio estadunidense do regime de Saddam Hussein contra a República Islâmica do Irã, que pôde ser visto através dos bilhões de dólares pagos em ajuda econômica, o fornecimento de tecnologias, armamentos, inteligência militar e treinamento de operações especiais.

O fim do conflito em 1988 deixou ambos os países em situação crítica política, social e economicamente. Para o Irã, o cessar-fogo fez com que a atenção iraniana se voltasse aos objetivos econômicos, sociais e de política externa que surgiram entre vários grupos governamentais do país. A República Islâmica se mostrava novamente dividida entre os grupos conservadores - que favoreciam menos controle governamental da economia -, os grupos e partidos de esquerda - que buscavam maior socialização econômica -, e um bloco reformista que começou a desafiar cada vez mais os dois anteriores, comprometidos com o conservadorismo social e religioso.

O Irã atualmente segue uma república islâmica teocrática e, conforme a constituição, as eleições no país devem ocorrer pelo menos a cada quatro anos e ser supervisionadas pelo Conselho de Guardiões, além disso, o sufrágio é universal e a idade mínima para votar é 16 anos. Apesar de existirem eleições para presidente e outros cargos executivos e legislativos, o líder supremo da República Islâmica do Irã é chamado oficialmente de Autoridade Suprema de Liderança no Irã, cargo vitalício estabelecido pelo Artigo 5 da Constituição. A Constituição ainda coloca que a Autoridade Suprema é o Comandante-Chefe das Forças Armadas, e que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário devem operar sob a superintendência deste. Até hoje a República Islâmica teve dois líderes ocupando este cargo: o aiatolá Ruhollah Khomeini (1979 - 1989) e o aiatolá Ali Khamenei (1989 - hoje). A estrutura política do país é organizada como mostra a imagem abaixo.

Figura 3: Organograma da Organização Política do Irã atual (2019)



Fonte: CHEREM (2019)

A morte do aiatolá Khomeini em 1989 e a ascensão do presidente Khamenei como Autoridade Suprema tornaram necessária uma nova eleição para substituí-lo no cargo anterior, que teve como resultado a vitória de Ali Akbar Hashemi Rafsanjani. A mudança nos principais cargos do país representou um novo período para a República Islâmica, principalmente considerando a personalidade influente e pragmática de Rafsanjani. O presidente deu início a uma nova política de liberalização econômica, privatização de

indústrias e reaproximação com o ocidente, mudanças que iam de encontro com as visões de Khamenei e dos partidos conservadores.

Em relação à economia iraniana, de acordo com Djavad Salehi-Isfahani (2019), durante a década de 1980 - após a revolução de 1979 e marcada pelo conflito com o Iraque -, ela foi determinada principalmente pelo pragmatismo e as visões de mundo de líderes individuais que comandavam o Estado e suas instituições. Essa situação mudou a partir do início da década de 1990 quando a retórica e as políticas do governo mudaram radicalmente para se tornarem pró-mercado. Essa mudança pode ser explicada pelo crescimento populacional, a queda dos preços do petróleo e a redução da produção petrolífera, que por sua vez dificultaram muito o cumprimento das promessas populistas feitas durante a Revolução (SALEHI-ISFAHANI, 2019). Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à participação no comércio internacional do Irã anteriormente à invasão. No início do século XXI a média de exportações iranianas era de 23 bilhões de dólares, o que mudou drasticamente após o início da ocupação estadunidense do Iraque.

Em conjunto com as transformações no governo, as chegadas de novos meios de comunicação, o contato com o Ocidente e campanhas nacionais e internacionais focadas nos direitos humanos, direitos das mulheres e democracia, aumentaram a tensão interna no país. Após Rafsanjani, Mohammad Khatami se tornou o novo presidente eleito em 1997, novamente decepcionando os conservadores iranianos. Khatami, conhecido por ser moderado e apresentar ideias reformistas em relação ao Islã, obteve, porém, mais dificuldade em liderar e foi muitas vezes contrariado por Khamenei e impedido de tomar suas próprias decisões. Seu segundo mandato, iniciado em 2001, não apresentou muitas mudanças e a confiança em suas reformas foi perdida.

Em 2004, a nova eleição dos *Majlis* se deu de forma bastante conturbada e foi marcada pela polêmica onde o Conselho de Guardiões desqualificou diversos candidatos - em sua maioria reformistas - de concorrer aos cargos eleitos. Apesar da intervenção de Khamenei e da reintegração de alguns candidatos, a vitória foi em sua maioria conservadora, assim como na eleição presidencial de 2005, que trouxe ao poder o conservador Mahmoud Ahmadinejad.

Externamente, os anos seguintes ao fim da Guerra contra o Iraque foram marcados por diversos incidentes de política externa que fizeram com que as relações entre o Irã e o ocidente oscilassem. Essa oscilação pode ser vista em algumas situações, como, por exemplo, durante a presidência de Rafsanjani, onde o presidente pressionou pelo restabelecimento das relações econômicas com o Ocidente, porém, o país se opôs a integrar a força multinacional da ONU durante a invasão do Kuwait. Em outro momento, em 1991, o Irã mudou seu

envolvimento no Líbano, o que facilitou a libertação de ocidentais mantidos como reféns por extremistas xiitas libaneses, porém o governo iraniano se opôs ao processo de paz israelense-palestino e continuou a apoiar grupos islâmicos no Líbano e em áreas sob o controle da recém-criada Autoridade Palestina. O país também é acusado de supostamente dar apoio financeiro a ativistas islâmicos, sunitas e xiitas, em outras nações em conflito, como Argélia, Sudão, Afeganistão e Tadjiquistão.

Como visto anteriormente, os ataques terroristas às Torres Gêmeas em 2001 e a forma com que os Estados Unidos escolheram lidar com a questão tornaram as relações entre eles, Irã, e o restante do ocidente, cada vez mais complexas. Em 1998, o Irã havia apoiado os Estados Unidos em sua guerra contra o Talibã, pois era também de seu interesse a derrubada do regime no Afeganistão, porém, no início do governo Bush, quando o Presidente decidiu colocar a República Islâmica entre os países do “Eixo do Mal”, as relações bilaterais entre os países estremececeram novamente. A clara tensão existente entre ambas as potências, fez com que, logo após os ataques ao World Trade Center, o Irã começasse a se preocupar com a influência dos Estados Unidos na sua vizinhança.

Em relação aos seus vizinhos no Oriente Médio, a nova configuração do “Eixo do Mal” criada pelo ocidente levou a uma reaproximação entre países historicamente inimigos, como é o caso do Irã e do Iraque, e de países que apresentam características marcantes em comum, como é o caso do Crescente Xiita. O Irã, antes de 2003, passava então por um período de crescentes tensões internas devido às tentativas de reformas moderadas e liberais, e o descontentamento da elite conservadora; tensões internacionais com grandes potências do ocidente e alguns de seus vizinhos; além de estar tentando retomar sua economia que havia sido destruída durante a Guerra contra o Iraque. A República Islâmica, que havia perdido em certo ponto sua posição e segurança na região, viu então na invasão de seu vizinho, o Iraque, uma oportunidade para se reestruturar como uma potência regional, retomar e formar novas alianças e adotar uma estratégia defensiva, pontos que serão estudados nos capítulos seguintes.

4.2. A República do Iraque

O Estado moderno do Iraque - criado após a Primeira Guerra Mundial -, na antiguidade fazia parte do território da Mesopotâmia, onde surgiram várias das primeiras civilizações do mundo, além de compreender também grande parte do Crescente Fértil. Apesar de ter conquistado formalmente a independência em 1932, o país permaneceu sujeito à influência britânica até a queda da monarquia em 1958, com a instalação do regime

nacionalista e socialista árabe do Partido Ba'ath, cuja liderança foi logo assumida por Saddam Hussein.

A Mesopotâmia era um território localizado entre os rios Tigres e Eufrates, ao norte ou noroeste de Bagdá, atual capital do Iraque, e ficou conhecida como “*Al-Jazīrah*”, a ilha dos árabes. Devido à sua localização privilegiada entre os dois rios e seu solo extremamente fértil, o sul da Mesopotâmia tornou-se uma terra farta com a capacidade de sustentar uma população considerável, porém, ao mesmo tempo, a superioridade cultural do norte da região durou até cerca de 4000 a.C, quando foi superada pelo sul.

A história da Antiga Mesopotâmia é dividida em diversos períodos e eras, a região, além de não ter possuído uma unidade geográfica real ou uma capital fixa, abrigou, por muito tempo, várias línguas e culturas, e seus povos eram majoritariamente politeístas em relação às crenças. As influências mesopotâmicas foram muitas, com grande foco nos pontos relacionados à moral, estética, ciência e literatura, e algumas são relevantes até os dias atuais, como, por exemplo, a teoria jurídica, que floresceu e foi expressa em várias coleções de decisões judiciais, os códigos, sendo o Código de Hamurábi o mais conhecido. Em conjunto, a escrita possuía um grande papel e fazia parte de todos os aspectos da vida, o que resultou na formulação de uma burocracia altamente desenvolvida.

Como mencionado anteriormente, a Mesopotâmia foi berço para o desenvolvimento de várias das primeiras civilizações na Antiguidade, dentre elas, algumas possuíram grande importância para a região e para história, são elas: as civilizações Sumérias, Acadianas, Babilônicas e Assírias. Os Sumérios foram os primeiros a ocupar a região, e a dominaram entre os anos 3200 a.C. e 2800 a.C. Dentre suas principais contribuições estão: o desenvolvimento de sistemas de irrigação; grandes construções religiosas que demonstraram forte técnica arquitetônica e sofisticação; a escrita cuneiforme que serviu para o registro de sua história, seus feitos e suas práticas religiosas; além do início do desenvolvimento do comércio, pois os excedentes agrícolas eram comercializados com outros povos.

Após a derrota dos Sumérios, os Acadianos, sob a liderança de Sargão I tomaram conta da região e seu poder no território durou cerca de dois séculos. Os Acadianos ficaram conhecidos como um grupo populacional que ficou lado a lado com os Sumérios, sob sua liderança os povos mesopotâmicos foram unificados, formando o Império Acádio, e apesar de um exército bastante eficiente, a cultura dos povos dominados foi sendo preservada, por esse motivo, muito da cultura e das contribuições sumérias foram mantidas. O primeiro Império Babilônico foi estabelecido por Hamurábi - criador do Código mencionado anteriormente -, uma das figuras mais marcantes da história do antigo Oriente Médio, e sua capital ficou

conhecida como Babilônia. No momento em questão a Mesopotâmia representava um conjunto de pequenos Estados, que Hamurábi, ao utilizar do instrumento das coalizões, liderou habilmente e tornou-se mais poderoso e influente que seus predecessores. A dinastia de Hamurábi foi destruída, cerca de 150 anos após sua morte, com a invasão de diversos novos povos na região, e o período de 1560 a.C. a 1440 a.C. ficou conhecido como Idade das Trevas.

O Império Assírio começou a se formar com a queda dos Acadianos, e em 729 a.C., sob a liderança de Tiglath-Pileser III, conquistaram a Babilônia. O povo semita ficou conhecido por ser guerreiro, cruel e implacável, e o seu exército possuía uma tecnologia militar inovadora e marcada pela utilização ferro, cobre e estanho. Além disso, sua arquitetura integrada e alguns de seus principais edifícios também ficaram bastante conhecidos. Em seu auge, o Império Assírio dominou as regiões do Chipre, Egito, Mesopotâmia e a região do atual Estado de Israel, mas foram derrotados pelos caldeus em 612 a.C., que, por sua vez, estabeleceram o Segundo Império Babilônico. Sob a liderança de Nabucodonosor, o Segundo Império Babilônico atingiu então seu apogeu: além do desenvolvimento da arquitetura, que deu origem às diversas obras públicas conhecidas até hoje, como, por exemplo, os Jardins Suspensos e a Torre de Babel, o imperador também expandiu o território de seu império ao conquistar a cidade de Jerusalém.

Em 539 a.C. o Império Persa, no auge de seu poder, liderado por Ciro II, derrotou os babilônios, porém, com o fim do Império Persa e a ascensão de Alexandre, o Grande, a história da Mesopotâmia foi dividida em três eras de dominação de povos externos. Primeiramente os selêucidas em 141 a.C., seguidos pelos partos a partir de 224 d.C. e, por último, os Sassânidas, até as invasões árabes do século VII d.C. No ano 600 d.C. o território que hoje compreende o Iraque já estava sob o domínio do império Sassânida por três séculos e era uma das áreas mais populosas e ricas do Oriente Médio, devido em grande parte à agricultura de irrigação intensiva dos rios Tigre e Eufrates. Em relação à população, ela era bastante mista, além da classe alta persa, grande parte dos cidadãos eram camponeses cuja língua era o aramaico, mas havia também um número considerável de árabes, curdos e gregos vivendo na região. No mesmo sentido, a pluralidade era visível em termos religiosos, apesar de a religião oficial do império ser o Zoroastrismo, o Cristianismo, o Judaísmo e inclusive o paganismo eram bastante fortes na região.

O território iraquiano no século VII enfrentou diversas invasões, sendo a mais bem sucedida a invasão árabe, que em 638 já havia conquistado praticamente toda a região e resultou na imigração em massa de muçulmanos vindos da península arábica. Apesar de ter

sido a área mais rica e com o maior número de adeptos ao islamismo do mundo muçulmano, o Iraque tornou-se uma província subordinada do califado, o que acabou gerando grande descontentamento de diversas partes da sociedade iraquiana.

Entre 1055 e 1534 o território do atual Iraque compreendia duas regiões geopolíticas, que por sua vez também possuíam ramificações internas, eram elas o Iraque árabe, que correspondia aproximadamente à região da antiga Mesopotâmia e o território do Iraque moderno, e o Iraque estrangeiro, ou persa. Em 1534, o sultão otomano Süleyman I, que já havia iniciado uma campanha contra os “dois Iraques”, conquistou Bagdá e incorporou o território iraquiano ao Império Otomano, o que fez com que o Iraque enfrentasse uma reorientação geopolítica completa.

O Império Otomano se originou de uma dúzia de pequenas tribos turcas da Anatólia que surgiram na esteira das invasões mongóis do século XIII, estes principados turcos eram guerreiros islâmicos que, inspirados por motivos religiosos e materiais, enfrentaram conflitos contínuos com o Império Bizantino cristão. Em meados do século XIV, os otomanos já haviam expandido o império para as margens do mar de Mármara, próximo à Europa cristã, que esteve sempre fora do alcance dos governantes islâmicos, porém, nos dois séculos seguintes, todo o sudeste da Europa ficou sob controle otomano direto.

Através de três campanhas militares bem-sucedidas, o Império Otomano foi se transformando em uma potência mundial, foram elas: a conquista de Constantinopla, o impedimento do avanço do Império Safávida e as campanhas expansionistas europeias do Sultão Süleyman, o Magnífico. No século XVI, as conquistas do Iraque, Síria, Egito e Hejaz trouxeram as cidades mais sagradas do Islã sob o domínio otomano. No Iraque, o domínio otomano representou a vitória do sunismo, embora houvesse uma comunidade xiita bastante forte no sul do país - grupo bastante influente e prestigiado localmente e que tendia a se identificar com o Irã xiita, além de se ressentir com a administração otomana dominada por sunitas. O enfraquecimento do poder central otomano no século XVII levou ao surgimento de despotismos locais em diversas províncias iraquianas, já o século XVIII foi marcado inicialmente por mudanças importantes no Império Otomano, e pelo reinado do Sultão Ahmed III, que experienciou relativa estabilidade política e implementou extensas reformas, algumas influenciadas por modelos europeus. Em Bagdá, foi estabelecido pelo governador otomano Hasan Paşa e seu filho Ahmed Paşa uma liderança *mamlūk*².

² Refere-se majoritariamente a escravos cristãos do Cáucaso que se converteram ao islamismo, foram treinados em uma escola especial e, então, foram designados para tarefas militares e administrativas.

Após superarem os otomanos, a segunda parte do século XVIII no Iraque foi marcada por um regime *mamlūk* autônomo, que por sua vez conseguiu suprimir revoltas e restaurar a ordem e certo grau de prosperidade na região. No século XIX, a proximidade do líder *mamlūk* Dā`ūd Paşa com a Europa, principalmente a Grã-Bretanha, ajudou na consolidação dos interesses britânicos na região. O período foi caracterizado principalmente pela crescente penetração europeia, pela queda dos *mamlūk* e a restauração do domínio otomano, além de reformas militares e administrativas. Enquanto as potências europeias se preparavam para a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano permaneceu dividido sobre as medidas a serem tomadas em termos de se juntar ao conflito ou permanecerem neutros, até que um pequeno grupo acabou por decidir pela entrada no conflito que marcou os últimos anos do império. De acordo com Cleveland e Bunton (2018), apesar de ter sido derrotado no conflito e desmembrado pelos tratados de paz, o Império Otomano se mostrou capaz de suportar quatro anos de guerra e decidido a defender a ordem otomana. Para os autores, a queda do Império, além da guerra, se deu pelo conjunto de diversos fatores:

Fatores econômicos externos combinados com uma série de problemas domésticos tornaram os componentes do sistema otomano menos coesos do que eram na época de Süleyman. O governo de sultões incompetentes, as lutas pela sucessão e a discórdia política dentro do tribunal serviram para enfraquecer o governo central. A escassez de receita e o aumento da inflação tiveram um efeito desastroso sobre o grande número de funcionários públicos com salários fixos e corrupção generalizada. Finalmente, a incapacidade do governo de fazer pagamentos regulares aos janízaros ou de financiar novos equipamentos militares erodiu o domínio das forças armadas otomanas (CLEVELAND e BUNTON, 2018, p. 37).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, na Conferência de San Remo, as províncias árabes que faziam parte do Império Otomano foram divididas em “mandatos” que ficaram sob o controle de duas das principais potências europeias, França e Grã-Bretanha. Enquanto a França recebeu o mandato para a Síria, a Grã-Bretanha recebeu os mandatos para o Iraque e a Palestina. O Iraque naquele momento representava um novo Estado criado a partir da junção das províncias otomanas Basra, Bagdá e Mosul, que entre si, possuíam pouco em comum, e que não constituíam uma comunidade política. A fusão forçada em um único país fez com que a formação de uma nação se tornasse excepcionalmente difícil (CLEVELAND e BUNTON, 2018).

Figura 4: O Oriente Médio no Período Entre Guerras



Fonte: CLEVELAND e BUNTON (2018, p. 157)

De acordo com Cleveland e Bunton (2018), a maioria da população iraquiana no momento era composta de árabes - cerca de 80% - divididos em termos religiosos. Apesar de mais da metade dos habitantes árabes ser xiita e manter laços estreitos com os vizinhos iranianos, os britânicos acabaram por apoiar a ascensão da minoria sunita ao poder. Além da população árabe, a existência de uma população curda relativamente grande - cerca de 20% da população total - na região também viria a potencializar os conflitos futuros.

Figura 5: A distribuição dos principais grupos étnicos e religiosos no Iraque



Fonte: CLEVELAND e BUNTON (2018, p. 196)

Após uma revolta interna contrária à governança britânica, que teve grandes custos em termos de perdas de vida e financeiros, a Grã-Bretanha optou por estabelecer uma liderança na base de tratados e colocar sob responsabilidade do governo iraquiano o máximo que uma potência imperial pudesse suportar, assim podendo garantir seus interesses na região sem assumir as consequências de governar diretamente população complexa e diversa como aquela. A escolha britânica para governar o Iraque foi Amir Faysal, monarca do reino sírio também recentemente desmembrado. Em 1925 o Iraque se tornou oficialmente uma monarquia constitucional hereditária com uma legislatura bicameral eleita cuja religião oficial era o Islã.

Com o objetivo de controlar Faysal sem que o monarca ficasse conhecido como um fantoche britânico, vários tratados foram assinados, entre 1922 e 1930, que garantiam uma maior autonomia do Estado. O último deles, assinado em 1930 garantia que o Iraque

conquistaria sua independência completa em dois anos, enquanto a Grã-Bretanha manteria privilégios militares e de segurança semelhantes aos que possuíam no Egito. Na década de 1920 o petróleo dos países do Oriente Médio era um dos maiores interesses dos países imperialistas na região, nesse sentido, apesar de encorajar a independência iraquiana, a Grã-Bretanha tentava simultaneamente garantir de Faysal concessões favoráveis ao petróleo. Em 1925 foi assinada então uma concessão de setenta e cinco anos com a empresa que viria a se tornar a *Iraq Petroleum Company* (CLEVELAND e BUNTON, 2018).

Apesar das dificuldades, o Iraque sobreviveu como uma nação independente de 1932 até 1939. Com a morte de Faysal em 1933 e a impossibilidade de o poder político continuar sob controle da monarquia, o país passou a ser governado por um grupo de indivíduos com experiências administrativas prévias e que representavam uma combinação improvável, sendo que vinham de origens diferentes, apesar de terem todos nascidos no Iraque. Segundo Cleveland e Bunton (2018) a consolidação do poder nas mãos dessas elites particulares representou uma tendência sectária significativa na política iraquiana, o que se deu, pois todos no poder eram muçulmanos sunitas, embora os xiitas ainda fossem a maioria da população árabe no país. Os xiitas foram excluídos política e socialmente por muitos anos, a situação foi revertida apenas em 2003 com a ocupação dos Estados Unidos no país.

Em 1936, após a ascensão e sob liderança do General Bakr Sidqi, um golpe de Estado derrubou o governo, o que deu início a uma sequência de vários golpes militares nacionalistas que desestabilizaram a sociedade iraquiana e a posição britânica no país. De acordo com Cleveland e Bunton (2018), durante a Segunda Guerra Mundial existiam dois polos de reação local ao papel da Grã-Bretanha no país: um segmento bastante poderoso da elite governamental que procurou utilizar do período de guerra para alcançar a verdadeira soberania, e outro grupo de políticos que acreditavam que a manutenção dos laços com a Grã-Bretanha melhoraria suas posições. O resultado desse embate foi outro conflito, em 1941, que ficou conhecido como Guerra Anglo-Iraquiana, e que dividiu ainda mais a elite e deixou um legado de amargura para a Grã-Bretanha (CLEVELAND e BUNTON, 2018). Em 1958, após um golpe de Estado liderado por Abd al-Karim Qasim, foi derrubada a monarquia Hashimita instalada pelos britânicos 37 anos atrás, e que havia representado um pilar do sistema de alianças ocidental no país por todos esses anos. O golpe deu início à República iraquiana, que em seus primeiros anos enfrentou um período de bastante instabilidade interna devido à revolução interna proclamada e a ascensão do Pan-Arabismo, mas, ao mesmo tempo, externamente representou um período de neutralidade no país no sistema internacional, aproximação com a URSS e afastamento do Ocidente (CLEVELAND e BUNTON, 2018).

Em 1968 o país veio a enfrentar um novo golpe de Estado, mas dessa vez, ao invés de ser apenas mais um dentre vários golpes que regularmente assolavam o Iraque, trouxe ao poder um regime que durou por 35 anos e foi moldado principalmente por um indivíduo em específico: Saddam Hussein. Comparando Hussein à Bashar al-Assad, líder da Síria, Cleveland e Bunton (2018, p. 433) colocam que Hussein era um homem de origens rurais humildes que se utilizou do Partido Ba'ath para chegar à presidência do Iraque. Hussein, nascido em 1937 em uma família de camponeses, fazia também parte da comunidade árabe sunita que, apesar de ainda ser uma minoria no país, continuava a dominar a administração central desde o Império Otomano. Devido à morte de seu pai, Saddam cresceu na casa de um tio que, segundo Cleveland e Bunton (2018), afetou profundamente o futuro líder por sua persistente hostilidade em relação aos britânicos e à monarquia apoiada por eles. Os autores colocam que:

De 1964 a 1968, as experiências de Hussein como prisioneiro político, organizador de partido e conspirador moldaram sua atitude em relação à conduta política. Como o Ba'ath era um partido de oposição proibido, as funções de Hussein tinham que ser realizadas clandestinamente. Como resultado, ele desenvolveu um estilo de tomada de decisão reservado e uma tendência a suspeitar e desconfiar das pessoas ao seu redor. Ele também desenvolveu uma reputação de homem que não pode ser contrariada (CLEVELAND e BUNTON, 2018, p. 434).

Internamente o país continuou a enfrentar diversas tensões étnicas e religiosas com os curdos e árabes xiitas. Em relação aos curdos, a questão estava relacionada ao desejo deste povo de alcançar autonomia, o que entrava em conflito com os interesses do governo iraquiano, que além de defender o nacionalismo árabe também desejava afirmar o controle centralizado da nação. Por outro lado, a situação dos árabes xiitas na região diferia devido às diferenças internas da própria comunidade xiita e suas relações com o regime. Ambos os grupos mantiveram relações e foram auxiliados pelo governo iraniano, que por sua vez era contrário à liderança do partido Ba'ath e principalmente Hussein, porém as relações entre os xiitas iraquianos e iranianos, devido à identificação social e religiosa, foram mais fortes e duradouras. O governo de Saddam Hussein foi fortemente marcado pelo isolamento político e geográfico de grupos xiitas pelo país, além de uma perseguição obsessiva e execuções em massa da maioria religiosa no país.

Em termos de política externa, o regime Ba'ath foi marcado pela continuidade das relações com a URSS, mas também por uma reaproximação com o Ocidente, principalmente devido à entrada do país no mercado global por meio do petróleo. No Oriente Médio, primeiramente o regime escolheu por projetar a imagem de um radicalismo revolucionário, contrária principalmente às questões envolvendo o Estado de Israel. Tendo o Golfo Pérsico

como uma oportunidade de exercer influência regional, a relação do Iraque com os países desta região melhorou notavelmente e, devido aos seus novos laços econômicos no Ocidente, a política externa adotada para o mundo árabe foi mais moderada. Essa política permitiu que houvesse cooperação entre os estados árabes e que a influência de Saddam Hussein crescesse cada vez mais, até atingir um nível de proeminência regional (CLEVELAND e BUNTON, 2018).

Como mencionado anteriormente, os anos de 1980 e 1988 foram marcados pelo conflito armado entre Irã e Iraque. Durante esses oito anos, a URSS continuou o principal fornecedor de armamentos para o Iraque, porém o país também foi fortemente auxiliado por potências ocidentais, dentre elas, os Estados Unidos. Assim,

Em 1984, as relações diplomáticas entre Washington e Bagdá, rompidas em 1967, foram restauradas e os Estados Unidos começaram a fornecer inteligência militar ao Iraque. Os Estados Unidos também pressionaram seus aliados a não venderem armas ao Irã e, no último ano da guerra, fizeram campanha por um embargo ao petróleo iraniano (CLEVELAND e BUNTON, 2018, p. 443).

Nesse momento, o inimigo estadunidense no Oriente Médio era o aiatolá Khomeini, não Saddam Hussein, cujas brutalidades os Estados Unidos ignoraram em prol de seus interesses voltados a impedir a expansão do sentimento islâmico radical e antiocidental.

Após o fim da guerra com o Irã, o Iraque iniciou um processo de reconstrução nas áreas mais afetadas pelo conflito. A situação do país no período era marcada pela falta de dinheiro, profundo endividamento, inflação e desemprego, porém, o regime continuou a gastar o pouco que possuía com armamentos. O programa de rearmamento de Saddam incluía também programas para o desenvolvimento de mísseis, armas químicas, biológicas e nucleares, o que começou a preocupar as potências ocidentais. Em 1990, outro conflito se iniciou quando as forças armadas do Iraque invadiram o Kuwait e o anunciaram como uma nova província iraquiana, a partir desse momento a invasão escalou para uma crise internacional que levou à Guerra do Golfo liderada pelos Estados Unidos de George H. W. Bush. Além da nova influência estadunidense no Oriente Médio, o conflito resultou em uma devastação avassaladora do Iraque e na criação de um novo problema envolvendo refugiados.

Para entender a invasão do Iraque em 2003, é preciso retomar novamente a influência dos grupos neoconservadores no governo estadunidense, que retornaram com grande força no governo de George W. Bush. Apesar do apoio estadunidense a Saddam Hussein durante a Guerra entre Irã e Iraque, o plano de derrubar o regime Ba'ath de Saddam foi iniciado já na década de 1990 com a Guerra do Golfo. A invasão de 2003 liderada por George W. Bush foi

fortemente influenciada por grande parte dos mesmos neoconservadores presentes no governo de seu pai, e que falharam na primeira tentativa.

O fim do século XX e o início do século XXI foram caracterizados por fortes tensões entre o Iraque, os países vizinhos e as potências ocidentais - em especial os Estados Unidos. O embargo econômico das Nações Unidas forçado ao país durante a Guerra do Golfo persistiu após o fim desta, e ficou condicionado à aceitação da demarcação da fronteira Iraque-Kuwait conforme o acordo bilateral de 1963, à entrega das armas de destruição em massa e à destruição da capacidade de construí-las. O regime de Saddam por sua vez rejeitou diversas ofertas da ONU sob a justificativa de que os acordos feriam a soberania nacional do país, e a questão as ADMs se manteve bastante crítica, principalmente após os ataques de 11 de setembro, até a invasão estadunidense do Iraque e a queda de Saddam Hussein.

Ainda sem ter se recuperado das Guerras contra o Irã e do Golfo, em 2003 o Iraque foi atingido por mais um conflito armado de proporções absurdas e cujas consequências são vistas no país até hoje. Em março de 2003 os Estados Unidos e seus aliados invadiram o Iraque com a justificativa de destruir as armas de destruição em massa e depor Saddam Hussein, acusado de ter auxiliado nos ataques de 11 de setembro. A falta de evidências em relação à ligação de Saddam à Bin Laden e o fato de que não foi encontrado nenhum resquício das ADMs mencionadas ressalta a importância do discurso neoconservador difundido em toda a população americana. O plano iniciado na década de 1990 na administração do pai do atual presidente foi finalmente completado. De acordo com James DeFronzo,

Em vez de deixar os iraquianos livres para determinar seu próprio futuro sem interferência externa, a coalizão liderada pelos EUA estabeleceu uma longa ocupação em face da resistência armada por forças anti-ocupação, consistindo de insurgentes iraquianos, bem como um influxo de estrangeiros militantes. Além dos milhares que morreram no ataque inicial da coalizão e depois durante anos de ataques insurgentes e contra insurgentes, a violência sectária entre árabes sunitas e xiitas após a invasão atingiu um nível muito pior do que em qualquer momento da história do Iraque como nação (DEFRONZO, 2009, p. 1, tradução livre).

A reação à invasão diferiu em cada grupo social do país, enquanto grande maioria dos curdos a apoiavam, árabes sunitas a condenaram, pois temiam a ascensão do fundamentalismo xiita iraquiano e a dominação iraniana, já os xiitas comemoram a retirada de Saddam do poder, mas duvidavam das intenções estadunidenses (DEFRONZO, 2018). As eleições que ocorreram em 2005 resultaram, pela primeira vez em anos, na vitória dos partidos xiitas que haviam sido marginalizados por todo o regime sunita Ba'ath. De acordo com DeFronzo (2018), em maio de 2003, já havia cerca de 142.500 tropas terrestres americanas no Iraque, cerca de 45.000 do Reino Unido, 2.000 australianos e 200 poloneses. Segundo o autor, cerca de 7.000 a 20.000 soldados iraquianos e combatentes paramilitares morreram entre 20 de

março e 1.º de maio de 2003, mais 19.000 insurgentes iraquianos foram mortos até o final de setembro de 2007 e as estimativas de mortes de civis pela invasão, ações insurgentes e contra insurgentes, e violência sectária variaram de 78.000 até o final de outubro de 2007 para mais da metade um milhão (DEFRONZO, 2018).

A violência sectária e uma nova onda de refugiados representaram também duas das principais consequências da ocupação estadunidense:

A esperança deu lugar ao desespero, ao medo, à hostilidade crescente contra os ocupantes e à angústia de que o fundamentalismo estava envolvendo o Iraque. Os erros americanos foram vistos como levando ao mais alto nível de violência sectária e terrorismo na história do Iraque, incluindo o assassinato de mais de duzentos professores universitários e a emigração de muitos mais. [...] As famílias de refugiados eram geralmente chefiadas por mulheres porque maridos ou irmãos foram mortos. A pobreza forçou milhares de mulheres jovens iraquianas a se prostituírem para sustentar suas mães e irmãos ou seus próprios filhos (DEFRONZO, 2018, p. 256, tradução livre).

O caos iniciado pelos Estados Unidos e exacerbado pelo despreparo da operação resultou em consequências sentidas pelos iraquianos e outros países da região - como Irã e Síria - até o presente. Uma destas consequências diz respeito ao fato de que, apesar de as relações entre Irã e Iraque durante a história de ambos os países terem enfrentado diversos momentos de tensão, o período seguinte à invasão estadunidense do Iraque representou uma mudança de paradigma e uma reaproximação das nações vizinhas. Os motivos e as consequências desta reaproximação serão trabalhados no capítulo seguinte.

5. CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E ESTRATÉGICAS DA INVASÃO DO IRAQUE PARA A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Teerã está indiscutivelmente entre os maiores beneficiários, embora inadvertidamente, da invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos não apenas neutralizaram a nêmesis histórica do Irã, ou seja, o regime sunita ba'athista em Bagdá, mas também facilitaram o início de um novo capítulo nas relações bilaterais de Teerã com o Iraque (HEYDARIAN, 2012).

Um dos objetivos da política externa estadunidense com a invasão do Iraque era, segundo Pecequillo (2003), a contenção do Irã como uma potência regional. O presente capítulo pretende analisar se esse objetivo foi alcançado ou não, e estudar quais as consequências das decisões estadunidenses para o Irã. As relações entre Irã e Iraque, como visto anteriormente, foram marcadas durante a história por diversas tensões sociais, religiosas e políticas, porém, estas começaram a diminuir após 2003, com a invasão estadunidense e a queda de Saddam Hussein. Uma das principais consequências da política externa da Doutrina Bush no Iraque foi a reaproximação dos dois países vizinhos, principalmente em termos econômicos, mas também políticos.

Uma das ideias mais difundidas por diversos veículos de mídia e teóricos após o fim da invasão foi a de que, conforme a manchete de 2017, escrita por Tim Arango para o New York Times, os Estados Unidos “entregaram o Iraque nas mãos do Irã”. Essa visão está atrelada ao fato de que a incapacidade estadunidense de realizar um plano de reconstrução eficaz no Iraque resultou no preenchimento dos vácuos de poder no país pelo Irã. Além disso, o governo iraquiano, que até o momento era representado pela minoria sunita, passou a fazer parte do grupo de países xiitas no Oriente Médio liderados pela República Islâmica do Irã. A influência do Irã no Iraque além de ter crescido muito no período em questão também se projeta de maneira bastante diversa, direcionando-se a assuntos militares, políticos, econômicos e culturais.

O presente trabalho busca testar, através de dados empíricos, a hipótese de que uma das consequências da invasão estadunidense do Iraque foi o impacto positivo para a República Islâmica do Irã por meio da melhoria nas relações bilaterais entre o país e o Iraque. Para isso serão analisados os dados empíricos relacionados às mudanças econômicas nas relações bilaterais entre Irã e Iraque e as consequências destas mudanças para o Irã. As sessões seguintes foram destinadas à apresentação dos dados econômicos e estratégicos coletados nas bases de dados - *The World Bank*, *The Atlas of Economic Complexity*, *Trading Economics*, *SIPRI Arms Transfers Database* e a *International Energy Agency*, *Pew Research Center*, o *International Institute for Strategic Studies*, *Inter-Parliamentary Union Database* e *United*

Nations Digital Library -, além de outros artigos, notícias e bibliografias selecionadas e à análise destes dados e suas consequências.

5.1. Análise econômica

Irã e Iraque ao longo da história, apesar dos conflitos, possuíram também diversos interesses em comum, dentre eles alguns econômicos. O fim do regime de Saddam Hussein - período de grande tensão entre os países vizinhos - permitiu com que as relações bilaterais entre os países pudessem voltar a progredir. Economicamente, hoje Irã e Iraque possuem uma parceria forte e amigável, e o comércio bilateral entre eles foi positivamente impactado pela decisão de política externa estadunidense de invadir o Iraque, principalmente nos anos seguintes à invasão, ao fim do governo Bush e da retirada das tropas estadunidenses do Iraque.

Em relação aos interesses econômicos iranianos, a localização estratégica do Iraque possui uma grande importância para o Irã por diversos motivos, dentre eles está o vasto território iraquiano, situado no norte da Península Arábica e localizado sobre o ponto médio entre três continentes: Europa, Ásia e África. Outra questão, de acordo com Moeh e Abdullah (2016), diz respeito ao significado marítimo que a região possui e que lhe permitiu desempenhar um papel fundamental na determinação dos interesses econômicos e políticos de diversos Estados. Além disso, existe também uma importância geoestratégica, devido à existência das maiores reservas de petróleo em particular. Nesse sentido, o Irã viu no Iraque pós-Saddam Hussein uma nova oportunidade de reconstruir sua própria economia, que além dos problemas internos do país, vivia também constantemente afetada pelas repetidas sanções econômicas estadunidenses.

Além da reaproximação política entre Irã e Iraque, durante o período da ocupação estadunidense desde seu início em 2003, as relações econômicas entre eles apresentaram um crescimento exponencial. Para analisar empiricamente o momento em questão, com dados coletados no Atlas of Economic Complexity foi montado um ranking que aponta os 10 principais países dos quais o Iraque importou de 2001 a 2011, e a porcentagem do mercado iraniano que cada um representou.

Tabela 1: Ranking dos 10 principais países dos quais o Iraque importou de 2001 a 2006

Ranking de Exportação para o Iraque por País - 2001 a 2011						
2001		2002		2003		
	País	% de mercado	País	% de mercado	País	% de mercado
1º	França	11,15%	Jordânia	9,85%	Turquia	14,99%
2º	Jordânia	10%	Emirados Árabes	8,26%	Emirados Árabes	11,54%
3º	Vietnã	7,64%	França	7,29%	Jordânia	9,81%
4º	China	7,45%	Vietnã	7,18%	Irã	7,91%
5º	Itália	6,12%	China	6,87%	Síria	6,30%
6º	Alemanha	5,63%	Alemanha	6,10%	Estados Unidos	5,60%
7º	Ucrânia	5,53%	Rússia	5,98%	Alemanha	4,16%
8º	Austrália	4,03%	Itália	5,17%	Reino Unido	3,83%
9º	Japão	3,61%	Japão	4,64%	Kuwait	3,25%
10º	Rússia	3,53%	Índia	4,29%	França	3,17%

2004		2005		2006		
	País	% de mercado	País	% de mercado	País	% de mercado
1º	Síria	18,14%	Turquia	22,45%	Turquia	21%
2º	Turquia	15,49%	Emirados Árabes	17,64%	Irã	14%
3º	Paquistão	7,97%	Estados Unidos	11,22%	Estados Unidos	12%
4º	Estados Unidos	7,29%	Irã	7,49%	Emirados Árabes	9%
5º	Emirados Árabes	6,47%	Jordânia	5,99%	Síria	6%
6º	Jordânia	6,23%	China	3,33%	Jordânia	5%
7º	Irã	4,03%	Itália	2,96%	China	4%
8º	Alemanha	3,86%	Alemanha	2,77%	Alemanha	4%
9º	França	2,47%	Síria	2,30%	Índia	2%
10º	Líbano	2,17%	França	2,12%	Tailândia	2%

Fonte: Elaboração própria através dos dados do *The Atlas of Economic Complexity*

Em 2001 - ano do ataque terrorista às Torres Gêmeas e dois anos antes do início da ocupação estadunidense do Iraque -, as exportações iranianas representavam 2,70% do total de importações feitas pelo Iraque, e em 2002 a representação iraniana no mercado iraquiano cresceu para 3%, quantidades que não eram suficientes para que o país estivesse entre os dez principais parceiros do Iraque. Apesar de não ser de interesse do presente trabalho analisar profundamente os dados anteriores ao período delimitado, é preciso constatar também que anteriormente ao ano de 2001, as importações iraquianas advindas do Irã se mostraram também historicamente baixas, padrão que começou a ser alterado apenas em 2003.

A partir de 2003, ano em que se iniciou a ocupação estadunidense no Iraque, pode-se perceber que a aproximação econômica começa a crescer e o Irã se torna um dos dez países do qual o Iraque mais importa. Com o tempo, a aproximação entre os países vizinhos cresce exponencialmente - com exceção dos anos 2007 a 2009 dos quais não foram encontrados os dados em questão. Ao alcançarmos o ano de 2011, que marcou o fim da ocupação dos Estados

Unidos no Iraque, o Irã já abastecia 13% do mercado iraquiano, perdendo apenas para o outro vizinho de ambos os países, a Turquia.

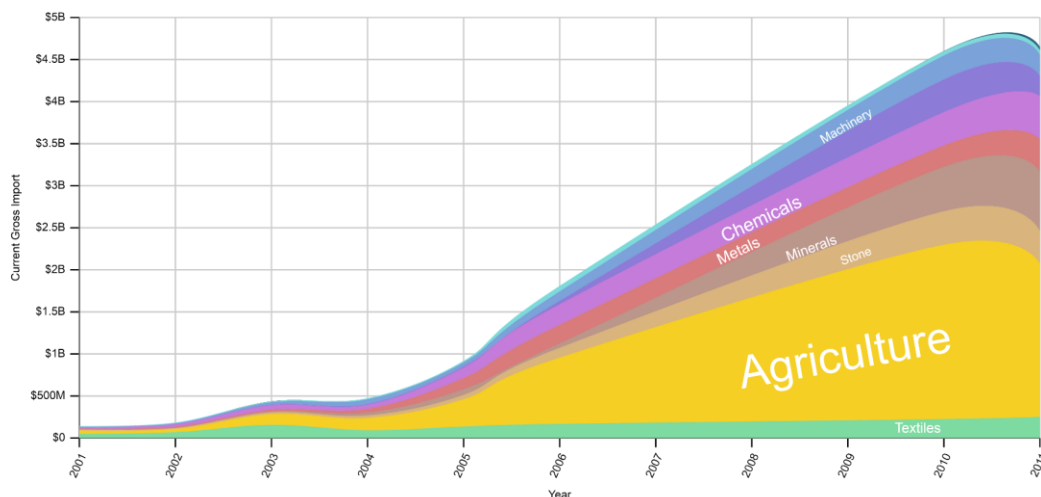
Tabela 2: Ranking dos 10 principais países dos quais o Iraque importou de 2007 a 2011

	2007		2008		2009	
	País	% de mercado	País	% de mercado	País	% de mercado
1º	Emirados Árabes	22%	Turquia	18%	Turquia	22%
2º	Turquia	21%	Emirados Árabes	14%	Emirados Árabes	9%
3º	Estados Unidos	11%	Síria	12%	China	8%
4º	China	5%	Estados Unidos	10%	Estados Unidos	8%
5º	Jordânia	5%	Jordânia	6%	Jordânia	6%
6º	Síria	5%	China	6%	Síria	5%
7º	Alemanha	3%	Arábia Saudita	2%	Alemanha	4%
8º	Arábia Saudita	3%	Alemanha	2%	Coreia do Sul	3%
9º	Reino Unido	2%	Tailândia	2%	Itália	3%
10º	França	2%	Índia	2%	Arábia Saudita	3%

	2010		2011	
	País	% de mercado	País	% de mercado
1º	Turquia	19%	Turquia	24%
2º	Irã	14%	Irã	13%
3º	China	11%	China	11%
4º	Síria	7%	Estados Unidos	7%
5º	Emirados Árabes	7%	Emirados Árabes	5%
6º	Estados Unidos	5%	Alemanha	5%
7º	Alemanha	4%	Coreia do Sul	4%
8º	Coreia do Sul	4%	Jordânia	3%
9º	Jordânia	4%	França	3%
10º	França	2%	Itália	2%

Fonte: Elaboração própria através dos dados do *The Atlas of Economic Complexity*

Aproveitando-se do fim do governo anterior, majoritariamente sunita, e da força das relações entre xiitas iranianos e iraquianos, as empresas iranianas começaram a se espalhar pelo Iraque agressivamente buscando aumentar sua porcentagem de mercado no país e aproximá-los economicamente. Em relação aos outros países exportadores, como visto na tabela acima, o Irã passou da 13.^a posição no ranking em 2001 para a 2.^a posição em 2011. Ao analisarmos apenas as relações econômicas bilaterais entre Irã e Iraque é possível visualizar ainda melhor o crescimento das exportações em termos absolutos. O gráfico abaixo mostra que em 2001 as importações iranianas advindas do Irã tiveram um valor de cerca de 143 milhões de dólares, e que em 2011 esse valor havia crescido e alcançado a marca de 4,6 bilhões de dólares.

Figura 6: Importações iraquianas advindas do Irã de 2001 a 2011

Fonte: *The Atlas of Economic Complexity*

Os produtos iranianos passaram a representar uma parcela significativa das importações do Iraque. É possível perceber pelo gráfico que a maior parte das exportações iranianas consiste em produtos agrícolas, porém, além delas, as commodities iranianas, os produtos eletrônicos, materiais de construção, maquinários e automóveis, passaram a inundar os mercados iraquianos. Além disso, o Irã também passou a atuar em áreas como saúde, educação e grandes projetos de infraestrutura no Iraque, fortalecendo ainda mais seu relacionamento com o país vizinho e sua posição na região.

Além das exportações diretas para o Iraque, a aproximação do Irã com o país abriu também as fronteiras iranianas para os mercados da Síria e do Líbano. A presença iraniana no Iraque permitiu com que fosse estabelecido um corredor para mover homens e armas para as forças *proxy* na Síria e no Líbano (ARANGO, 2017). Nesse sentido, o gráfico abaixo representa as exportações iranianas de armamentos entre 2001 e 2011, e a tabela - com dados em milhões de dólares - especifica quais os maiores importadores desse setor, no caso Síria, Sudão e Líbano. O aumento das exportações do Irã para esses países se deu em grande parte à nova rota aberta entre o Irã e eles, passando diretamente pelo Iraque.

Figura 7: Exportações iranianas de armas de 2001 a 2012

Fonte: *Trading Economics*

Tabela 3: Maiores importadores de armas advindas do Irã de 2001 a 2011 (em milhões de dólares)

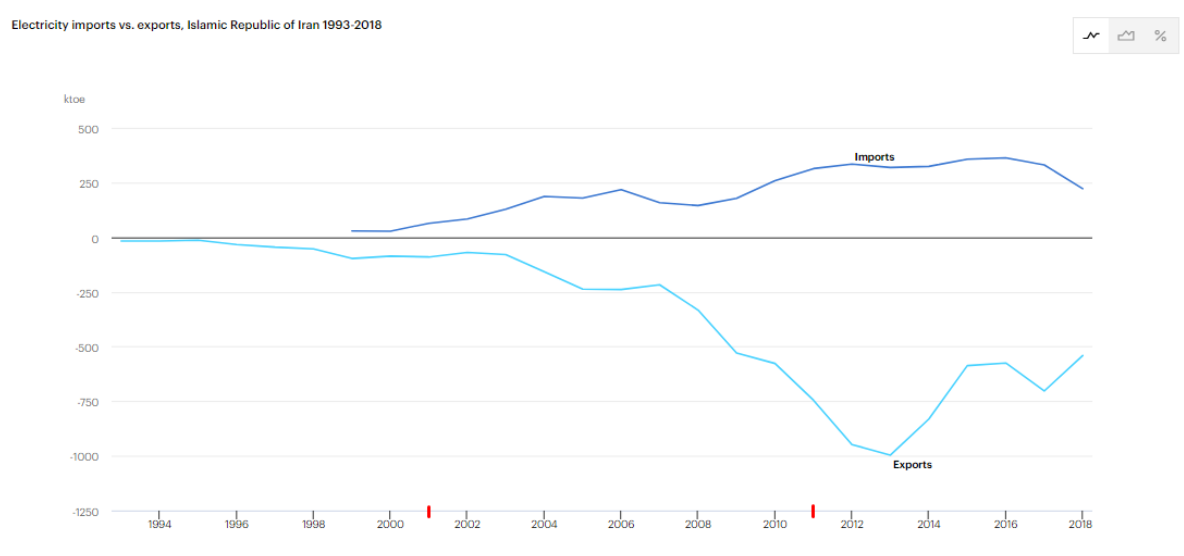
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Hezbollah (Líbano)*		3		1	0	6						10
Sudão			9		2	15		3				28
Síria						54		40	45	45	83	266
Total		3	9	1	2	75		43	45	45	83	304

Fonte: Elaboração própria através dos dados do *SIPRI Arms Transfers Database*

De acordo com Tim Arango (2017), enquanto os Estados Unidos invadiram o Iraque em 2003 com o objetivo de derrubar Saddam Hussein e expandir sua hegemonia, desde o primeiro momento o Irã viu outra coisa: uma chance de fazer do seu antigo inimigo um novo Estado cliente, tornando-o dependente ao ponto de que o Iraque nunca mais representasse uma ameaça à República Islâmica e pudesse também servir como um ponto de partida para espalhar a influência iraniana na região, começando pelo controle do corredor ligando Teerã ao Mediterrâneo.

Um dos setores onde fica mais claro o sucesso da República Islâmica do Irã na missão de tornar o Iraque dependente de sua influência é o setor energético. O gráfico abaixo apresenta a relação entre exportações e importações de energia elétrica por parte do Irã, onde é possível perceber um aumento exponencial das exportações a partir de 2003 contrastada com um pequeno aumento também nas importações.

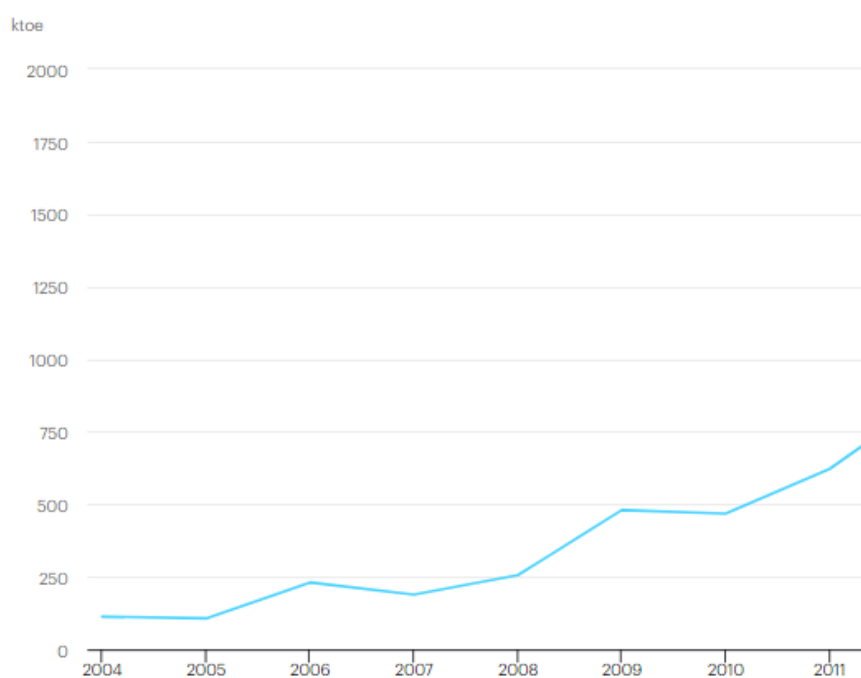
Figura 8: Exportações e importações iranianas de energia elétrica de 1993 a 2018



Fonte: *International Energy Agency*

Do outro lado, o próximo gráfico diz respeito às importações iraquianas, que não apenas apresentaram um crescimento significativo, como também, conforme o Relatório Econômico do Banco Central iraniano sobre os anos de 2010/11 (CBI, 2011), representaram 74% das exportações de energia elétrica do Irã.

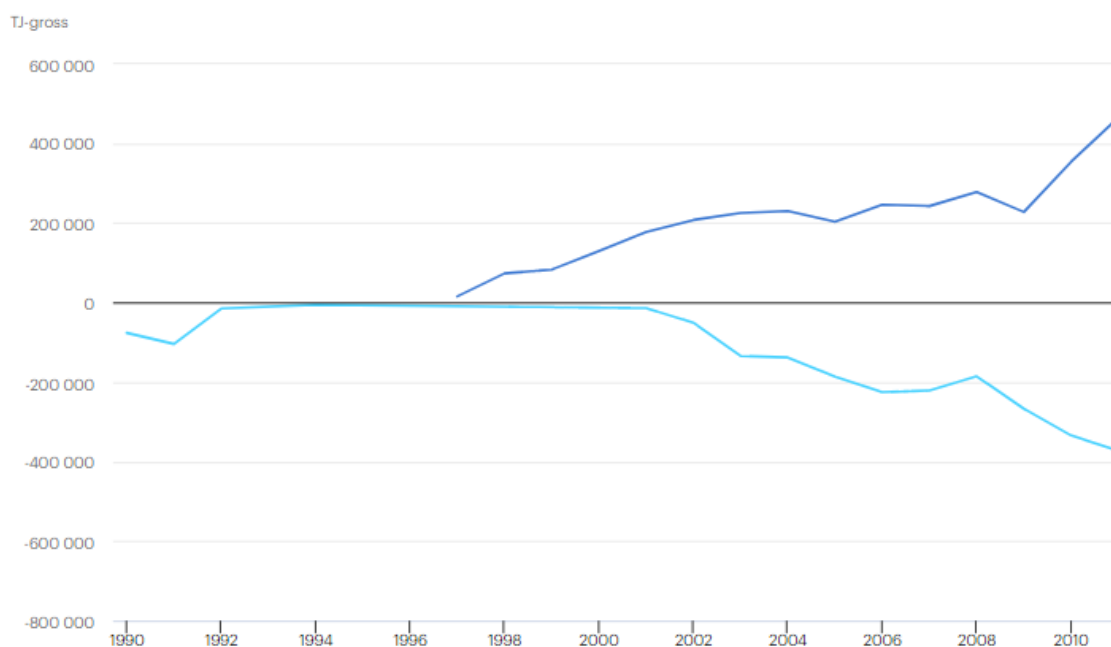
Figura 9: Importações iraquianas de energia elétrica de 2004 a 2011



Fonte: *International Energy Agency*

Além de energia elétrica, o Iraque tornou-se dependente do Irã também em relação às importações de gás natural. Segundo a IEA, a incapacidade de utilizar suas riquezas de gás significa que o déficit de gás do país aumentou, e o Iraque passou a depender das importações do Irã para atender à crescente demanda, o que introduziu uma série de vulnerabilidades ao sistema de energia do país. Abaixo segue o gráfico do aumento das exportações de gás natural da República Islâmica do Irã.

Figura 10: Exportações e importações iranianas de gás natural de 1990 a 2011



Fonte: *International Energy Agency*

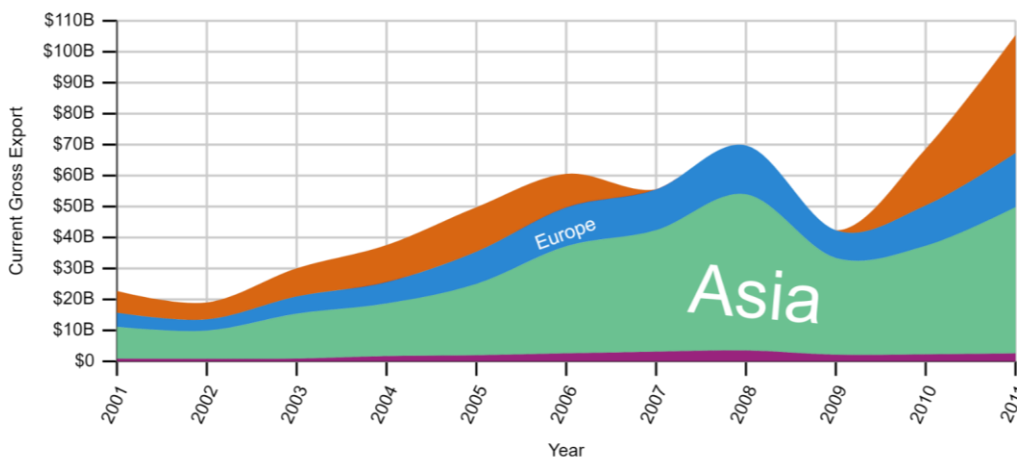
Outro ponto de bastante importância diz respeito às exportações do setor petrolífero. Conforme o Relatório Econômico Anual produzido pelo Banco Central do Irã no ano de 2003/04, durante o período:

A média de exportação de petróleo bruto (direto e sob recompra) aumentou 15,7% para alcançar 2.442,6 mil b/d (cota estabelecida pela OPEP). O aumento da exportação de petróleo bruto e o aumento significativo na exportação de gás liquefeito elevou a exportação de produtos petrolíferos e ajudou no valor agregado do setor, que cresceu 12,9%, em termos reais, 44.493 bilhões de rials (CBI, 2004).

Isso se deu, pois, a invasão estadunidense do Iraque impossibilitou o país de manter sua produção de petróleo, fazendo com que os preços da *commoditie* nos mercados mundiais crescessem, e outros países, como no caso em questão o Irã, precisassem aumentar sua produção e exportação no setor. O relatório iraniano ainda coloca que o aumento das receitas do petróleo elevou as reservas cambiais iranianas do Banco Central e no OSF (*Oil*

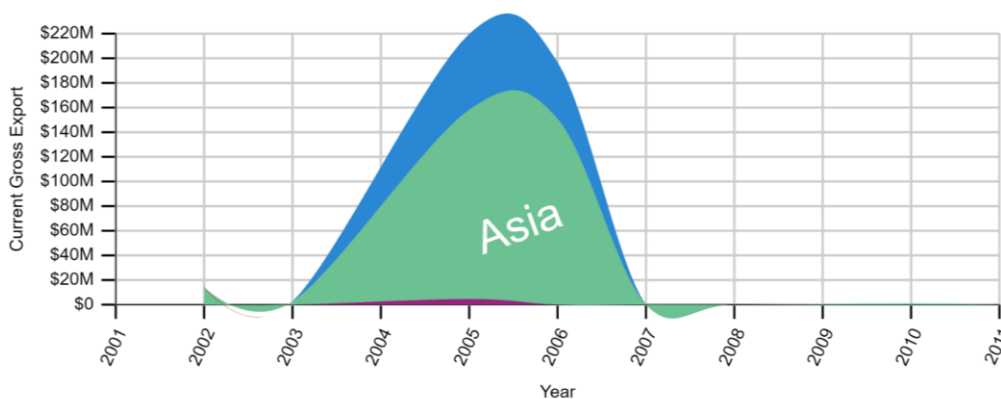
Stabilization Fund). Os gráficos abaixo ilustram o crescimento das exportações iranianas de petróleo bruto e gás liquefeito entre o período de 2001 a 2011.

Figura 11: Exportações iranianas de petróleo bruto de 2001 a 2011³



Fonte: *The Atlas of Economic Complexity*

Figura 12: Exportações iranianas de gás liquefeito de 2001 a 2011⁴

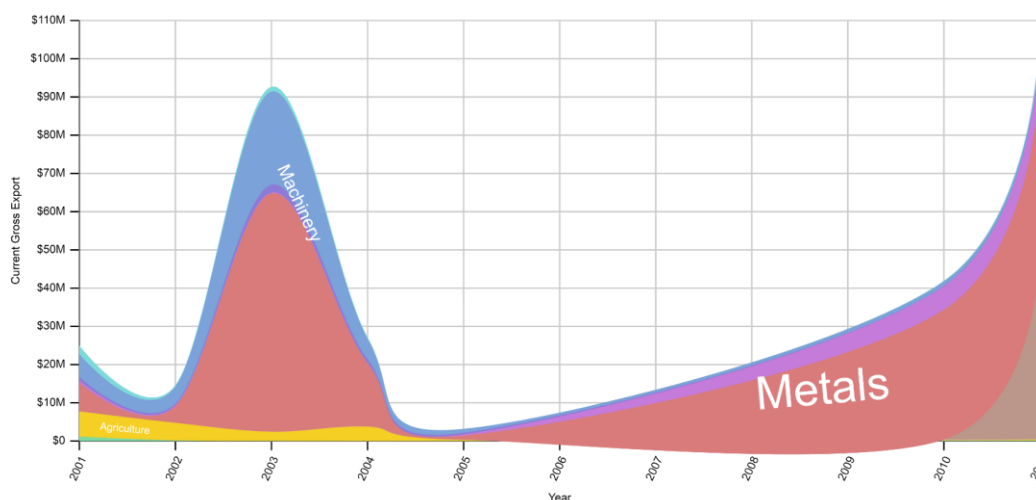


Fonte: *The Atlas of Economic Complexity*.

No sentido contrário, as importações iranianas advindas do Iraque também apresentaram um crescimento significativo em 2003, e apesar de terem caído em meados de 2004, retomaram seu crescimento nos anos perto do fim da ocupação estadunidense do país, atingindo o valor mais alto dos últimos 10 anos. Ao contrário do que acontecia no sentido Irã - Iraque, as exportações do Iraque para o Irã, apesar de terem crescido em número, não adquiriram muito espaço de mercado no país. Além disso, como é possível visualizar no gráfico abaixo, as exportações iraquianas consistiam principalmente em metais e maquinarias.

³ A cor roxa diz respeito ao continente africano e a cor laranja à categoria “Outros”.

⁴ A cor roxa diz respeito ao continente africano e a cor azul à Europa.

Figura 13: Exportações iraquianas de 2001 a 2011

Fonte: *The Atlas of Economic Complexity*

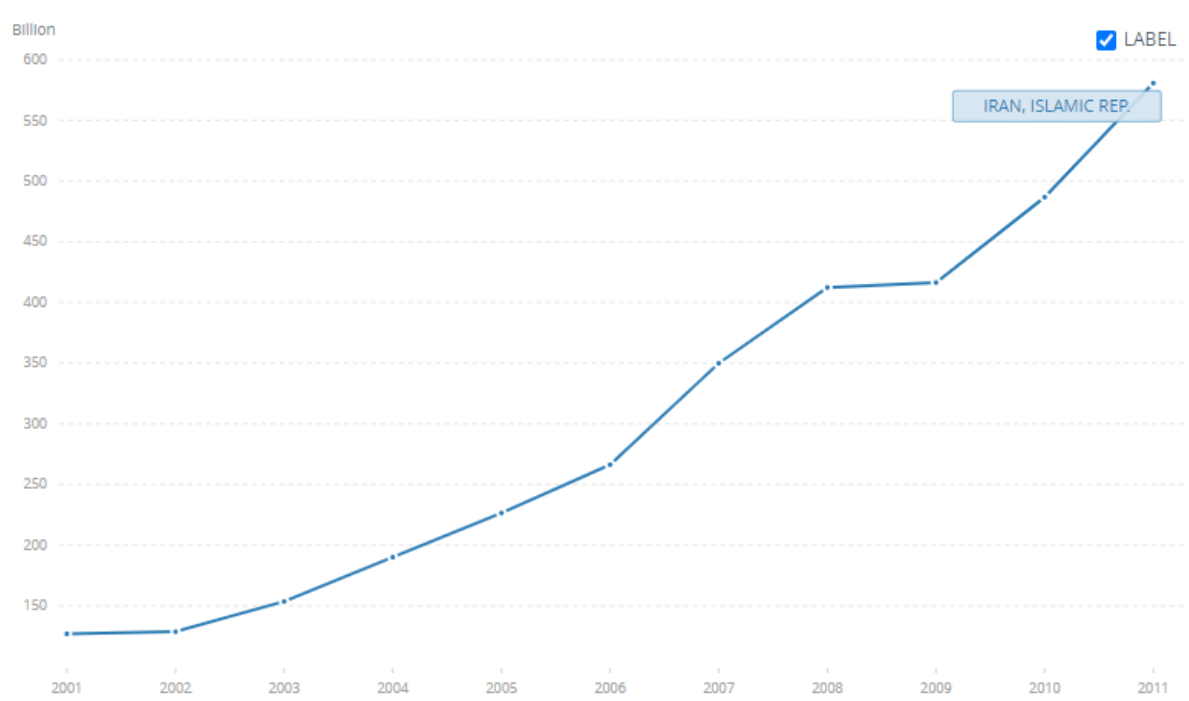
Outra análise importante a ser feita diz respeito à balança comercial iraniana no período em questão. Assim como as importações iraquianas do Iraque não apresentaram um grande crescimento, as importações absolutas do país também tiveram um crescimento menor comparado às exportações. Enquanto as importações iraquianas cresceram de cerca de 16 bilhões de dólares para um valor um pouco acima de 70 bilhões, as exportações que em 2001 tinham um valor de quase 30 bilhões quase alcançaram a marca de 150 bilhões de dólares. A diferença entre os valores de importação e exportações fica mais clara ao observarmos o gráfico abaixo, que mostra a balança comercial iraniana abrangendo os anos de 2001 a 2011.

Figura 14: Balança comercial iraniana de 2001 a 2011

Fonte: *The World Bank*

A melhora na balança comercial e o aumento da produção necessário para atender a demanda interna e externa resultaram em um desempenho bastante positivo do PIB iraniano durante o período entre 2001 e 2011.

Figura 15: PIB iraniano de 2001 a 2011



Fonte: *The World Bank*

Após a apresentação e análise de alguns dados empíricos relacionados à economia iraniana durante o período em questão pode-se perceber que a invasão estadunidense do Iraque não alcançou o objetivo de conter o Irã. No sentido contrário, a política externa da Doutrina Bush resultou em consequências econômicas positivas para a República Islâmica, não apenas em termos reais, mas também em termos estratégicos. Ao observarmos as trocas comerciais entre os dois países vizinhos, conclui-se também que o Irã obteve sucesso na estratégia de tornar o Iraque um Estado cliente e dependente de seus produtos, estreitando ainda mais as relações bilaterais entre eles.

5.2. Análise estratégica

As consequências positivas da invasão do Iraque pelos Estados Unidos para a República Islâmica do Irã não foram apenas econômicas, a influência do Irã em relação ao país vizinho cresceu fortemente em diversas esferas. A reaproximação entre Irã e Iraque, cujas relações se apresentaram bastante conflituosas por um longo período, está diretamente relacionada, entre outros fatores, à questão religiosa. Uma das grandes falhas ocidentais em

relação ao estudo do Oriente Médio está relacionada à dificuldade em entender como a região e suas nações se organizam, se dividem, e os pilares nos quais elas se baseiam. O islamismo não é apenas um pilar religioso na região, a religião se encontra enraizada em toda a história e instituições dos países que a seguem, sendo muito difícil separá-la da esfera política, o que torna as relações internacionais na região bastante complexas.

Além de ser uma das principais bases do Oriente Médio atual, o islamismo, assim como outras religiões, não é o mesmo em todos os países que o praticam, existem diferenças e conflitos internos que resultam na existência de diversas vertentes da crença, sendo as mais conhecidas as vertentes xiitas e sunitas. Como mencionado anteriormente, a divisão dos muçulmanos entre xiitas e sunitas está relacionada à questão de quem deveria liderar o Islã após a morte do profeta Maomé. Enquanto os xiitas acreditam que o Imam Ali, genro do profeta, e seus descendentes são os verdadeiros sucessores do profeta, os sunitas acreditam que Abubakr, Umar, Uthman e finalmente Ali foram os verdadeiros líderes do Islã (HAJI-YOUSEFI, 2009).

A geopolítica da região do Oriente Médio e os conflitos entre os países islâmicos estão fortemente atrelados às divisões internas da religião, e muitas vezes ditam como as relações entre esses países se darão. Nesse sentido, a compreensão desta divisão e como ela se caracteriza no século XXI é de extrema importância para entender a reaproximação iraniana e iraquiana, e a nova influência iraniana sobre o Iraque após a invasão estadunidense do país, que teve como uma de suas principais consequências o fim do regime Ba'ath - sunita - de Saddam Hussein.

Anteriormente à invasão estadunidense, o Iraque viveu anos sob um regime ditatorial sunita, representado por Saddam Hussein, onde a sua maioria xiita passou anos marginalizada e com pouca, ou nenhuma, representação no governo. Segundo Michael Lipkar:

As poucas pesquisas disponíveis sobre a identidade religiosa no Iraque sugerem que cerca de metade do país é xiita. Pesquisas da ABC News encontraram entre 47% e 51% do país se identificando como xiita entre 2007 e 2009, e uma pesquisa da Pew Research realizada no Iraque no final de 2011 descobriu que 51% dos muçulmanos iraquianos disseram serem xiitas (em comparação com 42% dizendo serem sunitas) (LIPKA, 2014).

Em relação ao Irã, Haji-Yousefi (2009) coloca que como resultado da vitória da Revolução Iraniana em 1979, o país tornou-se um porto seguro e uma esperança para muitos xiitas em todo o mundo, o que passou a alarmar muitos países árabes com uma população xiita forte da possibilidade de sua ascensão e subsequente demanda por mais direitos. Em 2005, após a queda de Saddam Hussein, foi observado pela primeira vez uma nação árabe sob um governo dominado por xiitas: o Iraque, sempre conhecido como a ponta de lança do

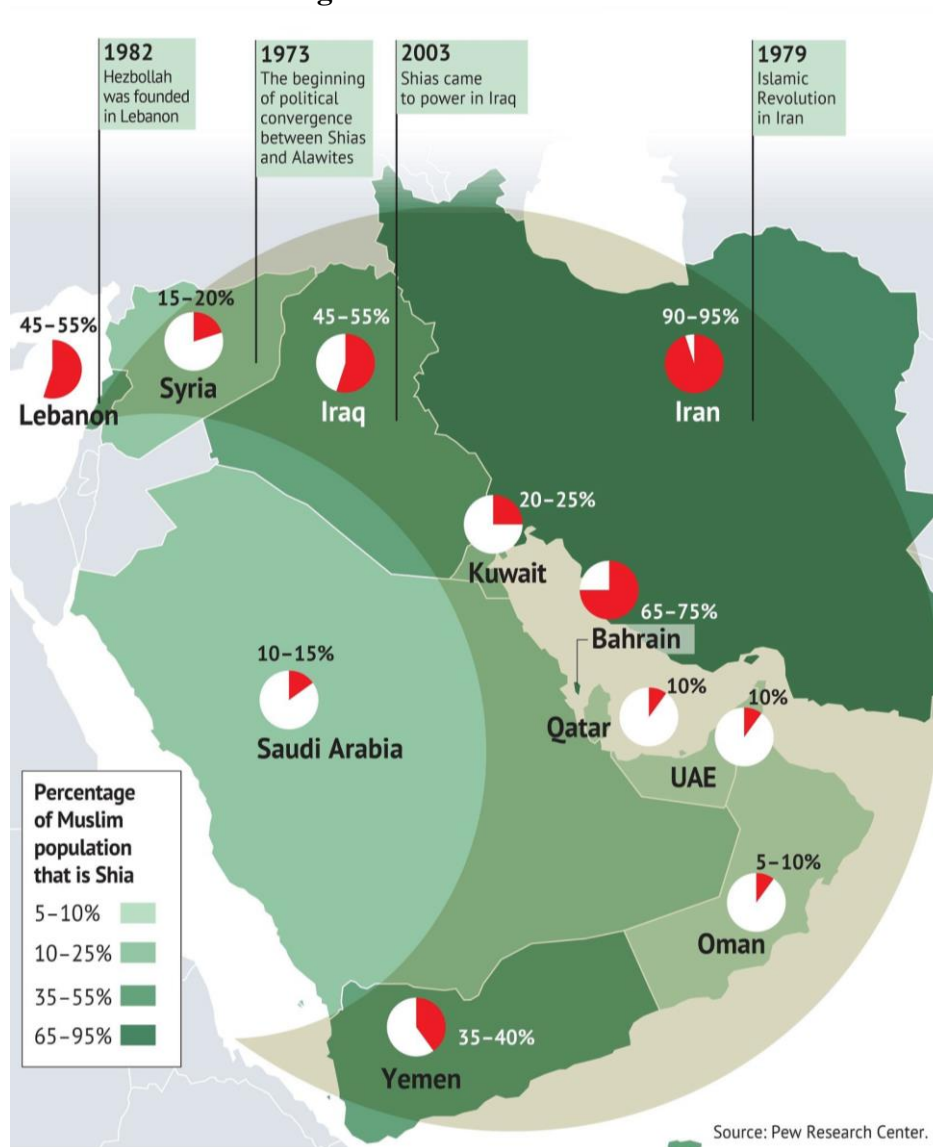
nacionalismo árabe e um grande peso na política regional, passou a ser governado por uma maioria xiita (HAJI-YOUSEFI, 2009).

As relações entre os xiitas iraquianos e o governo xiita iraniano já vinham se desenvolvendo anteriormente à mudança de regime, o que foi de grande importância para definir a nova posição iraniana no Iraque pós-invasão. A aproximação entre os dois países devido à nova organização política do Iraque após 2003 havia sido alertada pelo rei Abdullah da Jordânia em 2004, além de uma nova organização dos países na região. Segundo o monarca,

Se partidos ou políticos pró-Irã dominarem o novo governo iraquiano, [...] pode surgir um novo "crescente" de movimentos xiitas dominantes ou governos que se estendem do Irã ao Iraque, Síria e Líbano, alterando o equilíbrio tradicional de poder entre os dois principais grupos islâmicos e representando novos desafios para os interesses e aliados dos EUA (WRIGHT e BAKER, 2004).

O discurso do rei jordaniano diz respeito ao que ficou conhecido como o Crescente Xiita: uma região no Oriente Médio em forma de lua crescente onde a maioria - ou uma forte minoria - são xiitas. Conforme os defensores do termo, o grupo de países - que inclui Líbano, Síria, Bahrein, Iraque, Irã, Azerbaijão, Iêmen e oeste do Afeganistão -, estaria sob influência do Irã, que por sua vez estaria procurando expandir seu poder na região. Barzegar (2008), por sua vez, refuta a ideia de um Irã expansionista e defende que os objetivos iranianos são mais defensivos e pragmáticos do que expansionistas. O autor coloca que os objetivos do Irã são principalmente orientados para a construção de um ambiente seguro em suas fronteiras imediatas, por um lado, e a criação de oportunidades econômicas para fins estratégicos, por outro (BARZEGAR, 2008).

Figura 16: O Crescente Xiita



Fonte: *Pew Research Center*

Apesar de a existência de um Crescente Xiita como uma ameaça à ordem no Oriente Médio não representar verdadeiramente a realidade, o crescimento da influência iraniana na região, principalmente no Irã, pode ser vista em diversas esferas.

Segundo o estudo *Iran's Networks of Influence* realizado pelo *International Institute for Strategic Studies* (IISS), o Iraque representa um dos pontos mais importantes para a estratégia de política externa do Irã, pois como a história tem mostrado, os eventos no Iraque podem ter consequências importantes para a estabilidade de seu vizinho. Segundo o IISS,

O Iraque continua a representar uma ameaça à segurança nacional iraniana, razão pela qual o Irã tem a intenção de moldar a política interna e orientação estratégica do Iraque. Desde 2003, o Irã penetrou habilmente na população xiita do Iraque, aproveitando sua longa fronteira compartilhada e laços culturais, religiosos e econômicos. A influência do Irã é multifacetada e inclui alcance a um amplo espectro de atores políticos e sociais (IISS, 2020, p. 121, tradução livre).

Para alcançar seus objetivos no Iraque, que envolviam conter as forças militares americanas no país e moldar o ressurgimento do estado iraquiano, além da esfera econômica onde, como visto anteriormente, o Irã teve sucesso em tornar o Iraque dependente, a República Islâmica também investiu seu capital estratégico em um amplo portfólio de grupos políticos e militantes iraquianos (IISS, 2020).

Em 2005 aconteceram as duas primeiras eleições parlamentares democráticas da República do Irã desde o fim do regime de Saddam Hussein, a primeira em janeiro, com o objetivo de estabelecer a assembleia provisória que iria escrever a nova constituição, e a segunda em dezembro, após a ratificação da Constituição de 2005, para definir o governo permanente. De acordo com Ahmed Ali para o *Washington Institute for Near East Policy*, o Irã possuía três objetivos políticos no Iraque: unir os partidos xiitas do país para eles poderem traduzir seu peso demográfico; posicionar-se como um mediador externo influente para quando surgisse a necessidade de mediação; e impedir que partidos não islâmicos ganhassem o poder (ALI, 2011).

Ao contrário dos Estados Unidos, o objetivo iraniano não estava relacionado à criação de um novo Estado no Iraque, mas sim na penetração das organizações políticas da nova democracia, o que foi facilitado pelas relações já existentes entre os países e suas comunidades xiitas. De acordo com Michael Eisenstadt (2015) no relatório *Iran and Iraq*, além da influência iraniana sobre os partidos xiitas e curdos, o país também apoiou grupos insurgentes, milícias xiitas e aumentou seu poder nos domínios econômico, religioso e informacional (EISENSTADT, 2015). O autor ainda coloca que:

Teerã encorajou seus aliados mais próximos - Badr, o Conselho Supremo Islâmico do Iraque (ISCI), Dawa e os Sadristas - a participarem da política e ajudarem a moldar as instituições nascentes do Iraque. O país tem apoiado uma série de partidos e movimentos díspares para maximizar suas opções e garantir que seus interesses sejam promovidos, não importa qual partido iraquiano saia por cima (EISENSTADT, 2015).

A invasão estadunidense que resultou na queda do regime de Saddam Hussein representou uma oportunidade para alguns dos aliados locais da República Islâmica do Irã ocuparem o novo vácuo de poder no Iraque e ascenderem politicamente. Dentre os principais aliados do Irã no período encontrava-se o Conselho Supremo Islâmico do Iraque (CSII), o partido Dawa, o movimento Sadrista e os partidos curdos.

Em relação ao Conselho Supremo Islâmico do Iraque, ele foi estabelecido em Teerã em 1982 por iraquianos expatriados durante a Guerra Irã-Iraque e que retornaram ao seu país apenas em 2003. De acordo com Eisenstadt (2015), a milícia do CSII, chamada Badr, foi treinada e controlada pelo Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica e lutou ao seu lado

durante o conflito da década de 1980. Após retornar ao Iraque em 2003 e se estabelecer no sul do país com o objetivo de proteger a região, muitos milicianos Badr foram integrados às forças de segurança iraquianas, especialmente o exército e a polícia nacional (EISENSTADT, 2015).

O partido Dawa por sua vez foi fundado em 1950 e se apoiou na República Islâmica do Irã por algum tempo antes de ressurgir no Iraque. Eisenstadt (2015) coloca que o partido ingressou no processo político, mas seu potencial foi limitado devido à falta de uma milícia armada, ainda assim, seu líder, Nuri al-Maliki, foi selecionado como primeiro-ministro nas eleições parlamentares de dezembro de 2005. As ligações com o movimento Sadrista e os partidos curdos também foram de extrema importância para fortalecer a posição iraniana na política do Iraque, estes também passaram a conquistar bastante apelo social e visibilidade política com a nova democracia iraquiana.

As eleições parlamentares de dezembro de 2005 contaram com 12.191.133 votos válidos e tiveram como resultado um parlamento em que as forças xiitas e ligadas ao Irã se destacaram. A Aliança Unida Iraquiana (AUI), coalizão formada majoritariamente de partidos xiitas, conquistou a maioria das cadeiras no parlamento, seguida pela Aliança Patriota Democrática do Curdistão. Dos 128 assentos parlamentares conquistados pela AUI, 30 delas pertenciam ao Conselho Supremo Islâmico do Iraque, outras 30 ao partido do líder Sadrista Moqtada al-Sadr, e 29 ao Partido Islâmico Dawa.

Tabela 4: Resultado das Eleições Parlamentares de 2005

Partido	Votos	%	Cadeiras
United Iraqi Alliance	5,021,137	41,19%	128
Democratic Patriotic Alliance of Kurdistan	2,642,172	21,67%	53
Iraqi Accord Front	1,840,216	15,09%	44
Iraqi National List	977,325	8,02%	25
Iraqi National Dialogue Front	499,963	4,10%	11
Kurdistan Islamic Union	157,688	1,29%	5
The Upholders of the Message	145,028	1,19%	2
Reconciliation and Liberation Bloc	129,847	1,07%	3
Iraqi Turkmen Front	87,993	0,72%	1
Rafidain List	47,263	0,39%	1
Mithal al-Alusi List	32,245	0,26%	1
Yazidi Movement for Reform and Progress	21,908	0,18%	1
Other parties	588,348	4,83%	0
Total	12,191,133	100%	275

Fonte: Elaboração própria através dos dados do *Inter-Parliamentary Union Database*

A influência iraniana no Iraque, porém, não se resume apenas às esferas econômicas e políticas, outros fatores auxiliaram na penetração do Irã no país vizinho após o início da ocupação estadunidense. A invasão estadunidense do Iraque reestruturou completamente as redes de comunicações no país, que eram anteriormente controladas por Saddam Hussein. A nova organização da mídia iraquiana permitiu o surgimento de novos canais e meios de comunicação apoiados e financiados por diversos grupos, tanto políticos como religiosos, disseminando mais facilmente informações, inclusive propagandas partidárias.

Dentre os instrumentos pelos quais o Irã exerce sua influência no Iraque, a mídia é um dos principais. De acordo com Arango (2017), durante a ocupação estadunidense, a República Islâmica obteve vantagem nos veículos midiáticos com rádios e novos canais de televisão montados com dinheiro iraniano e ligados a milícias xiitas. O autor coloca que ao ligar a televisão no Iraque, diversos canais transmitem programas simpáticos ao Irã e cobrem notícias retratando o vizinho como protetor do Iraque em relação aos “intrusos” estadunidenses (ARANGO, 2017).

De acordo com Massoumeh Torfeh (2017) no relatório *The Role of Iran's Regional Media in its Soft War Policy*, a vasta rede de mídia iraniana financiada e liderada pela IRGC (*Islamic Revolutionary Guard Corps*) projeta diretamente a política regional do país, tornando-se um dos principais instrumentos da política externa iraniana. Uma das principais empresas de comunicação da República Islâmica é a *Islamic Republic of Iran's Broadcasting (IRIB)*, cujo orçamento anual relatado em 2009 foi de 900 milhões de dólares norte-americanos, além de empregar cerca de 46.000 indivíduos e possuir cinco canais televisivos externos: Sahar, AlKawthar, Al-Alam, Qods TV e Press TV (TORFEH, 2017). A IRIB tornou-se uma das maiores organizações de mídia no Oriente Médio e está presente em diversos países como Iraque, Síria e Líbano.

A criação da União Islâmica de Rádio e Televisão (UIRT) em 2007 sob o domínio do Ministério da Cultura e Orientação Islâmica do Irã também foi de extrema importância para a difusão dos ideais iranianos e antiocidentais na região. Hoje com mais de 210 afiliados em trinta e cinco países - a maioria no Oriente Médio -, a UIRT conta com canais de televisão por satélite, estações de rádio, sites de notícias, agências de notícias, centros de treinamento, empresas de produção de mídia e centros de pesquisa (MALIK, 2021). De acordo com Malik (2021), a influência da UIRT é maior no Iraque e Líbano:

A estratégia de opinião pública do Irã nesses dois países reflete sua abordagem às atividades políticas e militares lá - o Hezbollah é responsável pelos projetos da UIRT no Líbano, enquanto uma organização guarda-chuva chamada União de Rádio e Televisão do Iraque apoia a infinidade de meios de comunicação da milícia

naquele país. Este último sindicato é liderado por Hamid al-Husseini, um clérigo iraquiano com laços estreitos com o escritório do Líder Supremo (MALIK, 2021).

Malik (2021) ainda cita diversos dos meios de comunicação iraquianos pertencentes a milícias apoiadas pelo Irã que o sindicato ajudou a estabelecer, dentre eles estão: televisão al-Etejah, Al Ahad, al-Nujaba e al-Baenah.

Entre as forças políticas xiitas apoiadas pelo Irã, o CSII controla três canais: Al-Furat em Bagdá, Al-Nahrayn em al-Kut - ambas as estações de satélite - e o terrestre Al-Ghadir em Najaf. A estação principal, Al-Furat, oferece uma rica seleção de programas religiosos xiitas e em seus programas, mesmo as dificuldades mais comuns enfrentadas pelos jovens iraquianos, como despesas de casamento, tornam-se um pretexto para divulgar os benefícios financeiros disponibilizados pelo CSII aos seus eleitores (WAGNER, GLIOTI e DAWOOD, 2018).

A nova proximidade política e econômica entre Irã e Iraque influenciou também o crescimento de outra atividade benéfica para ambos os países em termos econômicos e culturais: o turismo religioso. De acordo com Moeh e Abdullah (2016), a abertura das fronteiras entre os países trouxe um *boom* no turismo religioso com um milhão de iraquianos visitando os santuários xiitas em cidades iranianas como Qum e Mashhad, além de um número semelhante de iranianos visitando os santuários xiitas iraquianos em Najaf, Kazimiyah e Karbala. Além do fim do regime de Saddam Hussein - que impedia uma maior mobilidade entre Irã e Iraque -, incentivos iranianos tiveram um papel importante para o desenvolvimento da atividade, dentre eles, Ignatiev (2017) coloca que, em 2008 empresas iranianas construíram o aeroporto para peregrinos perto de Najaf e criaram uma rede de estradas pavimentadas entre Basra e o sudoeste do Irã.

Segundo o embaixador do Iraque em Teerã, Mohammed Majid al-Sheikh, para o *Boston Globe*, cerca de 750 mil iraquianos viajaram ao Irã desde a queda de Hussein em 2003, a maioria deles com vistos de peregrino de três meses (BARNARD, 2007). Barnard (2007) ainda acrescenta que:

Muitos [iraquianos] agora veem seu inimigo em tempo de guerra como um vizinho inofensivo, talvez até mesmo um modelo a ser seguido - onde o governo religioso parece mais estável do que o experimento pluralista, mas caótico, de democracia em casa. O governo iraniano aproveitou a oportunidade para exercer o *soft power* de persuasão ao tornar os vistos de peregrino baratos e fáceis de obter. [O Irã] recebe mais de 1.500 iraquianos por ano para tratamento médico, oferece aos peregrinos mais pobres moradia gratuita, instrução religiosa e lembretes de que a invasão do Irã por Saddam Hussein desencadeou a guerra que matou centenas de milhares de iraquianos, a maioria xiitas (BARNARD, 2007).

Os benefícios da ascensão do turismo religioso entre Irã e Iraque não são apenas econômicos - a maior mobilidade entre os habitantes de cada país permitiu uma maior difusão

de ideologias e princípios, fortalecendo ainda mais a relação transnacional entre os muçulmanos xiitas de ambas as nações.

A aproximação bilateral entre Irã e Iraque no pós-invasão, por outro lado, não ficou reduzida apenas ao âmbito regional. De acordo com Barzegar (2008), a política externa iraniana no Iraque é o resultado de três considerações da República Islâmica: a necessidade de lidar com a possível ameaça do Iraque, historicamente um país rival; o desejo de escapar a noção do sistema internacional de um Iraque como instrumento para balancear o poder iraniano; e a percepção de um cerco estadunidense na região. Em relação ao primeiro ponto, o sucesso iraniano em tornar o Iraque um Estado cliente economicamente e a aproximação religiosa das nações, não apenas tornaram a ameaça vizinha praticamente inexistente, como também transformaram o Iraque em uma garantia econômica contra as sanções e embargos ocidentais contra a República Islâmica.

Em relação ao segundo tópico, a cooperação entre Irã e Iraque no âmbito internacional também auxiliou a posição iraniana na região e em relação ao sistema internacional, principalmente em termos defensivos. Um exemplo pode ser visto ao analisarmos as posições iraquianas nas votações da Assembleia Geral da ONU em resoluções ligadas à proteção de direitos humanos no Irã. Anteriormente à invasão estadunidense, quando o Iraque possuía direito ao voto na AG suas decisões eram contrárias ao Irã, posição que se alterou após 2003. Como visto na tabela abaixo, nas resoluções votadas após 2003 o Iraque passou a votar conforme a posição iraniana, ou se abstendo, visando não contrariar completamente os Estados Unidos.

Tabela 5: Votações Irã e Iraque em Resoluções da ONU relacionadas aos Direitos Humanos no Irã

	Resolução	Irã	Iraque
1992	A/RES/47/146 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	Y
1993	A/RES/48/145 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	Y
1994	A/RES/49/202 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	Y
1995	A/RES/50/188 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X
1998	A/RES/53/158 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X
2001	A/RES/56/171 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X
2003	A/RES/58/195 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X
2004	A/RES/59/205 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	N
2005	A/RES/60/171 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	A
2006	A/RES/61/176 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X
2007	A/RES/62/168 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X
2008	A/RES/63/191 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X
2009	A/RES/64/176 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	N
2010	A/RES/65/226 - Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran : resolution / adopted by the General Assembly	N	X

Fonte: Elaboração própria através dos dados da *United Nations Digital Library*

Outro ponto em que a República Islâmica adquiriu certo apoio de seu vizinho diz respeito ao programa nuclear iraniano que vem sendo desenvolvido desde a década de 1950 e é a causa de diversos conflitos entre o Irã e o ocidente. Segundo o Ministro das Relações Exteriores do Iraque em 2006, Hoshyar Zebari, o Irã tem o direito de desenvolver sua própria tecnologia nuclear e a comunidade internacional deveria abandonar suas exigências em relação à Teerã (CNN, 2006). O ministro argumenta que:

O Irã não alega que deseja obter uma arma nuclear ou uma bomba nuclear, então não há necessidade de pedirmos a eles qualquer garantia agora. [...] As ambições nucleares do Irã são uma questão internacional. Em nossas crenças, é uma questão de princípio. Todo país tem o direito de ter sua tecnologia nuclear, todo país como a República Islâmica ou qualquer outro país, desde que seja para fins pacíficos (CNN, 2006).

De acordo com Carpenter e Innocent (2007) o gabinete do presidente Bush e os neoconservadores estadunidenses estavam tão focados na remoção de Saddam Hussein, que negligenciaram amplamente as ramificações geopolíticas mais amplas dessa ação, além de subestimar a influência do Irã e acreditar ingenuamente que Teerã concordaria com o domínio americano na região. A negligência estadunidense serviu também para que o Irã pudesse se defender mais profundamente em relação ao cerco dos Estados Unidos formado na região, último tópico mencionado por Barzegar. O esforço iraniano na militarização das milícias xiitas no Iraque e o investimento da República Islâmica na reconstrução do país por meio do fornecimento de tratamento hospitalar e cirurgia para feridos iraquianos, abastecimento do país vizinho com 2 milhões de litros de querosene por dia e 20% do gás de cozinha do país, entre outros, servem como garantia de apoio contra eventuais ataques contra a nação (CARPENTER e INNOCENT, 2007).

Ao mesmo tempo em que o aumento da influência iraniana no Iraque e na região do Oriente Médio fica visível após a apresentação dos dados econômicos e estratégicos, ao contrário da política externa estadunidense durante a invasão de 2003, a nova posição iraniana e a política externa do país possuem um viés defensivo, não ofensivo. Por fim, o que se pôde perceber ao longo do capítulo é que os Estados Unidos, ao derrubarem o regime de Saddam Hussein, um dos maiores inimigos iranianos na região, permitiram que a República Islâmica pudesse reorganizar sua posição estratégica no Oriente Médio e também a projeção de seu poder nos países vizinhos visando os interesses da nação.

De acordo com Barzegar (2005), é impossível negar o novo papel de potência regional adotado pelo Irã no Oriente Médio, porém, o autor destaca que a maior parte das atitudes iranianas podem ser entendidas como defensivas, visando garantir o interesse nacional de autopreservação e segurança. Ao mesmo tempo em que é benéfico para os Estados Unidos a

propagação de um discurso que apresenta um Irã e um Crescente Xiita ofensivos e que seguem as mesmas características da política externa da Doutrina Bush, a realidade é a de que podemos analisar a nova posição e política externa iraniana no pós-invasão - regional e internacionalmente - mais facilmente sob as lentes da teoria realista defensiva de Waltz. Enquanto durante a invasão do Iraque os Estados Unidos adotaram estratégias ofensivas com o objetivo de se tornar um *hegemon* para alcançar maior segurança, a estratégia iraniana é voltada à busca de segurança por meio de alianças e manutenção da nova balança de poder formada após a invasão estadunidense do Iraque.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da hipótese de que a República Islâmica do Irã foi beneficiada pela política externa da Doutrina Bush e sua escolha de invadir o Iraque, o presente trabalho focou em analisar os elementos econômicos e estratégicos para o Irã e a relação desse país com o Iraque no período anterior e após a invasão estadunidense. Para que a hipótese pudesse ser testada, foi inicialmente traçado um panorama histórico da política externa estadunidense seguida por um referencial teórico apresentando o realismo ofensivo de Mearsheimer - teoria que foi utilizada para posteriormente explicar a política externa da Doutrina Bush e os motivos que levaram os Estados Unidos a invadir o Iraque em 2003. Após a análise da política externa estadunidense pela lente realista ofensiva, foi realizado um estudo historiográfico da República Islâmica do Irã e da República do Iraque destacando suas diferenças, similaridades e momentos de conflito para que fosse possível contrastá-los com o período pós-invasão.

Especificamente, foi possível perceber como a política externa ofensiva da Doutrina Bush não representou necessariamente um momento de ruptura no padrão de atuação ofensivo dos Estados Unidos no sistema internacional. Apesar de a justificativa para a invasão ter sido focada nos ataques de 11 de setembro e nas armas de destruição em massa que, segundo os Estados Unidos, o Iraque possuía, foi destacado que uma invasão do Iraque para retirar do poder o regime de Saddam Hussein já se encontrava nos planos da ala neoconservadora do governo estadunidense desde a administração de George H. W. Bush. Concluiu-se então que a Guerra no Iraque foi uma guerra hegemônica, onde os Estados Unidos adotaram uma estratégia de expansão de poder no Oriente Médio e busca por uma maior hegemonia com o objetivo de garantir sua segurança nacional.

O panorama histórico das Repúblicas do Irã e do Iraque traçado na pesquisa tornou possível a compreensão da formação dos Estados que hoje conhecemos e permitiu que fossem destacadas as similaridades e diferenças sociopolíticas entre os países vizinhos, facilitando a compreensão dos acontecimentos pós-invasão. Apesar de Irã e Iraque terem enfrentado alguns conflitos e desavenças ao longo de sua história, foi destacado o papel que a vertente xiita do islamismo - maioria em ambos os países - e que a função estratégica da religião, do turismo e da mídia na geopolítica da região possuíram na aproximação pós-2003. O estudo da formação histórica das nações iranianas e iraquianas também possibilita entender as raízes das desavenças entre os países e o ocidente, representado atualmente principalmente pelos Estados Unidos.

A análise dos dados econômicos e estratégicos serviu para testar a hipótese apresentada inicialmente e explorar como as ações tomadas pela política externa da Doutrina

Bush em 2003 tiveram um impacto positivo econômica e estrategicamente para o Irã nos anos seguintes. Nesse sentido, foi observado que o sucesso iraniano em tornar o Iraque um Estado-cliente de suas exportações, em conjunto com a questão xiita e outras características identitárias semelhantes, resultaram em uma forte aproximação das duas nações após a invasão do Iraque. Foi apontado também, através de índices políticos e econômicos, nacionais e internacionais, que esta aproximação da República Islâmica do Irã e da República do Iraque foi benéfica para o Irã - não apenas o país conquistou um novo parceiro econômico sólido como também ganhou o apoio do vizinho em questões internacionais.

Metodologicamente, pode-se afirmar que a comprovação da hipótese por meio das bases teóricas e empíricas selecionadas foi bem-sucedida. Enquanto as bibliografias primárias e secundárias serviram seu propósito para a construção do referencial teórico por trás da política externa estadunidense, da Doutrina Bush e da formação histórica dos Estados do Irã e do Iraque, a análise dos dados econômicos, demográficos e de votações na ONU, além de discursos políticos, artigos e notícias, complementaram a teoria já apresentada e obtiveram um resultado positivo em relação ao objetivo geral da pesquisa.

No âmbito do estudo das Relações Internacionais, a importância da pesquisa aqui desenvolvida está na apresentação das consequências da política externa de uma nação hegemônica, como é o caso dos Estados Unidos, para os países de uma região bastante complexa e pouco aprofundada academicamente como é o Oriente Médio - aqui especificamente tratando-se das nações do Irã e Iraque. O entendimento da região do grande Oriente Médio, suas dinâmicas e conflitos internos e externos se mostra de extrema importância para a formulação das políticas externas das nações no sistema internacional e não deve ser negligenciado. Nesse sentido, para aprofundar os estudos do tema, propõe-se uma continuação na análise das relações entre Irã e Iraque nas dinâmicas atuais da geopolítica do Oriente Médio, como por exemplo, o papel da aliança entre Irã e Iraque na Guerra da Síria e na nova Guerra Fria da região, protagonizada por Irã e Arábia Saudita.

REFERÊNCIAS

AIR FORCE MAGAZINE. **The Carter Doctrine**. 2010. Disponível em: <<https://www.airforcemag.com/article/0410keeperfile/>>. Acesso em: fev/2021.

ALI, Ahmed. **Iran's Influence in Iraq**. The Washington Institute for Near East Policy, 2011. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/irans-influence-iraq#main-content>>. Acesso em: abr/2021.

AMANAT, Abbas. **Iran: a modern history**. New Haven & London: Yale University Press, 2017. 1028 p.

AMINEH, Mehdi. **The Greater Middle East in Global Politics: social science perspectives on the changing geography of the world politics**. [S.L]: Brill, 2007. 544 p.

ARANGO, Tim. **Iran Dominates in Iraq After U.S. 'Handed the Country Over'**. New York Times, 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/07/15/world/middleeast/iran-iraq-iranian-power.html>>. Acesso em: nov/2020.

BARNARD, Anne. **Iran is a hot destination for Iraqis seeking calm**. The Boston Globe, 2007. Disponível em: <http://archive.boston.com/news/world/middleeast/articles/2007/05/13/iran_is_a_hot_destination_for_iraqis_seeking_calm/?page=3>. Acesso em: mai/2021.

BARZEGAR, Kayhan. Iran's Foreign Policy in Post-Invasion Iraq. Middle East Policy, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 47-58, dez. 2008. Wiley. <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-4967.2008.00368.x>>.

BATISTA, Glauco Fernando Nunata; PECEQUILO, Cristina Soreanu. As consequências da Doutrina Bush para as políticas de segurança na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 9, n. 1, p. 64-80, maio 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1415-8612.2009.v9n1.262>>. Acesso em: jan/2021.

BBC NEWS Brasil. **As diferenças entre sunitas e xiitas, que explicam boa parte dos conflitos no Oriente Médio**. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51068470>>. Acesso em: mar/2021.

BRITTO, Christiane Carneiro. **O paradigma realista e a doutrina Bush: o que mudou na política externa Norte-Americana**. 2003. 86 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2003.

CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. **The Bush Doctrine**. 2002. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2002/10/07/bush-doctrine-pub-1088>>. Acesso em: fev/2021.

CARPENTER, Ted Galen; INNOCENT, Malou. The Iraq War and Iranian Power. **Survival**, [S.L.], v. 49, n. 4, p. 67-82, dez. 2007. Informa UK Limited. <<http://dx.doi.org/10.1080/00396330701733845>>.

CENTRAL BANK OF THE ISLAMIC REPUBLIC OF IRAN. **Annual Review 1389 (2010/11)**. 2011. Disponível em: <https://www.cbi.ir/>.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A history of the modern Middle East**. 6. ed. Nova Iorque: Routledge, 2018. 602 p.

CNN. **Iraqi minister defends Iranian nuclear program**. 2006. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2006/WORLD/meast/05/26/iraq.iran/index.html>. Acesso em: mar/2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA. **Resolução 1378**. S/RES/1368, 12 de setembro de 2001. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/448051>.

CONSELHO DE SEGURANÇA. **Resolução 1441**. S/RES/1441, 8 de novembro de 2002. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/478123?ln=en>.

CRAWFORD, Neta. **United States Budgetary Costs and Obligations of Post-9/11 Wars through FY2020: \$6.4 Trillion**. The Watson Institute for International and Public Affairs. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2019/US%20Budgetary%20Costs%20of%20Wars%20November%202019.pdf>. Acesso em: fev/2021.

DAALDER, Ivo H.; LINDSAY, James M.. **America Unbound: the bush revolution in foreign policy**. Washington Dc: Brookings Institution Press, 2003. 256 p.

DEFRONZO, James. **The Iraq War: origins and consequences**. Nova Iorque: Routledge, 2018. 336 p.

BUSH, George H. **Text of President Bush's 2002 State of the Union Address**. 2002. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>. Acesso em fev/2021.

EISENSTADT, Michael. **Iran and Iraq**. The Washington Institute for Near East Policy, 2015. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/iran-and-iraq>. Acesso em: abr/2021

EHTESHAMI, Anoushiravan. Iran - Iraq relations after Saddam. **The Washington Quarterly**, Washington, v. 26, n. 4, p. 115-129, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/016366003322387145>. Acesso em: out/2020.

FERREIRA, Marrielle Maia Alves. A grande estratégia dos Estados Unidos para o Tribunal Penal Internacional no pós-Guerra Fria. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 157-183, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2013v12n25p157>. Acesso em: fev/2021.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011. 1 v. Disponível em: <https://ainterpol.files.wordpress.com/2014/05/figueira-introduc3a7c3a3o-a-anc3a1lise-de-polc3adtica-externa.pdf>. Acesso em: jan/2021.

GOMES, Aureo de Toledo. Doutrina Bush: uma análise de política externa. **Relações Internacionais do Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 5, p. 33-56, 2007.

HAJI-YOUSEFI, Amir M. Whose Agenda Is Served by the Idea of a Shia Crescent? **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, [S.I.], v. 8, n. 1, p. 114-135, jan. 2009.

HEYDARIAN, Javad. **Iran Gets Close to Iraq**. The Diplomat, 2012. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2012/01/iran-gets-close-to-iraq/>>. Acesso em: abr/2021.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**. Oxford, p. 1-30. mar. 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/331946/mod_resource/content/1/Hudson-2005-Foreign_Policy_Analysis.pdf>. Acesso em: jan/2021.

IGNATIEV, Pavlo. Iraq: Years of Post-Saddam Internal and External Developments. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**. [S.L.], p. 36-61. jun. 2017.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine. **Political Science Quarterly**, [S.L.], v. 118, n. 3, p. 365-388, set. 2003. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/j.1538-165x.2003.tb00398.x>.

LAYNE, Christopher. **The peace of illusions**: American grand strategy from 1940 to the present. Ithaca: Cornell University Press, 2007. 290 p.

LAYNE, Christopher. Rethinking American Grand Strategy Hegemony or Balance of Power in the Twenty-First Century?. **World Policy Journal**, vol. 15, pp. 8-28; 1998.

LIPKA, Michael. **The Sunni-Shia divide: Where they live, what they believe and how they view each other**. Pew Research Center, 2014. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2014/06/18/the-sunni-shia-divide-where-they-live-what-they-believe-and-how-they-view-each-other/>>. Acesso em: mai/2021.

MALIK, Hamdi. **Understanding Iran's Vast Media Network in Arab Countries**. The Washington Institute for Near East Policy, 2021. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/iran-and-iraq>>. Acesso em: mai/2021

MEARSHEIMER, John J.. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2001. 568 p.

MEARSHEIMER, John J; WALT, Stephen M. **An Unnecessary War**. Foreign Policy. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2009/11/03/an-unnecessary-war-2/>>. Acesso em: fev/2021.

MOEH, Hussein Abdulhasan; ABDULLAH, Kamarulnizam. Iranian Interests In Iraq In The Post-Saddam Era. **International Journal Of Management And Applied Science**. [S.I.], p. 1-6, mai. 2016.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre As Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p. Tradução de Oswaldo Biato. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/al000232.pdf>>. Acesso em: mar/2019.

PANARMENIAN. **Zalmay Khalilzad: Iran should be thankful to U.S.** 2008. Disponível em: <<https://www.panarmenian.net/eng/world/news/24638/>>. Acesso em: out/2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2003. 423 p.

PRIFTI, Bledar. **Continuation in US Foreign Policy: An Offensive Realist Perspective.** 2014. 209 f. Tese (P.h.D.) - Curso de Filosofia, University Of South Florida, Tampa, 2014. Disponível em: <https://scholarcommons.usf.edu/etd/5384/>. Acesso em: jan/2021.

RESENDE, Erica. Uma Análise da Doutrina Bush no Décimo Aniversário do Onze de Setembro. **Textos e Debates**, [S.L.], v. 1, n. 18, p. 7-18, 11 jan. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i18.1167>. Acesso em: jan/2021.

RICE, Condoleezza. **Campaign 2000: Promoting the National Interest.** Foreign Affairs, 2000. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2000-01-01/campaign-2000-promoting-national-interest>>. Acesso em: mar/2021.

SALEHI-ISFAHANI, Djavad. **Iran's economy 40 years after the Islamic Revolution.** Brookings, 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2019/03/14/irans-economy-40-years-after-the-islamic-revolution/>>. Acesso em: mai/2021.

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília**, v. 56, n. 1, p.40-59, jan./jun. 2013. Semestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/03.pdf>>. Acesso em: jan/2021.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **Iran's Networks of Influence in the Middle East.** [S.L]: Routledge, 2020. 223 p.

THE WHITE HOUSE. **The national security strategy of United States of America.** Washington: The White House, Setembro de 2002. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

TORFEH, Massoumeh. **The Role of Iran's Regional Media in its Soft War Policy.** Al Jazeera Centre for Studies, 2017. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/iran-and-iraq>>. Acesso em: abr/2021

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms.** Washington, 2021. Disponível em: https://studies.aljazeera.net/sites/default/files/articles/reports/documents/de4a4f02558e40a9ada8948554fec007_100.pdf>. Acesso em: mai/2021

WAGNER, Peter; GLIOTI, Andrea; DAWOOD, Hussein. **Iraq Media.** 2018. Disponível em: <https://medialandscapes.org/country/iraq/media/introduction>>. Acesso em: mai/2021.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004. 289 p.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics.** Nova York: McGraw-Hill, 1979.

WRIGHT, Robin; BAKER, Peter. 2004. **Iraq, Jordan See Threat to Election from Iran Leaders Warn Against Forming Religious State.** The Washington Post, 2004. Disponível

em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/12/08/iraq-jordan-see-threat-to-election-from-iran/7e0cc1bc-aeb3-447a-bc9e-cfa5499699bc/>>. Acesso em: mai/2021.

YORDÁN, Carlos L. America's Quest for Global Hegemony: Offensive Realism, the Bush Doctrine, and the 2003 Iraq War. **Theoria: A Journal of Social and Political Theory**. Nova Iorque, p. 125-157. ago. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41802331>. Acesso em: out/2020